

P O R T U G A L
INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

CENTRO
DE
ESTUDOS DEMOGRÁFICOS

R E V I S T A

NÚMERO 3

L I S B O A / M C M X L V I

ERRATA

A última linha da página 77 deve ser intercalada entre as linhas 2 e 3 da página seguinte.

	Pág.
A MASCULINIDADE NOS NASCIMENTOS EM PORTUGAL, PELO PROF. DOUTOR <i>ANTÓNIO MENDES CORRÊA</i>	7
OS PROBLEMAS DA NATALIDADE (II — Esboço Histórico. III — Fecun- didade e Natalidade Efectivas), PELO PROF. DOUTOR <i>ANTÓNIO DE ALMEIDA GARRETT</i>	33
PROBLEMAS DEMOGRÁFICOS PORTUGUESES, PELO PROF. DOUTOR <i>ANTÓNIO MELIÇO SILVESTRE</i>	71
BIBLIOGRAFIA (Resumos de trabalhos desde 1940)	131
NOTAS E NOTÍCIAS	143

A MASCULINIDADE NOS NASCIMENTOS EM PORTUGAL

Pelo DOUTOR ANTÓNIO AUGUSTO MENDES CORRÊA

Professor de Antropologia da Universidade do Porto,
vogal do Conselho Orientador do Centro de Estudos Demográficos

A MASCULINIDADE NOS NASCIMENTOS EM PORTUGAL

Quando, em 1944, publiquei um volume sobre as populações de *Timor Português* (1), assinalei o facto de ser considerável a diferença, nessas populações, entre as cotas dos dois sexos, com um predomínio muito marcado do sexo masculino. (89 mulheres para 100 homens, segundo o cômputo de 1936), sendo, porém, tal predomínio ainda mais acentuado nos nascimentos, segundo o *Boletim Estatístico* da Colónia de 1937, pois, neste ano, teriam nascido ali 77 fêmeas por 100 varões ou 129 varões por 100 fêmeas.

Embora essas estatísticas sejam de um rigor pouco presumível, o facto da desigualdade dos dois sexos nas cotas relativas aos nascimentos já era do meu conhecimento para outros povos, ainda que geralmente menos acentuada, mas a proporção dos sexos tende, subsequentemente, a equilibrar-se ou a inverter-se nos quantitativos demográficos da maior parte desses povos. Verificava-se, no entanto, em Timor que os censos continuavam a assinalar, embora não tão intensamente, um importante predomínio numérico do sexo masculino, o que imprimia certa verosimilhança à proporção indicada quanto aos nascimentos. O assunto pareceu-me tão interessante que lhe consagrei em 1945 um artigo especial no «Boletim Geral das Colónias» (2).

Segundo Cuénot (3), a proporção dos dois sexos nos nascimentos humanos vai de 105 a 118 varões para 100 fêmeas. Os números relativos a Timor Português ultrapassariam o máximo indicado pelo naturalista francês. Para vários países da Europa uma tabela de Huber (4) dá números entre 103,1 (Irlanda) e 109,9 (Grécia) nado-vivos masculinos por 100 femininos em 1929. Juntando os nado-mortos, aqueles limites iriam nos mesmos países, respectivamente, para 103,9 e 110,1, o maior muito àquém do dado por Cuénot para o grupo humano

(1) *Timor Português — Contribuições para o seu estudo antropológico* — Junta das Missões Geográficas e Investigações Coloniais — Memórias — Série Antropológica e Etnográfica — I — Lisboa, 1944.

(2) *Sobre um problema de Biologia humana em Timor Português* — «Boletim Geral das Colónias», Lisboa, 1944.

(3) L. Cuénot — *L'Espèce*, Paris, 1936.

(4) Michel Huber — *Cours de Démographie et de Statistique sanitaire* — IV — *Nuptialité, Natalité, Fécondité*, Paris, 1939.

em geral e ainda mais àquém do registado para a nossa colónia de Timor. A preponderância masculina na natalidade acentuar-se-ia por ocasião das guerras, mas a verdade é que Timor se encontrava então, havia muito, em plena paz.

Como diz Rostand, a igualdade dos sexos nas estatísticas dos nascimentos, no grupo humano, seria de prever, em face da interpretação factorial do determinismo sexual, se as condições da fecundação fossem equivalentes para os elementos dum e doutro sexo e se os ovos correspondentes aos dois sexos fossem igualmente viáveis. Ora não se dá essa igualdade, conquanto a diferença não seja, geralmente, muito grande. E é impressionante que a diferença é em favor da cota masculina. Para Darmois e outros autores o facto ainda está por explicar.

No nosso estudo sobre Timor recordámos, porém, o que sobre o assunto escreveu ainda Cuénot. As observações de Whitmann e Riddle em pombos mostraram que quanto maior for a diferença racial entre os exemplares cruzados tanto maior é a percentagem de nascimentos masculinos, chegando-se mesmo, em casos de grande disparidade morfológica dos progenitores, a uma descendência constituída exclusivamente por indivíduos de um só sexo. Cuénot afirma que, por mais obscura que seja ainda a razão de tal desproporção, nenhuma dúvida pode haver de que esta é um sintoma da diferença racial dos progenitores. Assim, segundo o mesmo naturalista, entre os negros dos Estados Unidos, de origem africana relativamente homogénea no ponto de vista racial, nascem apenas 101 varões por 100 fêmeas, ao passo que, entre os brancos do mesmo país, de procedências étnicas muito diversas, nascem 118 varões por 100 fêmeas.

Fomos naturalmente levados a concluir que se deveria sobretudo procurar na heterogeneidade racial, geralmente reconhecida, da gente de Timor a causa da sua cota tão alta de natalidade masculina. Isto, apesar da nossa convicção de que a dita heterogeneidade em Timor não é tanto a expressão da afluência e mistura, ali, de elementos raciais de proveniências geográficas as mais variadas como a tradução de um presumível fenómeno biológico, em curso, de mutação a partir talvez de um elemento protomalaio ou indonésio predominante. Sucede que uma tal instabilidade biológica, a inviabilidade frequente das mutações, concorreriam também para explicar as condições desfavoráveis em que, no ponto de vista demográfico e no aspecto da sua vitalidade, se encontra grande parte da população de Timor, apesar dos bons esforços da nossa administração para a sua protecção e desenvolvimento físico e moral.

Por aí ficámos nos nossos escritos referidos. Entretanto, porém, nas *Raças do Império* (1) registávamos, pela mesma época, para outras populações do Impé-

(1) *Raças do Império*, Porto, 1945.

rio Colonial e para a gente metropolitana as proporções entre os nascimentos dos dois sexos. Nos Caboverdeanos a proporção era apenas de 101 a 102 indivíduos masculinos para 100 femininos, diferença mínima que, tratando-se de uma população predominantemente mixta, contradiz, na verdade, as suposições atrás enunciadas. O mesmo se daria porventura com os números (bastante duvidosos em vista das deficiências do registo do movimento da população relativamente aos indígenas), respeitantes à população indígena de Moçambique em 1942. Mas já na mesma colónia e no mesmo ano houve nítido predomínio masculino nos nascimentos na população não indígena: 119,5 varões por 100 fêmeas. Ainda mais marcada a predominância masculina dos nado-vivos mixtos na mesma colónia no quinquénio de 1937 a 1941: 121,7 varões para 100 fêmeas, o que de certo modo confirma as suposições feitas em relação a Timor Português. No biénio 1940-41, na Índia Portuguesa, a proporção foi de 108,5 varões para 100 fêmeas.

Quanto à metrópole, demos no mesmo livro as proporções dos sexos nos nascimentos: 106 varões para 100 fêmeas no Continente e 105 varões para 100 fêmeas nas Ilhas Adjacentes. São números correspondentes a uma masculinidade vizinha da definida pelas mais baixas taxas europeias já citadas. Se pudéssemos considerar estabelecida a nossa hipótese sobre Timor, ou seja a legitimidade da generalização das conclusões de Cuénot ao grupo humano, seríamos levados a, em contrário do que correntemente se afirma, aliás com exagêro a nosso ver, proclamar sobre esses números uma relativa homogeneidade racial do nosso povo.

Mas analisaremos subsequentemente com maior pormenor os informes estatísticos sobre o problema no Portugal metropolitano.

Por agora registaremos, apenas, ainda que a ideia de a fraca situação demográfica e biológica de grande parte da população timorense resultar da sua heterogeneidade racial e mesmo, possivelmente, de mutações inviáveis ou letais, fez surgir no nosso espírito a hipótese de que a masculinidade dos nascimentos constituísse uma compensação natural de uma letalidade germinal dos machos por virtude da heterozigotia masculina. Verdadeira degolação dos inocentes, à ordem de um Herodes natural. A homozigotia feminina daria à fêmea maior viabilidade, maior estabilidade. Ora as estatísticas da nado-mortalidade e da mortalidade nas primeiras idades já nos tinham dado, para o nosso país, a noção nítida das condições relativamente inferiores dos varões nesses períodos pelo que respeita à resistência aos factores da mortalidade. Chegámos a elaborar uma pequena nota emitindo a hipótese da existência de um factor letal no sexo masculino. Não a demos, porém, à publicidade, porque, através de uma memória de Marcello Boldrini (1)

(1) Marcello Boldrini — *La proportion des sexes dans les conceptions humaines* — Extr. da «Revue de l'Institut International de Statistique», 1936.

A proporção dos sexos nas concepções humanas, chegava ao nosso conhecimento que, já em 1923, Fr. Lenz tinha emitido a hipótese de um factor recessivo letal ligado com o sexo. Por sorte que Boldrini se manifestava em oposição a tal hipótese, que foi também partilhada por Schirmer, Pfaundler, etc. É que, — como escreve Boldrini — quando se seleccionam, numa população, os portadores de um carácter recessivo, a frequência deste diminui nas gerações sucessivas e se torna rapidamente muito rara se a transmissão hereditária do dito carácter está ligada aos cromosomas do sexo. Imaginando um casal em que a fêmea tenha o carácter recessivo letal e supondo que os casamentos entre os seus descendentes são absolutamente ao acaso — continua Boldrini — a frequência do factor latente baixa de 50 % na geração dos pais, para 33 % na primeira geração filial, 14 % na segunda, 7 % na terceira, e assim sucessivamente. Isto é, a certa altura, a supermortalidade masculina desapareceria.

Mais tarde Lenz imaginou, antes, que factos sucessivos de mutação criariam *de cada vez* um novo factor letal, que viria substituir o precedente, tornado raro em virtude da selecção mortuária pré-natal, mantendo-se assim a supermortalidade masculina. M. Boldrini considera também inverosímil esta nova hipótese, entendendo que a sua própria hipótese é mais admissível por ser a mais evidente, visto que, escreve, a Natureza escolhe os caminhos mais simples. Em que consiste a hipótese que Boldrini considera de tal modo evidente e simples? Di-lo o autor: a relação numérica entre os sexos no momento da concepção é vizinha de 1:1, de acordo com a teoria genética da formação dos sexos; a mortalidade pré-natal atinge os machos e as fêmeas aproximadamente nas mesmas proporções, o que seria confirmado por estatísticas mais cuidadas do que as anteriores, conducentes a conclusões opostas, estatísticas aquelas que abrangeriam fases mais precoces da gravidez; por conseguinte a razão entre os dois sexos no nascimento também não pode ser muito diversa de 1:1. Só uma igualdade tendencial das proporções dos sexos nas concepções, nos abortos e nos nascimentos pode matematicamente justificar a constância da última dessas proporções. Mas Boldrini não exclui a suposição de que a supermortalidade masculina nas últimas fases da gravidez não possa ter sido precedida por uma supermortalidade feminina nas primeiras fases. Na verdade o diagnóstico do sexo nos abortos é muito inseguro: facilmente se confunde com o órgão masculino um clitóris fetal. Isto pode ter conduzido a exageros nas taxas de masculinidade de muitas estatísticas de abortos.

Não pretendemos encarar nem o problema relativo às proporções dos sexos nos abortos nem o das proporções dos sexos nas concepções. Não nos parece que Boldrini tenha razão na severidade das suas críticas às hipóteses de um factor letal, que nos ocorrera sob a segunda forma posta por Lenz, apoiada e até sugere-

rida no nosso espírito pelo que dissemos sobre a população de Timor e pelas considerações de Cuénot. Mas o que é inegável é que, quer para a nado-mortalidade, quer para os nados-vivos, quer para a mortalidade nas primeiras idades, as estatísticas portuguesas, como a generalidade das dos outros países, dão proporções dos sexos vizinhas de 1:1 mas ainda assim diversas desta razão e *invariavelmente* no sentido da masculinidade. Uma diferença inferior, as mais das vezes, a 10 % e até não raro apenas de cerca de 5 %, não deixa de ser, pela sua constância, um facto biológico real a ponderar. Não sabemos se a proporção nas concepções é ou não a que a Genética indica como verosímil, ou seja 1:1. As estatísticas contraditórias sobre os sexos nos abortos deixam também dúvidas sobre quais sejam as proporções reais nos vários períodos da gravidez. Mas não há dúvidas sobre a masculinidade apontada nos nascimentos, na nado-mortalidade, na mortalidade nas primeiras idades.

Vamos ver se um sumário estudo dessa masculinidade, segundo as estatísticas relativas a Portugal metropolitano, nos conduz ou não a resultados susceptíveis de esclarecer, minimamente que seja, um problema tão obscuro nas suas causas.

*

Utilizámos, sobretudo, as estatísticas referentes ao decénio decorrido de 1935 a 1944 inclusivé. Estudámos os números relativos à masculinidade nos nado-vivos, à masculinidade nos nado-mortos, à masculinidade nos nascimentos em geral e à masculinidade nas mortes até 5 anos de idade, em relação à Metrópole, a Portugal continental, às Ilhas Adjacentes e às cidades de Lisboa e Porto. Quanto à natalidade em geral, isto é, abrangendo nado-vivos e nado-mortos, fizemos também a discriminação pelos distritos e pelas províncias. Pudemos assim esboçar um juízo da intensidade maior ou menor do facto no conjunto da Metrópole, no Continente e nas Ilhas, nas grandes cidades e nas diferentes regiões do país, quer globalmente no decénio considerado, quer, de ano para ano, no decurso desse período. Enfim procurámos, para o Continente e Ilhas, verificar se, quanto aos nado-vivos, a masculinidade variava de grau com certa regularidade durante os meses do ano e nos 59 anos relativamente aos quais dispuzemos de elementos estatísticos.

Começemos pelo exame da masculinidade na natalidade global, ou seja reunindo nado-vivos e nado mortos (tabela I): No decénio a proporção de varões para fêmeas na Metrópole é de 107,3 %, variando essa proporção de ano para ano entre o mínimo de 106,3 em 1937 e o máximo de 110,3 em 1944. Embora

TABELA I

Masculinidade na natalidade global de 1935 a 1944, no Continente, Ilhas, Portugal metropolitano e cidades de Lisboa e Porto

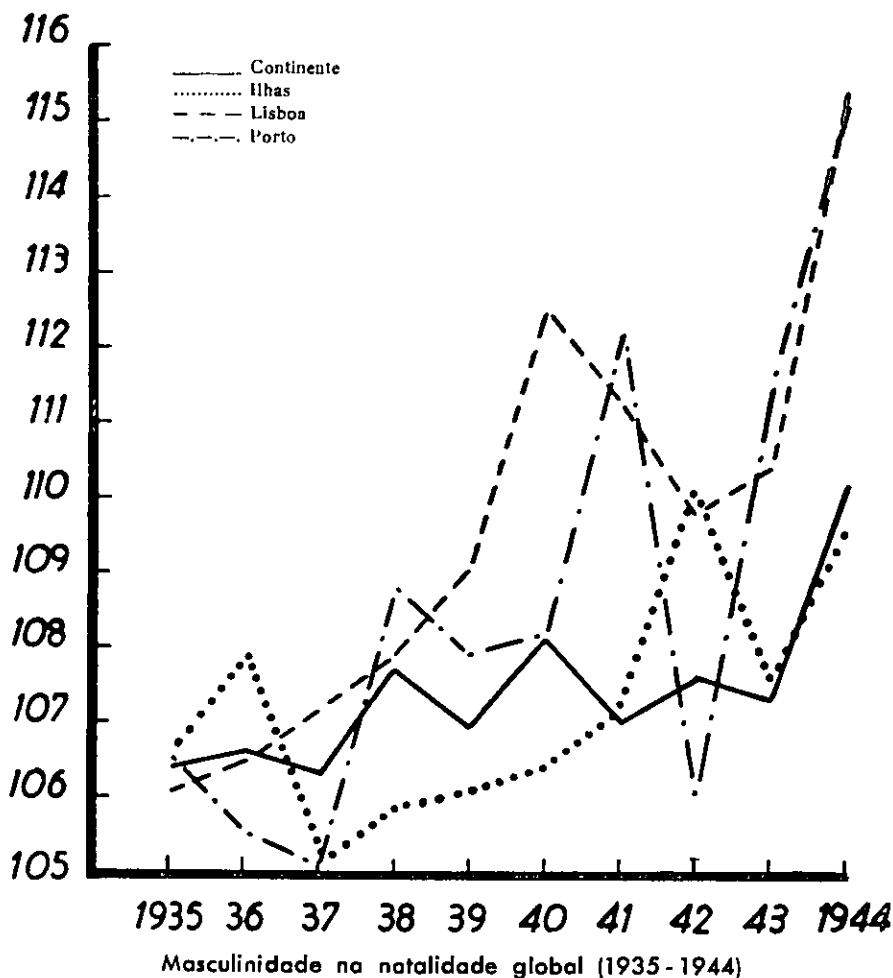
Anos	Continente	Ilhas adjacentes	Portugal metropolitano	Lisboa	Porto
1935	106,3	106,7	106,4	106,1	106,5
1936	106,5	107,9	106,6	106,5	105,5
1937	106,4	105,1	106,3	107,2	105,0
1938	108,2	105,9	107,7	107,9	108,8
1939	106,8	106,1	106,8	109,1	107,9
1940	108,1	106,4	107,6	112,5	108,2
1941	106,8	107,1	107,0	111,3	112,2
1942	107,3	110,1	107,6	109,8	106,0
1943	106,1	107,6	107,3	110,3	111,4
1944	110,3	109,6	110,2	111,4	115,3
1935 - 1944	107,3	106,2	107,3	109,1	108,7

pareça desenhar-se uma tendência ao acréscimo da masculinidade do princípio para o final do decénio considerado, um tal acréscimo não se faz regularmente (v. gráfico I).

Determinando os números relativos a Portugal continental e às Ilhas Adjacentes, verifica-se naturalmente que a evolução acusada para o fenómeno no conjunto da metrópole se manifesta análogamente no primeiro, mas a tendência ao acréscimo da masculinidade é menos marcada e mais irregular nas Ilhas, onde nalguns anos a masculinidade é menor do que no Continente e noutros anos maior, ficando, porém, no decénio a taxa de varões nas Ilhas levemente inferior à do Continente, diferença à qual não sabemos se é ou não legítimo atribuir significado estatístico, pois é apenas de 0,4 %.

Nas diferentes regiões do país (tabelas II e III e cartas I e II) não se nos afigura manifestar-se, quer na evolução de ano para ano, quer nas taxas regionais do decénio, uma regra qualquer de variação, susceptível de se relacionar com factos de geografia física, política ou económica. A mais alta taxa de masculinidade é a do Algarve e as mais baixas são as de Bragança, Guarda, Castelo Branco e Santarém. As diferenças fisiográficas e antropogeográficas entre estes dois últimos distritos não impedem a vizinhança das suas taxas de masculinidade de nas-

GRAFICO I

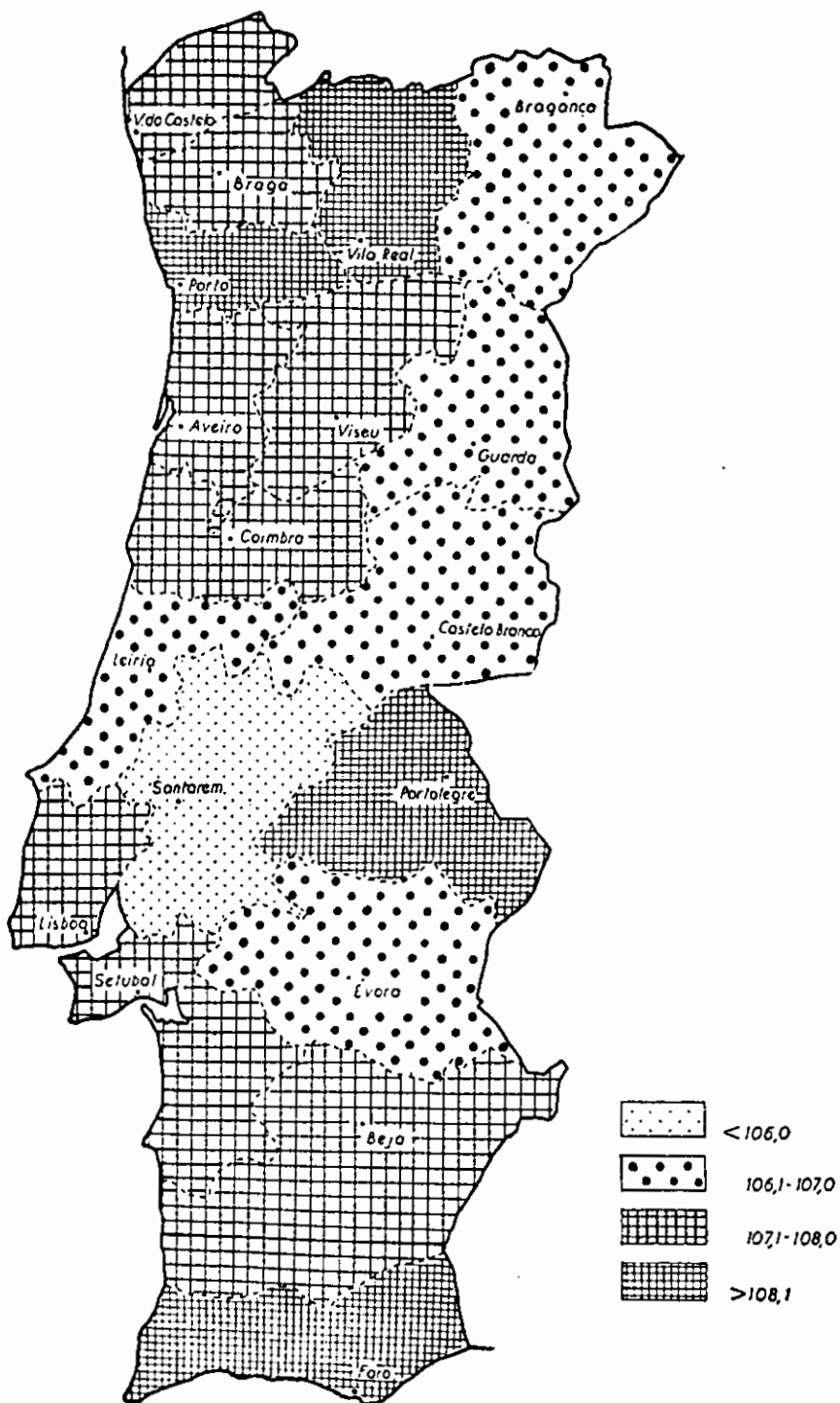


cimentos, sucedendo o mesmo com outros que apresentam valores próximos para o decénio, mas tais coincidências devem ser fortuitas visto que, em muitos dos anos do período considerado, os valores anuais diferem sensivelmente entre esses distritos, não deixando, porém, de surgir algumas aproximações ou mesmo igualdades que causam à primeira vista certa impressão. Abstraindo do Algarve, por um lado, e do Ribatejo e Beira Baixa, por outro, as taxas provinciais do decénio pouco diferem umas das outras, pois vão de 107,0 a 107,7. Mas notemos que as proporções relativas à Beira Baixa, ao Ribatejo e ao Algarve são precisamente

TABELA II

Masculinidade na natalidade global de 1935 a 1944 por distritos

Anos	Aveiro	Beja	Braga	Bragança	Castelo Branco	Cóimbra	Évora	Faro	Guarda	Leiria	Lisboa	Portalegre	Porto	Santarém	Setúbal	Viana do Castelo	Vila Real	Viseu
1935.....	105,9	112,1	106,9	106,2	105,5	106,1	106,0	104,9	105,0	105,8	105,2	99,7	107,7	106,2	106,6	101,9	106,0	105,2
1936.....	109,3	106,6	104,5	104,9	105,3	111,1	109,1	105,2	105,9	105,1	104,7	104,9	107,7	103,0	106,0	107,6	108,8	106,2
1937.....	102,4	103,5	108,8	105,1	105,1	108,3	103,2	103,1	106,5	108,2	106,7	111,3	106,8	105,1	106,9	103,5	107,9	106,1
1938.....	105,6	106,4	105,6	111,2	106,3	104,7	103,1	107,4	105,8	109,7	106,0	107,4	109,8	107,4	109,1	106,1	109,9	105,7
1939.....	109,0	111,2	104,9	106,1	101,1	104,6	112,9	112,6	108,9	109,2	108,3	110,3	107,6	107,8	109,2	106,4	106,1	106,2
1940.....	108,0	108,3	108,1	107,7	106,9	106,7	108,0	109,4	109,7	103,8	110,9	111,8	108,1	102,0	104,8	111,1	108,1	110,3
1941.....	105,1	106,0	106,1	104,8	106,0	104,5	107,6	111,2	105,5	107,1	108,2	108,1	107,8	108,2	107,2	106,3	109,8	106,1
1942.....	108,3	104,6	111,0	101,9	105,2	106,3	106,1	113,1	108,1	106,8	109,1	109,8	107,1	105,6	106,3	104,5	105,6	106,7
1943.....	107,3	110,2	108,2	106,4	107,1	106,8	107,1	112,6	104,1	108,0	107,3	105,6	105,5	104,3	106,4	107,3	106,2	108,1
1944.....	111,5	110,3	109,0	109,5	108,7	109,1	108,9	112,5	107,7	107,4	110,9	116,4	111,9	107,6	109,4	111,9	113,4	111,0
1935 - 1944.....	107,6	107,1	107,5	106,3	106,5	107,2	107,0	108,9	106,4	107,1	107,7	108,5	108,0	105,7	107,8	107,0	108,5	107,3



CARTA I
Masculinidade na natalidade global por distritos

TABELA III

Masculinidade na natalidade total por províncias

Anos	Entre Douro e Minho	Trás-os- Montes	Beira Alta	Beira Baixa	Beira Litoral	Ribatejo	Estrema- dura	Alentejo	Algarve
1935 - 1944.....	107,7	107,5	107,0	106,5	107,3	105,8	107,7	107,4	109,0

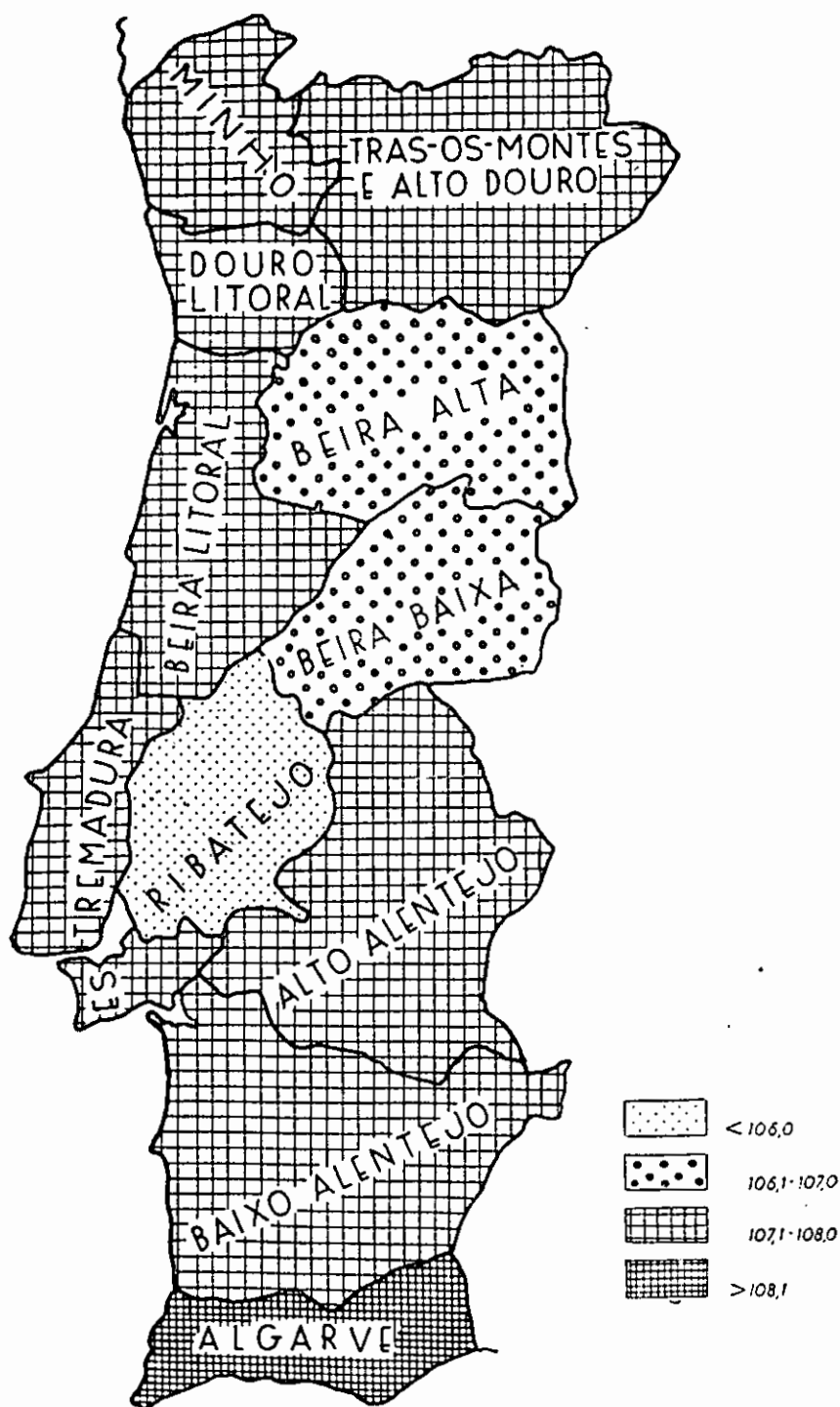
as determinadas sobre menores quantitativos brutos. Assim, o número de nascimentos dos 2 sexos, no decénio, em cada uma dessas províncias não chega a 100.000, ao passo que todas as outras ultrapassam este quantitativo, que em Entre Douro e Minho chega mesmo a 500.000, em números redondos.

Nem sequer a influência dos grandes centros urbanos parece manifestar-se nos números regionais, embora não se possa considerar como destituída de significado a superioridade das taxas do decénio em Lisboa e Porto relativamente às do país em conjunto. Em Lisboa a proporção de nascimentos masculinos para os femininos é de 109,1 nos dez anos e no Porto é de 108,7 no mesmo lapso de tempo. Nenhum distrito do país tem proporção maior do que a capital e só um, o de Faro, a tem superior à da cidade do Porto. A concordância de resultados em relação às duas grandes cidades leva-nos a admitir que o urbanismo possa ter alguma influência no fenómeno, ainda que de mecanismo obscuro.

Pelo contrário, embora Bragança, Guarda e Castelo Branco apresentem alguns dos valores mais baixos, não temos a certeza de que o facto resulte da sua situação interior, não litoral, ou das suas condições orográficas ou hipsométricas. Já notámos a vizinhança de valores entre Castelo Branco e Santarém, fisiográfica e socialmente tão diversos, e, pelo contrário, é de extranhar a importante diferença entre os distritos de Vila Real e Bragança, vizinhos e em parte semelhantes no ponto de vista da geografia física.

Não deixemos ainda de notar que a tendência a um acréscimo — aliás com oscilações — verificada nos dez anos para o país em conjunto, se manifesta, mais ou menos, também nalguns distritos e nas duas grandes cidades. Mas, a propósito dos nado-vivos, examinaremos a variação em mais largo período.

Passemos à proporção dos sexos nos nado-vivos no mesmo decénio de 1935-1944. Como foi dito, não a analisámos por distritos ou províncias, mas apenas no Portugal continental, no insular e no metropolitano em conjunto e nas cidades de Lisboa e Porto (tabela IV e gráfico II). Parece esboçar-se a tendência



CARTA II
Masculinidade na natalidade global por provincias

TABELA IV

Masculinidade nos nado-vivos de 1935 a 1944

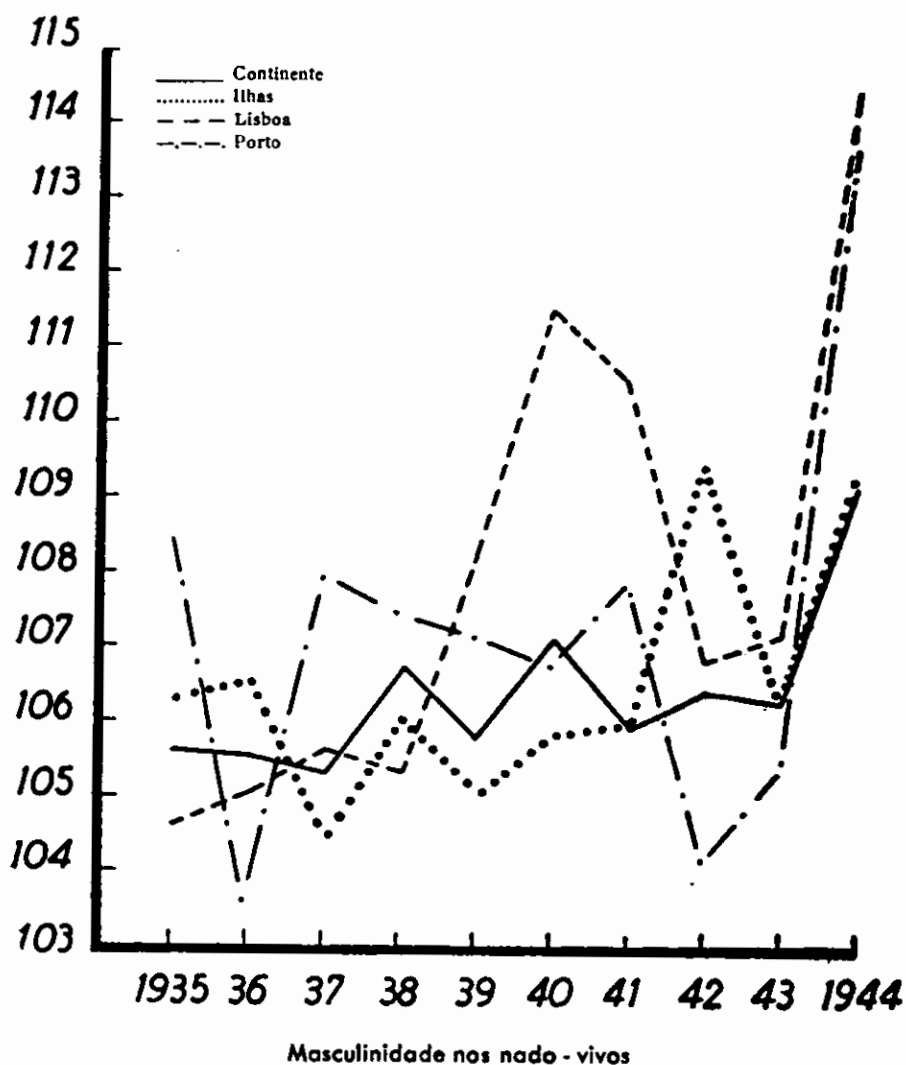
Anos	Continente	Ilhas adjacentes	Portugal metropolitano	Lisboa	Porto
1935	105,6	106,3	105,6	104,6	108,4
1936	105,5	106,5	105,5	105,0	103,5
1937	105,4	104,4	105,3	105,6	107,9
1938	106,8	106,0	106,7	105,3	107,4
1939	105,8	105,1	105,8	108,2	107,1
1940	107,1	105,8	107,0	111,5	106,7
1941	105,9	106,0	105,9	110,6	107,7
1942	106,1	109,4	106,4	106,8	104,1
1943	106,3	106,2	106,3	107,1	105,3
1944	109,1	109,2	109,1	114,4	113,6
1935 - 1944	106,4	106,5	106,4	107,9	107,2

para um aumento de 1935 para 1944, aliás com altos e baixos, mas poderá perguntar-se se a proporção mais elevada do último ano referido não será já, como muitos têm considerado uma regra, um efeito da guerra. Não o cremos porque calculámos as taxas de masculinidade para períodos mais largos a partir de 1886, e verificámos ser mais elevada essa taxa para os períodos que antecedem 1914 do que para os períodos subsequentes.

1886-1894	107,1
1895-1904	106,5
1905-1914	106,5
1915-1924	105,6
1925-1934	105,7
1935-1944	106,4

Se Portugal não participou na última Grande Guerra, teve parte directa na de 1914. Perdeu ali muitos dos seus filhos jovens. Pois não parece que a Natureza se tenha apressado a compensar, como se supunha ser a regra, essas perdas de varões. Do exame, porém, das taxas dos períodos indicados de 1886 a 1944 (em que só o 1.º não é um decénio completo por faltarem os elementos relativos a

GRÁFICO II



1885) se depreende que a masculinidade nesse lapso de tempo se mantém entre os valores decenais de 105,6 e 107,1, isto é com uma amplitude de variação de 1,5 %. Quer dizer: o fenómeno é de uma relativa estabilidade, encontrando-se a média em cerca de 106,3. Mais: a tendência ao aumento verificada no último decénio não parece ser mais do que uma compensação natural do decréscimo que se deu nos valores dos decénios de 1915 a 1934 em relação aos dos períodos ante-

riores. Em suma, oscilações pequenas de um movimento pendular, em que a Natureza, afinal, corrige mais ou menos prontamente os desvios num sentido com desvios correspondentes no sentido oposto.

Não há paralelismo perfeito entre a variação anual das proporções no Continente, nas Ilhas e nas duas grandes cidades no decénio especialmente considerado. A proporção é, em geral, muito vizinha da da metrópole em conjunto, pois as ilhas pesam pouco na natalidade do conjunto. A maior masculinidade das duas grandes cidades não se revela uniformemente em todos os anos, mas na maioria destes (7 para Lisboa de 1935 a 1944, e 6 para o Porto no mesmo período); no entanto as médias gerais do decénio acusam flagrantemente maior masculinidade nas duas cidades do que no país em geral, não nos parecendo que se possam tirar seguras conclusões estatísticas da pequena superioridade (apenas 0,1) da proporção insular sobre a continental.

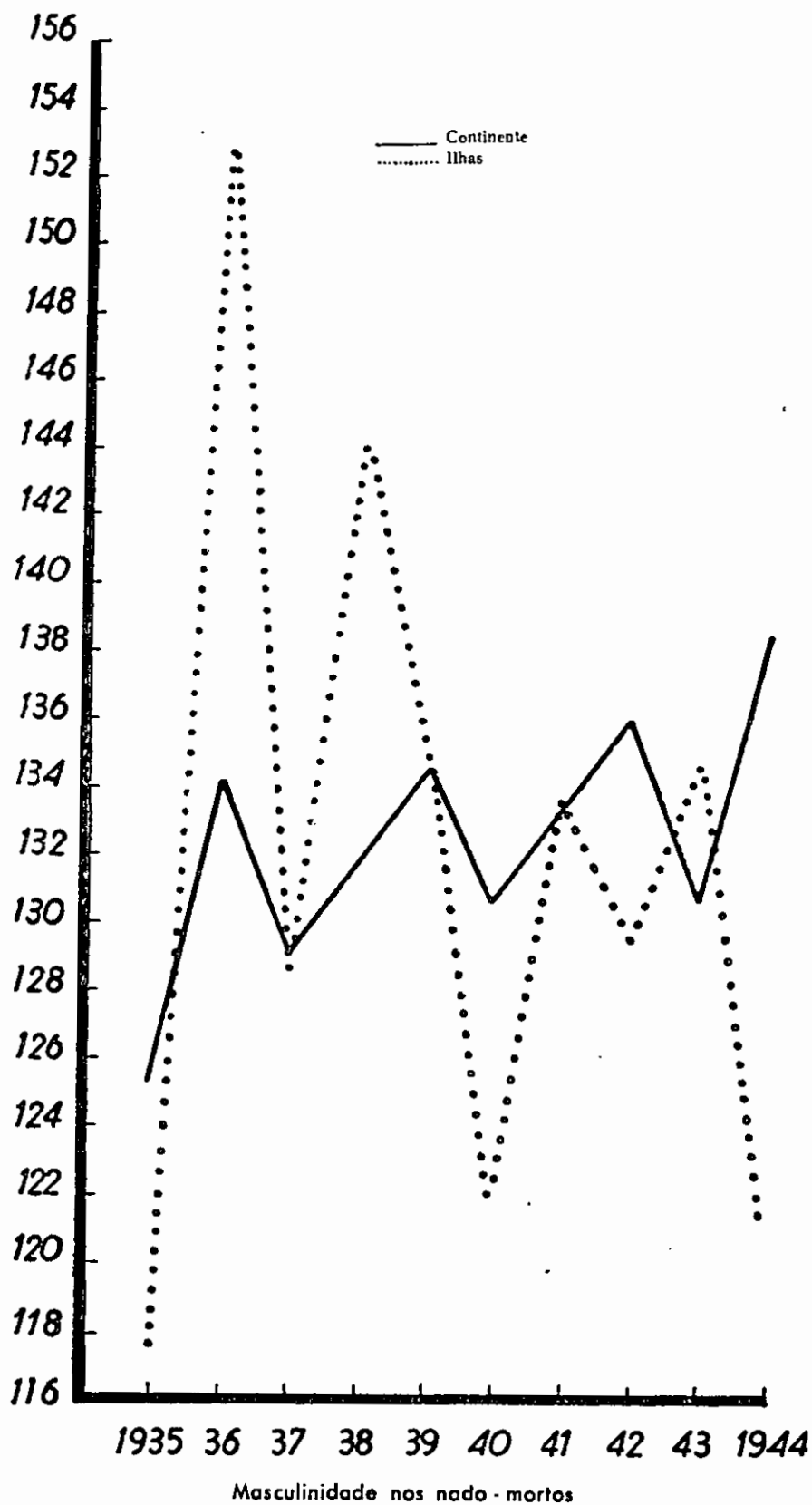
A masculinidade nos nado-mortos (tabela V e gráfico III) é muito maior

TABELA V
Masculinidade nos nado-mortos

Anos	Continente	Ilhas adjacentes	Portugal metropolitano	Lisboa	Porto
1935	125,4	117,6	124,7	132,7	154,3
1936	132,8	153,1	134,1	136,5	156,6
1937	129,2	128,5	129,1	154,5	126,3
1938	131,0	144,5	131,9	126,6	138,5
1939	134,6	135,4	134,7	126,4	138,0
1940	131,5	122,0	130,8	130,7	150,0
1941	133,5	133,7	133,5	124,4	123,5
1942	136,8	129,5	136,2	169,7	164,6
1943	130,5	134,8	130,8	167,5	125,7
1944	140,1	121,5	138,7	136,3	158,1
1935 - 1944	132,5	129,5	132,4	140,5	142,6

do que nos nado-vivos: anda por mais 20 a 50 %. É também inegável a tendência para um seu acréscimo, aliás com altos e baixos — VV mais ou menos marcados — no decénio considerado, dando-se igualmente uma sua superioridade nas cidades de Lisboa e Porto em muitos dos anos do período em relação à metrópole em con-

GRÁFICO III



junto. Na nado-mortalidade a masculinidade ainda é, mesmo, nalguns desses anos, mais marcada no Porto do que em Lisboa. Não sabemos a que atribuir este último facto, mas é de assinalar que as taxas de natalidade são muito mais elevadas no Porto do que em Lisboa e que a proporção de nado-mortos para os nado-vivos é, na primeira cidade, muito menor do que na segunda. No Porto, porém, a mortalidade infantil é maior. Lisboa vive em melhores condições higiénicas e económicas do que o Porto. As condições morais são, porém, mais favoráveis no Porto. A masculinidade na nado-mortalidade em Lisboa e Porto é superior à da Metrópole em geral, pois nos dez anos considerados é, em média, de 140,5 na primeira daquelas cidades e de 142,6 na segunda, qualquer destes números maior algumas unidades do que a média geral do país (132,4). Note-se que deve ser frequente a declaração como nado-mortos de casos de nado-vivos falecidos durante as primeiras horas após o parto.

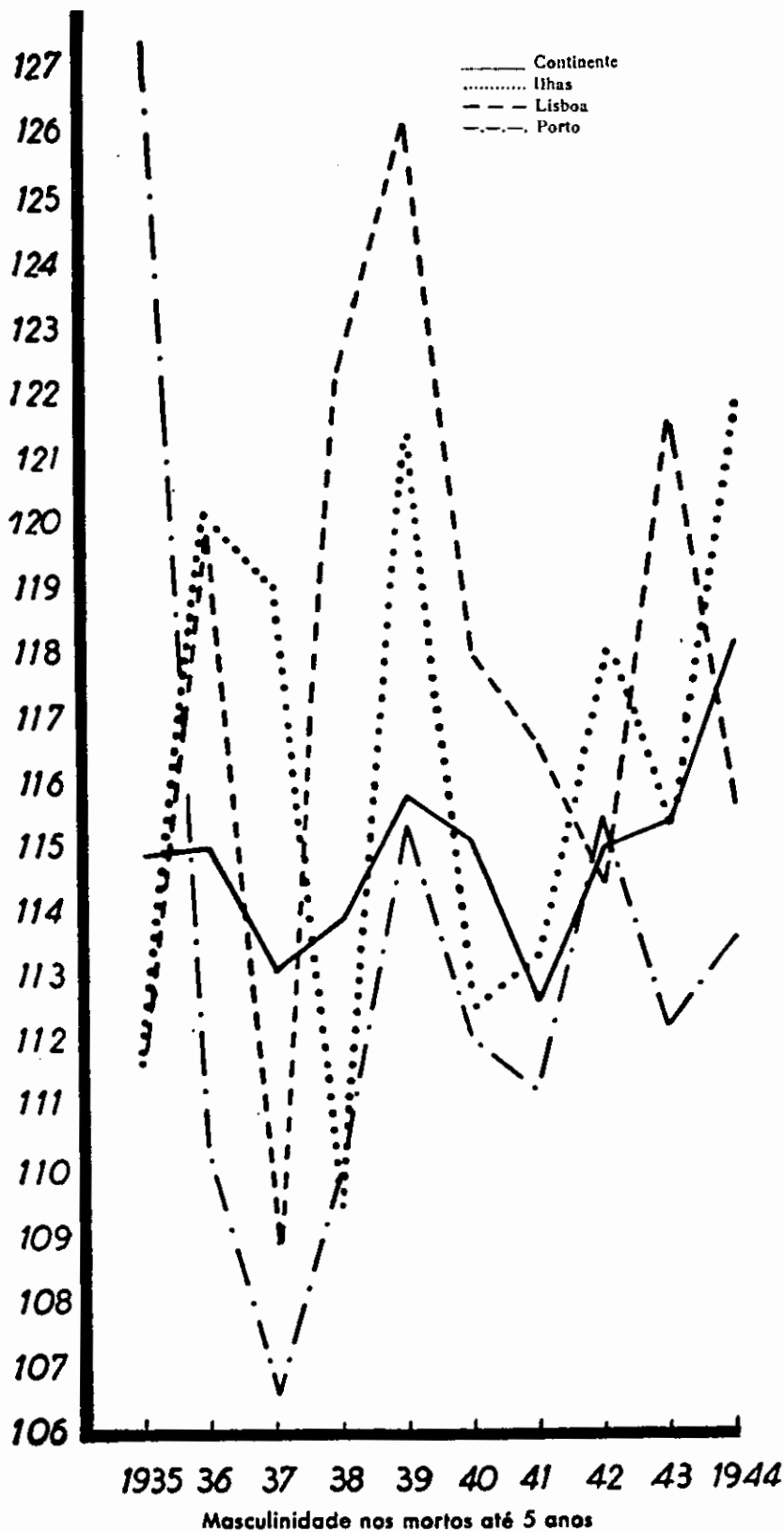
Ocorreu-nos que teria interesse verificar se a masculinidade na nado-mortalidade se prolongaria com certa intensidade na mortalidade dos primeiros anos. Assim sucede de facto, embora as taxas sejam intermédias entre as da masculinidade nos nado-vivos e as da masculinidade nos nado-mortos (tabela VI e gráfico IV). A regularidade na variação anual no decénio considerado é que já não parece depreender-se dos números calculados. Não há paralelismo anual com a

TABELA VI

Masculinidade nos mortos até 5 anos

Anos	Continente	Ilhas adjacentes	Portugal metropolitano	Lisboa	Porto
1935	115,2	112,2	115,0	112,0	127,6
1936	114,6	120,2	115,1	118,9	110,5
1937	112,8	119,2	113,2	109,0	106,7
1938	114,4	109,5	114,0	122,5	110,2
1939	115,4	121,7	115,9	126,3	115,5
1940	115,5	112,6	115,2	118,1	112,2
1941	112,7	113,4	112,7	116,8	111,4
1942	114,8	118,2	115,1	114,6	115,6
1943	115,4	115,5	115,4	121,7	112,4
1944	117,9	121,9	118,3	115,8	113,8
1935 - 1944	114,9	116,4	114,9	117,6	113,6

GRÁFICO IV



masculinidade nos nascimentos, o que não é de admirar desde que recordemos que os novos elementos se não referem apenas a crianças nascidas no mesmo ano. Também, se Lisboa aparece com uma proporção mais elevada do que a do país em geral, o Porto fica abaixo desta última. Compensação, porventura, se atendermos a que o Porto sobreleva a Lisboa na masculinidade dos nado-mortos.

Entendemos ainda que a proporção dos sexos na mortalidade das primeiras idades não deveria ser apenas calculada em relação à totalidade dos óbitos nessas idades, mas também em relação, sendo possível, ao número de indivíduos vivos dessas idades em cada sexo. Esse cálculo daria maior nitidez ao fenómeno se ainda assim se observasse predomínio das taxas masculinas, pois se abstrairia, para o confronto, do facto de ser maior o número de indivíduos masculinos na natalidade, não sendo, pois, de surpreender uma certa maioria masculina no obituário. Não dispondo, porém, para cada ano (salvo nos correspondentes à data dos censos de população com os números relativos à população por idades — e seria laboriosíssimo o cálculo desta, para outros anos, sobre os censos e sobre as estatísticas do movimento da população...) das tabelas respeitantes à população para cada idade, tivemos de nos contentar com o estabelecimento do confronto com os quan-

TABELA VII

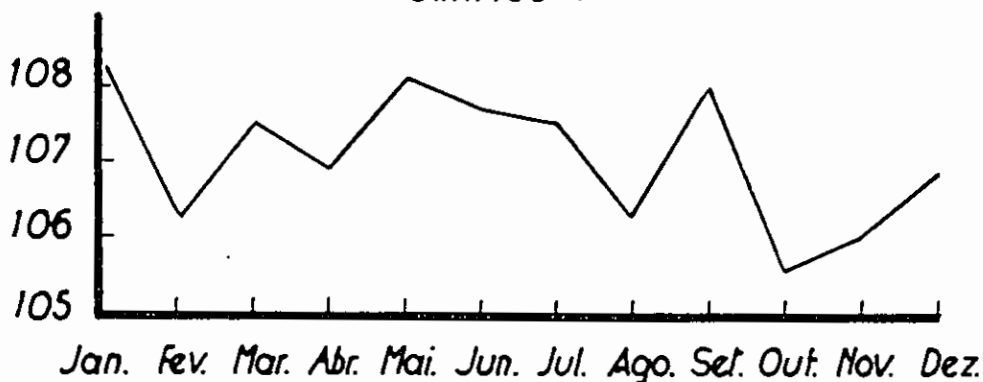
Permilagens das mortes até 5 anos referentes ao número de nascimentos de cada sexo

Anos	♂					♀				
	Conti- nente	Ilhas adjac.	Portu- gal	Lisboa	Porto	Conti- nente	Ilhas adjac.	Portu- gal	Lisboa	Porto
1935.....	197,1	228,9	197,7	269,6	385,2	208,2	217,6	208,9	251,7	327,1
1936.....	205,0	229,6	207,0	253,3	333,9	188,6	203,8	189,7	223,6	312,6
1937.....	223,1	229,5	223,6	309,9	327,2	208,6	200,9	208,0	300,1	332,3
1938.....	204,1	197,6	203,7	293,8	302,9	190,5	191,2	190,6	252,6	295,2
1939.....	195,9	217,4	197,6	226,3	284,9	179,7	187,7	180,3	194,0	264,2
1940.....	208,3	292,6	215,1	298,6	318,4	193,3	274,5	199,9	281,9	302,8
1941.....	255,3	277,2	257,1	256,8	343,4	239,7	259,1	241,3	243,4	332,0
1942.....	222,1	249,8	224,4	230,9	302,7	205,3	231,1	207,4	215,2	265,4
1943.....	207,9	267,6	212,8	195,9	253,8	191,6	247,2	196,1	172,5	237,8
1944.....	195,2	204,4	196,0	209,7	244,5	180,7	182,9	180,9	207,2	243,9
1935 - 1944.....	211,4	239,5	213,5	254,5	309,7	197,6	219,6	200,3	234,2	291,4

titativos dos nascimentos em cada ano (tabela VII). Não é uma base plenamente aceitável, mas é uma base que vai eliminar, de certo modo, a influência da masculinidade dos nascimentos, se bem que se refira apenas ao ano considerado e não aos cinco anos que correspondem às idades dos indivíduos mortos nesse ano.

Pois os nossos resultados, ainda assim mesmo, acusam masculinidade nos óbitos: em quase todos os anos considerados, no país em geral, nas ilhas ou nas duas grandes cidades morrem, proporcionalmente aos nascimentos de cada sexo no mesmo ano, mais varões do que fêmeas, com idades de 0 a 5 anos. As médias dos dez anos revelam nitidamente a maior mortalidade masculina, sendo as taxas médias dos varões, quer para o Continente, quer para as Ilhas, quer para a Metrópole em conjunto, quer para as cidades de Lisboa e Porto, superiores dez a vinte

GRÁFICO V



Variação da masculinidade dos nascimentos segundo os meses do ano

unidades às taxas correspondentes femininas. No Continente as médias são as menores e a superioridade masculina é, também, nelas menos acentuada. Nas Ilhas e, sobretudo, em Lisboa e Porto, em que a mortalidade das primeiras idades é maior, a masculinidade já é mais acentuada. Pensámos que a mortalidade até cinco anos pudesse relacionar-se com a nado-mortalidade como sendo uma compensação no que respeita a equilíbrio dos sexos. Mas não é assim: a masculinidade em Lisboa e Porto é maior do que no país em geral quer nos nado-vivos, quer nos nado-mortos, quer nos óbitos até cinco anos. Cabe apenas perguntar se esta verificação se dará em todos os tempos e traduzirá, de facto, uma influência do urbanismo no fenómeno.

No mesmo decénio que temos especialmente considerado, analisámos também a masculinidade na natalidade total por meses do ano (tabela VIII e gráfico V). Não encontrámos uma regra de variação. Para o conjunto do período,

TABELA VIII

Masculinidade na natalidade total por meses

Anos	Jan.	Fev.	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setem.	Outub.	Nov.	Dez.
1935 - 1944..	108,2	106,2	107,5	106,9	108,1	107,7	107,5	106,3	108,0	105,6	106,0	106,9

Janeiro aparece com o valor mais alto, mas logo a seguir vem Maio e Setembro. O mais baixo é já o mês de Outubro, seguindo-se Novembro e Fevereiro. Diferenças pequenas, variação irregular no decurso do ano.

TABELA IX

Masculinidade nos nado-vivos em 59 anos

Anos		Anos		Anos	
		1905.....	109,3	1925.....	105,1
1886.....	105,9	1906.....	107,2	1926.....	105,5
1887.....	111,5	1907.....	108,7	1927.....	105,4
1888.....	108,1	1908.....	106,8	1928.....	104,8
1889.....	106,2	1909.....	105,8	1929.....	105,6
1890.....	105,3	1910.....	107,4	1930.....	105,4
1891.....	107,2	1911.....	104,6	1931.....	106,2
1892.....	106,7	1912.....	104,4	1932.....	106,1
1893.....	106,5	1913.....	104,8	1933.....	105,6
1894.....	106,4	1914.....	105,9	1934.....	106,4
1895.....	106,8	1915.....	105,3	1935.....	105,6
1896.....	106,6	1916.....	105,1	1936.....	105,5
1897.....	105,1	1917.....	105,6	1937.....	105,3
1898.....	104,2	1918.....	106,2	1938.....	106,7
1899.....	106,2	1919.....	105,5	1939.....	105,7
1900.....	106,6	1920.....	105,1	1940.....	107,0
1901.....	107,0	1921.....	105,2	1941.....	105,8
1902.....	106,9	1922.....	106,4	1942.....	106,3
1903.....	107,0	1923.....	105,5	1943.....	106,3
1904.....	107,7	1924.....	105,2	1944.....	109,1

Enfim, não deixámos de examinar, ano por ano, de 1886 até 1944, as taxas de masculinidade nos nado-vivos, não nos limitando a esse exame para o último decénio e, globalmente, para outros idênticos períodos anteriores (tabela IX). O valor mínimo foi em 1898, o máximo em 1887 — o primeiro de 104,2, o segundo de 111,5, ou seja uma amplitude de variação de 7,3 %, em 59 anos: mas em 49 dos anos considerados as taxas não descem abaixo de 105 nem sobem acima de 108. Vê-se que se trata de um fenómeno de relativa constância no tempo, sem periodicidade ou sem variações atribuíveis a uma influência bem determinada.

*

Não podemos deste sumário estudo, que abrange, aliás, um lapso de tempo e uma amplitude espacial bastantes para porem em evidência variações susceptíveis de relação com causas concretas — se variações dessa ordem existissem no facto ou factos estudados —, extrair outra conclusão segura que não seja, como acabamos de dizer, a relativa constância do facto ou factos em questão e a ausência de uma regra na pequena variação observada e de um determinismo exterior nítido, salvo, porventura, uma presumível influência do urbanismo na masculinidade e, com menos segurança, uma diminuição desta nalgumas regiões interiores do país em relação às litorais, onde, aliás, abundam mais os centros urbanos importantes.

Um facto impressionante é, porém, o da elevação da masculinidade na nado-mortalidade em proporção com a dos nado-vivos. E a masculinidade prossegue na mortalidade das primeiras idades.

Não temos outros elementos para apreciação da proporção dos sexos nos abortos e nas concepções além daqueles que Boldrini passou em revista no trabalho que citámos no começo deste artigo. No nosso espírito permanece a dúvida sobre essas proporções e, assim, não podemos tomar posição no debate a tal respeito. Mas o exagero da masculinidade na nado-mortalidade parece-nos pleitear nitidamente em favor de uma influência letal na estrutura germinal masculina, influência que se torna, de certo modo, com a mais elevada mortalidade masculina nas primeiras idades, compensadora natural do excesso de varões. E considerar este excesso como vindo já da fase concepcional não parece desacertado, mesmo em face do estudo do mecanismo hereditário e da Genética, embora o cálculo das probabilidades levasse, sem outras considerações, a admitir um número de combinações XY igual ao das combinações XX, isto é, um número de concepções masculinas igual ao das femininas. Lembremo-nos, porém, de que a diagametia masculina pode muito bem traduzir-se em maior facilidade de acesso junto do óvulo ou maior actividade dos espermatozóides portadores de Y do que dos espermatozóides portadores de X. Não serão os primeiros *mais masculinos*? Quem sabe?

Wilson, citado por Thomson (1), escreve: «Visto que as duas espécies de espermatozoides diferem pela constituição nuclear, é extremamente provável que difiram quanto aos seus processos metabólicos». O metabolismo, a nutrição, têm sido apontados como factores da proporção dos sexos (2). E também o serão da desigual mortalidade nos dois sexos.

Quanto a um factor letal, não nos parece que o caso deva, na verdade, ser posto nos termos em que o poz Lenz. Não será um factor letal recessivo ligado ao sexo, mas será, para a combinação masculina XY, uma viabilidade menor em definitivo, contraposta à sua maior frequência inicial, e expressão biológica de um processo idêntico ao fenómeno geral da intensificação da masculinidade nos nascimentos resultantes de progenitores racialmente heterogêneos.

Esta heterogeneidade racial, apontada por Cuénot como causa daquela intensificação, poderia também, em certos casos, como se verifica em Timor português, ser um motivo de letalidade, não só talvez em virtude da menor estabilidade das combinações mixtas resultantes — facto equivalente à heterocromosomia masculina — como também, possivelmente, por ser ela própria a tradução de um estado mutacional, que todos os biólogos sabem não dar sempre origem a resultados viáveis. Muitas mutações têm um carácter «subtractivo» que se traduz na aparição de factores letais. A heterocromosomia masculina pode ter, em certa medida, conseqüências análogas. Não compreendemos a resolutância de Boldrini em admitir um fenómeno dessa natureza no grupo humano.

Porto, Universidade, Instituto de Antropologia

R É S U M É

LA MASCULINITÉ DANS LES NAISSANCES AU PORTUGAL

Dans des travaux précédents, l'auteur s'est occupé de la masculinité dans les naissances à Timor et dans d'autres colonies portugaises, de même que dans le Portugal Continental et les îles adjacentes. Sauf pour le Cap Vert, c'est dans les populations anthropologiquement mixtes que la masculinité lui a paru la plus intense. Constatant un plus fort pourcentage d'individus de sexe masculin chez les morts-nés et dans la mortalité des premiers

(1) J. Arthur Thomson — *L'hérédité* — Trad. franc. — Paris, 1930, pag. 473.

(2) Umberto Pierantoni — *Compendio de Biologia*. — Trad. espanh. — Barcelona, 1931, págs. 199 e 200. A pobreza, por exemplo, foi considerada como um factor da masculinidade nos nascimentos.

âges, il a été amené à penser qu'il existerait un facteur léthal dans le sexe masculin, hypothèse déjà émise par F. Lenz et combattue par Boldrini.

Sans prendre position, par suite du manque de données, quant à la proportion des sexes dans les avortements et dans les conceptions, il étudie, en se basant sur des statistiques portugaises de 1935 à 1944 et, pour certains aspects, de 1886 à 1944, c'est à dire pour une période de 59 ans, la masculinité dans les morts-nés (celle-ci avec toutes réserves découlant de l'inclusion de nés-vivants décédés au cours des premières heures après la naissance), la masculinité dans les naissances en général, et la masculinité dans la mortalité jusqu'à l'âge de 5 ans, tous ces phénomènes en ce qui concerne la métropole, le Portugal Continental, les îles adjacentes et les villes de Lisbonne et Porto. Pour la natalité globale, il a encore discriminé les districts et les provinces et, pour le Continent et les îles, il a cherché à s'enquérir des variations de la masculinité d'après les mois de l'année et d'année en année, au cours de 59 années mentionnées.

La proportion portugaise des naissances masculines et féminines est voisine de la limite inférieure donnée par Cuénot et occupe une position intermédiaire dans la liste de Huber. Les variations mensuelles, annuelles et régionales, au Portugal, sont faibles, traduisant la constance impressionnante du phénomène, et il est impossible d'y découvrir quelque régularité et de les attribuer à des causes concrètes, à un déterminisme certain, extérieur ou intérieur. Il semble seulement que l'urbanisme favorise la masculinité, étant donnée la supériorité des pourcentages à Lisbonne et à Porto par rapport au reste du pays, mais le mécanisme de ce fait demeure inconnu. Moins nette est la diminution de la masculinité dans les régions montagneuses et intérieures du pays par rapport aux plaines et au littoral.

L'auteur a mis en relief la supériorité de la masculinité chez les morts-nés par rapport aux nés-vivants. Selon lui, la masculinité des naissances et la plus forte léthalité masculine doivent avoir, contrairement à l'opinion de Boldrini, une explication germinale. Comme il y a digamétie masculine dans le groupe humain, il est possible que les gamètes mâles porteurs du chromosome Y soient plus actifs — plus « masculin » — que les porteurs du chromosome X en sorte que la combinaison XY correspondant au sexe masculin soit plus fréquente que la combinaison XX correspondant au sexe féminin. D'un autre côté, étant prouvé que de nombreuses mutations ne sont pas viables et sont de nature léthale, on peut penser que l'hétérochromosomie masculine est moins stable, moins viable en définitive que l'homochromosomie féminine. Le premier fait expliquerait la masculinité dans les naissances, s'écartant légèrement des proportions de 50 % des deux combinaisons d'après la simple application du calcul des probabilités. Le second fait expliquerait la plus forte tendance masculine à la léthalité, et cette explication trouverait une certaine confirmation dans l'assertion de Cuénot, suivant laquelle la masculinité est d'autant plus accentuée, dans différents groupes animaux, que l'hétérogénéité raciale des progéniteurs est plus grande.

OS PROBLEMAS DA NATALIDADE

(Continuação do N.º 2)

Pelo DOUTOR ANTÓNIO DE ALMEIDA GARRETT

Director da Faculdade de Medicina do Porto

II — ESBOÇO HISTÓRICO

Como todos os problemas sociais, os problemas da natalidade tem uma longa história. Desde que os homens alcançaram um grau de cultura suficiente para que a sua inteligência se preocupasse pelo futuro da colectividade, não faltou quem estudasse aqueles aspectos da vida social que, para a época e a nação a que pertenceram, maior importância revestiam.

Desde os tempos mais recuados, das antigas civilizações, a natalidade interessou filósofos e políticos, tanto debaixo do ponto de vista quantitativo como do qualitativo.

Cinco séculos antes de Cristo (1), o «Zend-Avesta», atribuído a Zoroastro, louva os que proliferam e tornam fecundos os casamentos, e insere orações para os que não se multiplicam; diz que é preciso ter filhos, para que a cadeia dos seres não seja interrompida. Entre os persas de então as mulheres eram proibidas de casar antes de chegarem à idade própria para a procriação; e conta Estrabão que os reis da Pérsia presenteavam os súbditos que tinham maior número de filhos.

Aproximadamente pelo mesmo tempo, no outro extremo da Ásia, Confúcio proclamava que um pai vive sem honra se os seus filhos forem condenados ao celibato, e que um filho falta ao primeiro dos seus deveres se não deixa quem perpetue o seu nome e a sua família.

Entre os ditames bíblicos, o da multiplicação era respeitosamente seguido pelos hebreus. Ser pai era uma obrigação; não o ser era um estigma infamante. E o Talmud diz que «aquele que impede o nascimento é semelhante àquele que mata».

(1) Estas referências à história antiga foram colhidas, em regra, nas seguintes obras: *Montesquieu — De l'esprit des lois* (texto segundo a edição de 1758, Paris, sem data); *Oeuvres de G. Filangieri* (T. I., Paris, 1822); *Lucien Bocquet — Le célibat dans l'antiquité envisagé au point de vue civil* (Paris, 1895).

A estes preceitos, de índole moral, para defesa da família e da sua perpetuidade, não devia ser estranha a preocupação de não deixar estiolar a massa da população, por falta de criação de novos elementos. Essa preocupação está bem expressa nas obras de alguns legisladores da antiga Grécia, como Solon e Licurgo.

As prescrições governativas eram claramente no sentido de estimular a procriação. Chegaram até nós as leis das repúblicas de Atenas e de Esparta. Em Atenas, oradores e militares só depois de terem filhos podiam ser admitidos no Governo; o celibato era proibido. Em Esparta, o pai de quatro filhos estava isento de todos os encargos públicos, e o celibato e o casamento tardio eram procedimentos puníveis; a acusação de «agamia» castigava-se com exclusão dos jogos gimnicos e com a pena de ir o réu, desnudado, cantar na praça pública uma canção satirizando o celibato; os que só na velhice se casavam eram levados, por esse delito de «opsigamia», em frente do altar, para ali serem fustigados por mulheres. Era, a par de medidas protectoras de ordem fiscal, a repressão por punições, entre as quais não era certamente a menor a da exposição ao escândalo público. O seguinte episódio, contado por Plutarco, dá bem ideia do espírito popular a este respeito. Uma vez, em Esparta, Derkyllidas, velho guerreiro, famoso pela sua bravura, entrou na assembleia, e um jovem recusou ceder-lhe o banco em que estava sentado, argumentando: «tu não tens filhos que possam um dia ceder-me o lugar»; e esta resposta ousada, em vez de provocar rumor, foi aplaudida por todos.

Alguns filósofos, porém, fizeram objecções a esta doutrina. Em face da estrutura económico-social da república, com homens livres que tinham de sustentar-se com o produto do trabalho dos servos, receavam que o número excessivo daqueles trouxesse consigo a sua pobreza e a ruína geral.

Aristóteles (1) opinou ser um erro deixar procriar sem limites, devendo-se fixar um máximo de população, baseado no número das crianças que morrem e dos casamentos estéreis; porque a procriação ilimitada traria inevitavelmente a miséria, causa das desordens civis e dos crimes.

Platão (2) queria que o número de casas e de lotes de terra não ultrapassasse o de cinco mil e quarenta, como o das famílias dos guerreiros, e que, havendo abundância de crianças, teria de se proibir a procriação ou de se enviar o excedente para lugar onde pudesse fixar-se.

(1) *Politique d'Aristote*, traduite en français par J. Barthélemy-Saint Hilaire (3.^a edição, Paris, sem data).

(2) *Oeuvres complètes de Platon*, publiées sous la direction de M. Emile Saisset. T. VII — *La République ou l'Etat* (Paris, sem data).

Estas ideias eram muito antigas: já Fido de Corinto, nove séculos antes da era cristã, escrevera que o número de cidadãos devia ser imutável.

Os filósofos gregos admitiam o abortamento, que consideravam justificado quando os filhos eram muitos. De resto, os abortos eram coisa corrente e provocavam-se sem recato.

Roma substituiu a Grécia, e veio a padecer dos mesmos vícios. Na literatura romana abundam os quadros de degradação dos costumes; basta ler o *Satiricon*, ou Juvenal. Ligações efémeras, ditadas exclusivamente pelos apetites sexuais, raridade dos casamentos e da fundação de famílias estáveis, prática vulgar do abortamento, tudo se juntava para contrariar a natalidade. Contra tal estado de coisas reagiram os responsáveis pela governação pública, sobretudo quando, a partir de César, se operou a concentração do poder.

Mais vincadamente ainda que nas repúblicas gregas, no Império Romano o legislador pagão acentuou o encorajamento do matrimónio e da sua fertilidade. A mais notável série de medidas em tal sentido parece ser a constituída pelas célebres «*Lex Julia de maritandis ordinibus*» e «*Lex Papia Poppea*» (do nome dos cônsules da época em que foi promulgada). São do tempo áureo de Augusto. Embora para alguns sociólogos essa legislação tivesse finalidade fiscal e moralizadora, em face das necessidades do erário e da depravação dos costumes, e não fosse promulgada com objectivo demográfico, parece-me que deve dar-se-lhe aqui um relevo frisante, porque, além daqueles motivos, o de aumentar a população pelo casamento fértil, está implicitamente nela contido. E Augusto bem o mostrou nos seus discursos; por exemplo, arengando aos celibatários, pronunciara estes significativos períodos:

«— Vós não sois homens, porque não dais prova alguma dessa qualidade. Não sois romanos, porque fazeis todos os esforços para destruir a república. Poderia chamar-vos homicidas, porque privais o Estado dos cidadãos que podíeis fazer nascer; ímpios, porque desobedeceis à vontade dos deuses; sacrílegos, porque tranquilamente deixais que desapareçam os nomes e as figuras dos vossos antepassados; pérfidos, porque provocais a desolação da pátria e lhes tirais cidadãos. Todos estes nomes, porém, não bastariam para vos dizer tudo o que sois. Saí desse estado, se tendes por mim algum sentimento de amizade; e se não é para me adular, mas realmente para me honrar, que me dais o nome de pai, conjuro-vos a que deis cidadãos ao Estado; então, eu participarei dos bens que criareis para a pátria, e serei verdadeiramente digno desse nome sublime».

Seja qual for a opinião que se forme das leis de Augusto, não pode negar-se que, tal como nas repúblicas da antiga Grécia, o problema da população, em Roma, interessou vivamente os homens de governo e de pensamento; é isto o que importa

para o esboço histórico que aqui se traça, e foi por isso que em reunião de demógrafos elas foram versadas (1).

Por essas leis impunha-se a obrigação do matrimónio aos homens entre a idade dos vinte e cinco e a dos sessenta anos, e às mulheres entre a dos vinte e a dos cinquenta anos; a viuvez não isentava, a menos que novo casamento se efectuasse dentro do prazo de seis meses a dois anos. Eram nulos todos os juramentos e imposições de celibato. Os celibatários não podiam receber bens de estranhos a próximo parentesco, nem por herança nem por legado; os homens casados sem filhos só tinham direito a metade dos bens a receber nessas condições, e as mulheres para gozarem desse direito precisavam de ter três ou quatro filhos, conforme fossem «ingenuae» ou «libertae». Os celibatários foram obrigados a pagar um imposto especial: «aes uxorium». Facilitaram-se as uniões entre indivíduos de várias classes sociais, e deram-se prerogativas de direito civil a filhos e perfilhados. Aos casais com três filhos conferiam-se maiores regalias, entre as quais a isenção de pagamento de imposto pessoal. As mulheres que tivessem três filhos deixavam de ficar sujeitas à tutela familiar.

Essa legislação propulsora da natalidade durou, com esta ou aquela modificação, com maior ou menor rigor na sua aplicação, até que um novo espírito surgiu no povo romano. Antes, porém, de passar a essa nova fase da história em questão, note-se que a preocupação populacional na antiga Grécia (e, embora menos claramente, na Roma consular e imperial) não incidia apenas sobre a quantidade dos cidadãos, mas também sobre a sua qualidade. Aristóteles entendia ser conveniente existir uma lei que proibisse o interesse pelos que nascessem disformes, opinião igual à de Platão. Os espartanos eliminavam os débeis e malformados. Diz-se que Rómulo permitia que as crianças nascidas com deformações fossem abandonadas pelos pais.

Quando o número e a qualidade dos cristãos no Império Romano levou de vencida o paganismo que ferozmente os perseguia, as indicadas leis foram caindo em desuso, e quando o imperador Constantino abraçou o cristianismo delas já muito pouco existia, praticamente. Honório e Teodósio acabaram com elas, e na codificação de Justiniano já não se encontram vestígios dessa orientação. Na ânsia de moralização dos costumes, o abortamento foi equiparado ao homicídio e como tal punível, procurando-se assim lutar contra um costume que a legislação anterior havia proibido, mas inútilmente.

(1) E. Ciccotti — *Considerazioni sulle leggi matrimoniali di Augusto* (Congrès International de la Population, T. II, Paris, 1938).

Como reacção contra a animalidade do deboche pagão, o cristianismo pregou a abstinência dos prazeres carnaes, a supremacia da alma sobre o corpo. Se o preceito evangélico — cresci e multiplicai-vos — não foi invalidado, o novo conceito sobre relações sexuais e matrimónio mudou radicalmente o aspecto do assunto.

Para os primeiros cristãos, se o casamento era um acto de dignidade sacramental, a abstinência era uma virtude superior. S. Paulo disse, na Epístola aos Coríntios, «que ha vantagem para o homem em nada procurar dos prazeres dos sentidos, e que aquele que casa a sua filha faz bem, mas aquele que a não casa ainda faz melhor».

Prolongou-se tal espírito de renúncia por largos tempos. Ainda nos séculos XI a XIII há muitas provas da sua manutenção. São característicos os exemplos dados por grandes da terra, como, entre outros, Henrique II, imperador da Alemanha, e sua mulher Santa Cunegundes, ou por Santo Elisiário e Santa Delfina, casais que viveram sem relações conjugais toda a vida, por devoção (1). Conta Tertuliano que era vulgar os matrimónios renunciarem à convivência do leito conjugal logo que tinham assegurada a continuação da família.

Mas, com o andar dos tempos, foi-se diluindo a pureza da doutrina primitiva, progredindo a licença geral dos costumes, em todas as classes. Procurou a Igreja dominar essa desordem social, tomando deliberações de disciplina em vários concílios e sínodos. No importantíssimo Concílio de Trento, em meados do século XVI, o assunto foi muito debatido, prevalecendo a opinião de que «o estado de virgindade ou de celibato é preferível ao estado conjugal, e não é melhor nem mais santo contrair matrimónio do que manter a virgindade e o celibato; e se, para vencer os desejos carnaes é fraca a natural sisudez, em troca a graça é para isso sufficiente». Consagrou-se com esta doutrina o celibato dos sacerdotes e a excelência das ordens monásticas.

No entanto, seria tão acatada que o seu reflexo sobre a população se fizesse sentir intensamente, despertando nos governantes qualquer interesse pela natalidade? Não é possível responder a esta pergunta, por serem muito escassas as informações que a este respeito dão as poucas fontes históricas relativas a essa época. Parece, contudo, que tal reflexo, a ter existido, devia ser pequeno, porque, se uma parte dos cristãos seguia com fidelidade os preceitos da continência, a maioria dava-lhes muito pouca ou nenhuma importância. Do que se sabe de homens notáveis, por cujas vidas se pode fazer ideia da generalidade dos costumes, a par dos abstinentes por devoção religiosa, pululavam os que levavam uma vida

(1) Luis Moreri — *El gran diccionario histórico o miscellanea curiosa de la história sagrada y profana*. (Trad do francês, por Joseph Miravel y Casadevante, Paris, 1753).

tão dissoluta como a dos pagãos que o cristianismo pretendia moralizar. Eis alguns exemplos de que, pelo menos no Império do Ocidente, pelos séculos VIII a XIII, um tal contraste existia.

Fredegário, um dos raros cronistas de então, fala de Dagoberto, quando ao chegar à idade dos vinte anos tomou conta do Império dos Francos: «foi então que, abandonando-se sem medida à luxúria, teve, como Salomão, três rainhas e grande número de concubinas. As rainhas eram Nantechilde, Wulfégonde e Berchilde; quanto aos nomes das amantes, como tinha muitas, receio a fadiga de as inserir nesta crónica». Os costumes dos seus sucessores não foram mais morigerados. «Não houve rei merovíngio que não fosse pai antes dos quinze anos e que não estivesse decrépito aos trinta» (1). Quando os grandes da terra de maior responsabilidade moral assim procediam, não é de crer que os pequenos os não imitassem, na medida do possível.

Guarinarius descreveu curiosos costumes que prevaleceram nos banhos públicos germânicos até ao fim do século XVI, pelo menos. Homens e mulheres despiam-se nos mesmos locais, e desnudados tomavam banho juntos. Raparigas e rapazes, até de 16 a 18 anos, recolhiam a suas casas, pela rua, inteiramente nus, ou, quando muito, com um pano na cintura (2). A promiscuidade dos sexos é facto que se colhe das obras dos autores da época, como a do florentino Poggio, publicada em Basileia em 1538; e está bem documentada nos desenhos de Albrecht Durer, de grande valia para o conhecimento dos costumes populares dos séculos XV e XVI.

Naturalmente, o povo tinha a moralidade sexual dos grandes. No tempo de Carlos V, as filhas dos nobres consideravam uma honra apresentar-se nuas diante dele, e os seus pais regosijavam quando o imperador as tomava para concubinas. E não devia ser muito grande a confiança na castidade e fidelidade das mulheres, quando, no tempo das cruzadas, os italianos introduziram as cintas de ferro com tapadeira impeditiva do coito. Em França, no dizer de Brantôme, foi no tempo de Henrique II que um serralheiro de Paris apresentou um desses «alquetes da virgindade» (que vi no Museu de Cluny) e com os quais parece que fez bom negócio (3).

Tudo isto leva à convicção de que a procriação devia dar abundante natalidade, com tão livres costumes. Não há elementos para avaliar, com probabilidades

(1) J. C. L. Simonde de Sismondi — *Histoire de la chute de l'empire romain et du déclin de la civilisation de l'an 250 à l'an 1.000* (Bruxelles, 1836).

(2) Hermann Heinrich Ploss, Max Bartels & Paul Bartels — *Whoman, an historical gynaecological and anthropological compendium* (1.º vol., London, 1935).

(3) P. de B. de Brantôme — *Oeuvres complètes* (Paris, 1864-82).

de exactidão, o quantitativo da população das diversas partes da Europa na Idade-Média; mas, pelas notícias dos levantamentos de exércitos, incremento e multiplicação das cidades, devia ser bastante avultado, apesar das guerras e das pestes, que frequentemente devastavam os habitantes de extensas regiões; se não fossem estes obstáculos, que se sabe terem assumido extraordinária importância, é lógico supor que a população teria crescido progressivamente, através desses séculos, com muito maior andamento do que aquele que de facto manifestou. A comparação das avaliações populacionais do tempo do Império Romano com as dos séculos XIV a XVI, diz-nos que de uns 60 milhões de habitantes, a Europa passou a ter o triplo, apesar daqueles gravíssimos impedimentos.

Os políticos, ocupados em operações guerreiras, não pensavam em tais questões. Só uma citação encontrei: a de, em Inglaterra e até ao século XIV, existir a imposição de uma taxa aos celibatários.

Com o desenvolver da Renascença ressurgiu o interesse pelos problemas sociais, fora do campo estritamente religioso; mas é preciso chegar ao século XVIII, quando o engrandecimento do poder real tinha levado os estadistas a mais detidamente se ocuparem deles, para encontrar notícias de interesse, quanto à natalidade. Desde o início da série de escolas de economia política que então se sucederam, a ideia geral era a da defesa do incremento populacional.

Tal como Vauban, o nosso Ribeiro Sanches fiava dele o progresso das nacionalidades: — «todos sabem que a mais sólida base de um estado consiste na multidão de súbditos e no seu aumento, e que desta origem resultam as suas forças, poder, grandeza e magestade» (1).

Por iniciativa de Colbert, já então, na França de Luis XIV, por édito de 1666 se isentaram de encargos públicos os que se casassem antes dos vinte anos e os que tivessem dez filhos legítimos; a estes davam-se pensões, que eram maiores para os pais de doze filhos: 1.000 libras para os primeiros, 2.000 para os segundos.

Mais tarde, a revolução francesa, Napoleão e Pitt, seguiram igual orientação política. Ficou célebre a anedótica pergunta de Madame de Stael a Napoleão: «qual é a mulher do mundo, morta ou viva, que preferis?»; à qual ele retorquiu: «a que teve mais filhos, senhora».

Jean Jacques Rousseau, no «Contrato social», escrevera: «Todas as coisas sendo iguais, o governo sob o qual, sem meios estranhos, sem naturalizações, sem colónias, os cidadãos povoam e se multiplicam mais, é infalivelmente o melhor».

A breve trecho, porém, surgiram economistas que punham objecções àquela

(1) *Tratado da conservação da saúde dos povos* (Paris, 1756).

ideia. A história dos problemas da natalidade passara a depender inteiramente da história da economia política, porque a preocupação dominante era a do condicionamento da população aos recursos materiais para a sustentar.

Já Montesquieu (1) esboçara uma reserva, escrevendo: «Em toda a parte em que se encontre um lugar onde duas pessoas possam viver comodamente, faz-se um casamento. A natureza a isso leva, quando ela não é sustida pela dificuldade da subsistência».

Na obra do clássico Adam Smith (2) a restrição está bem expressa: — «A procura de homens regula necessariamente a produção de homens, como a procura faz com qualquer mercadoria; ela acelera a produção quando esta afrouxa, suspende-a quando esta marcha demasiadamente depressa. É esta procura que regula e determina o estado de propagação dos homens em todos os países do mundo, na América setentrional, na Europa e na China; que a faz andar a passo rápido na primeira destas regiões, que lhe dá na outra um andamento lento e gradual, e que a faz estacionar na terceira». Admite, portanto, uma auto-regulação da natalidade, sob o domínio do factor económico, pelo que não se lhe encontram alvitres para a incrementar. Se algum emite, no assunto em questão, é o da possibilidade de ter de se lutar contra o seu excesso. Escreveu: — «Naturalmente, todas as espécies animais se multiplicam na proporção dos seus meios de subsistência, e nenhuma espécie pode jámais multiplicar-se além disso. Mas, nas sociedades civilizadas, só nas classes inferiores a escassez de subsistências pode por obstáculos à propagação da espécie humana; e isto só pode acontecer por um processo: destruindo uma grande parte das crianças geradas pelos matrimónios fecundos destas classes do povo».

O célebre economista João Baptista Say (3) emitiu opinião semelhante: «a população de um país proporciona-se aos produtos que ele dá».

A questão havia sido posta, pela primeira vez em termos incisivos, por um homem cuja obra teve uma influência enorme e é do máximo interesse na história dos problemas da natalidade: Thomas Robert Malthus. O livro que deu celebridade a Malthus foi publicado sem nome do autor em 1798, e intitulava-se: «An essay on the principle of population, as it affects the future improvement of society». Numa segunda edição, em 1803, já editada com o seu nome, desenvolveu o assunto, acrescentando-lhe várias considerações e reforçando os pontos

(1) Montesquieu — (Op. cit.).

(2) Adam Smith — *Recherches sur la nature et les causes de la richesse des nations* (T. I, Paris, 1843).

(3) Jean Baptiste Say — *Cours complet d'économie politique* (7.^a edição. Paris, 1884).

de vista anteriormente expressos. Foi esta edição, ou as posteriores, que serviram para as traduções feitas em diversos países.

O livro é uma série de ensaios. Os dois primeiros, de estatística e história, tratam do desenvolvimento da população nos povos antigos e modernos e dos obstáculos que encontrou. O terceiro trata das teorias da sociologia e dos sistemas económicos relativos à agricultura e ao comércio dos cereais. O quarto é aquele em que expõe as suas ideias sobre a restrição moral da procriação, a caridade, as taxas para os pobres. Por último, resume a doutrina exposta e responde a arguições que lhe fizeram. Por este resumo se vê que o livro é substancialmente de economia política, e que o assunto é tratado no ponto de vista económico, acima de tudo.

Poucas obras terão sido tão discutidas como esta, por uns para a elogiar e ultrapassar as conclusões que dela se tiram, por outros para a contradizer e invec-tivar os seus fundamentos e deduções. A obra, em si, não interessa mais do que qualquer outra dos economistas desse tempo, apesar de, como já frisei, versar o tema por forma mais pormenorizada, com expressão mais concreta. Mas tem lugar de destaque neste esboço histórico, porque as consequências que dela resultaram foram, sem dúvida, de grande importância social.

As ideias de Malthus podem resumir-se assim: se nenhum obstáculo se opuzer, a população cresce em progressão geométrica, ao passo que os meios de subsistência crescem em progressão muito menor. A desproporção entre um crescimento e o outro conduzirão à miséria geral, por falta de recursos para a manter devidamente. A densidade da população não indica prosperidade, porque, em igualdade de circunstâncias, uma população menor vivendo bem tem mais força que uma população maior sofrendo privações; no entanto, se o aumento da densidade é acompanhado por correspondente aumento dos meios de subsistência, essa situação representa progresso. Para evitar a miséria, e com ela todos os males sociais e morais que origina, é preciso regular a procriação, moderando a sua natural tendência para o excesso. Para isso deve limitar-se a natalidade como medida preventiva, praticando a restrição voluntária; com ela se evitarão os factores naturais de redução das populações demasiadamente abundantes, que são a fome, a doença, o vício e a guerra. A não-limitação preventiva é contrária ao interesse das famílias e das sociedades, consequentemente à moral; pelo contrário, o incitamento populacional é absurdo, perigoso e contrário ao interesse da sociedade.

Esta tese é afinal a da quase totalidade dos economistas da época, apresentada com mais desenvolvida justificação; e avança, dentro desse critério, com a proposição do remédio para o que considera um malefício. Esse remédio é a «moral restreint», expressão difícil de traduzir, mas que é fácil de compreender

lendo o livro de Malthus: abstenção do acto procriador, quer por castidade, quer por casamento tardio, quer por abstinência sexual na vida conjugal. Tornou-se assim o paladino público daqueles procedimentos que, escondidamente, praticavam já alguns elementos das classes economicamente bem colocadas, que procuravam ter poucos descendentes, para os deixar com largos recursos; os miseráveis, esses, desfazião-se dos filhos, abandonando-os à caridade pública. Ao abortamento, então, como sempre, meio frequentemente empregado para evitar o nascimento de crianças vivedouras, não se faz qualquer referência, nem mesmo a meios de evitar a concepção; a «moral restrita», que os economistas portugueses traduzem em «constrangimento moral», baseava-se na abstinência. É curioso registar que também alguns demógrafos foram influenciados pela orientação da economia política, realçada por Malthus. Por exemplo, Achille Guillard, o homem que introduziu na ciência a palavra «demografia», referindo-se às relações entre as leis económicas e o desenvolvimento populacional, escreveu (1) estas frases: «Quando tudo é igual, o crescimento está na razão inversa da densidade. A população média proporciona-se às subsistências disponíveis. Os países mais produtores são os mais povoados, e reciprocamente. Quando a produção das subsistências aumenta, a população aumenta na mesma relação. Quando a produção diminui a população diminui igualmente». Esta doutrina da subordinação do incremento populacional ao factor económico dominava, pois, não só os economistas, mas grande número de estudiosos dos problemas sociais, e influenciou os cultores da estatística demográfica, para as interpretações das tabelas de natalidade.

Pouco a pouco o malthusianismo foi tomando vulto, de tal sorte que apareceu em Inglaterra uma sociedade para a propaganda da doutrina; foi em 1887 e é a «The Malthus League», fundada pelo Dr. Drysdale, sociedade que a partir de 1879 tem um jornal de propaganda. Já em 1854 aparecera em França um livrinho que teve trinta e duas edições, e se chamava «Elements de science sociale ou Religion physique, sociale et naturelle. Exposé sur la véritable cause et sur le remède des trois principaux maux de la société, la pauvreté, la prostitution et le célibat, par un étudiant en médecine».

Já não era o constrangimento moral, que Malthus preconizara, o remédio proposto para moderar a excessiva natalidade. Agora, pretendia-se evitar a concepção, sem privação do exercício das funções sexuais. Embora pretextado nos mesmos fundamentos económico-sociais, o malthusianismo transformara-se no chamado «neo-malthusianismo».

(1) Achille Guillard — *Etudes sur la statistique humaine*. (Paris, 1855).

Propagandistas entusiastas, como o deputado Charles Brandlaugh e sua amante Annie Besant, no último quartel do século passado, intensificaram a propaganda do «birth-control» (1). E tal foi o movimento que, em 1926, o caso foi levado à Câmara dos Comuns, e depois à dos Lords, que por maioria de votos autorizou a criação de centros para a limitação dos nascimentos, em que se ensinam os meios de evitar a concepção. A existência desses centros ou clínicas anti-concepcionais continua a ser ali permitida.

Sociedades semelhantes apareceram em diversos países, no século passado (Holanda, Alemanha, França, etc), e mais tardiamente noutros (Espanha, Cuba, etc.); mas sem lograr a importância que o «birth-control» adquiriu na Inglaterra. A França foi talvez o único país em que encontrou o espírito público mais propenso a adoptar o neo-malthusianismo. No reinado de Luis Filipe, alguns prefeitos (traduzindo esse espírito), aconselharam publicamente os seus administrados a ter poucos filhos (2). E a Academia Francesa em 1851 concedeu o prémio Montyon a um autor que desenvolveu o seguinte tema: «Ditoso o país onde o senso público e privado se reúnem para impedir que a população cresça muito depressa».

Ficará para lugar mais oportuno a crítica desta fase da história da natalidade, pois aqui se trata apenas de inventariar o que sobre ela se passou, disse e realizou através dos tempos. Não quero, porém, deixar de notar o facto de ser a partir do último quartel do século passado, em coincidência com a expressão pública da doutrina malthusiana, que se iniciou a queda dos índices da natalidade em quase todos os países da Europa. Em França, já antes havia começado a descida desses índices, pelo que é natural pensar que deviam ali praticar-se os métodos destinados a efectivar a doutrina, muito antes dela ser publicada e conhecida do público francês (3). Uma amostra de que assim era, e de longa data, é dada nas cartas de Madame de Sevigné. Escrevendo a sua filha, Madame de Grignon, em 1672, dizia-lhe: «Vós me obedecéis, não estando pejada; agradeço-vos de todo o meu coração; tende o mesmo cuidado em me agradar, não apanhando a varíola». A filha de Madamé de Sevigné tinha então vinte e três anos e dois filhos; a mãe já achava que eram bastantes...

Em França, a sociedade pugnadora do «birth control», fundada em 1896, intitula-se «Ligue pour la regeneration humaine» e pretende justificar o seu título com a doutrina de que o número é inimigo da qualidade, e que esta deve

(1) G. Banu — *L'hygiène sociale de l'enfance* (Bruxelles-Paris, 1933).

(2) Jacques Bertillon — *La dépopulation de la France* (Paris, 1911).

(3) A 1.^a edição francesa do livro de Malthus apareceu seis anos depois da 2.^a edição inglesa: *Essai sur le principe de population de Malthus*, traduit de l'anglais par M. M. Pierre et Guillaume de Prevost (Paris-Genève, 1809).

preocupar mais do que a quantidade. Assim, ali como em toda a parte, apareceu essa feição do neo-malthusianismo, em que a base dos princípios já não é principalmente económica, mas sim de aperfeiçoamento da espécie: é a fase eugénica do neo-malthusianismo.

Em contraposição aos neo-malthusianistas, alguns sociólogos defenderam a doutrina oposta e reclamaram dos poderes públicos uma série de disposições tendentes a proteger a natalidade e a promover o seu desenvolvimento.

Tal orientação mostrou-se com maior evidência na França, onde a despopulação vem de longe e constitui manifesto factor de enfraquecimento nacional. Já em 1874 o Doutor Bertillon (1), apoiado nas estatísticas de natalidade e mortalidade, mostrara que o fraco desenvolvimento daquela, embora esta tivesse tendência para diminuir, criava uma situação anómala, em face do incremento notável da grande maioria dos países e particularmente da Alemanha. O seu brado foi repetido, e calorosamente, por seu filho Jacques Bertillon, na obra atrás citada. Uma sociedade em que participam demógrafos, médicos, políticos e sociólogos, trabalha no sentido de procurar convencer os poderes públicos da necessidade de proteger a vida da nação, pela protecção das famílias fecundas e das crianças.

Foi o desenvolvimento dos estudos de estatística demográfica que permitiu assentar em bases sólidas o movimento pro-natalidade; conjuntamente com as observações sobre a economia pública, puderam refutar-se argumentos dos defensores das vantagens da pobreza natalícia. Por outro lado, os progressos da medicina preventiva, no campo da higiene da gestação e do parto, promoveram a vida extra-uterina de fetos condenados a morrer sem ter visto a luz do dia; e não faltaram médicos sociólogos a lutar pela sua aplicação geral.

Esta série de circunstâncias deu em resultado o interesse dos governos, em toda a parte, pela defesa da natalidade, sobretudo pela protecção das grávidas e parturientes, pois a promoção de maior natalidade, até mesmo limitando-se à repressão do aborto e à protecção da família fecunda, não logrou tão grande interesse.

*

Deixando por agora a exposição dos subsídios que a estatística demográfica trouxe ao estudo consciencioso dos problemas da natalidade (pois se indicarão à medida que estes forem versados), referem-se aqui somente alguns dados sumários

(1) Artigo «Natalité», no *Dictionnaire Encyclopedique des Sciences Médicales*, de Dechambre (Paris, 1874).

sobre a protecção sanitária das concepções e sobre a intervenção dos poderes públicos em tal matéria.

Antes dos meados do século XIX, só a assistência à mulher no acto do parto mostrava acção protectora da natalidade, embora desempenhada sem esse objectivo expresso, pois era simples obra de caridade para com um ser em delicada circunstância; hospitalizavam-se as grávidas indigentes como se hospitalizavam enfermos.

As primeiras obras de protecção médica das gestantes foram de iniciativa particular, sobretudo das administrações dos estabelecimentos hospitalares, incitadas por médicos. São as consultas prenatais. As mais antigas parecem ser as da Noruega (1846) e as da Dinamarca (1849). Foi a partir da última década do século passado que elas se espalharam por vários países (1); na França, que foi um dos primeiros a instituí-las com carácter oficial, criaram-se em 1892 nos hospitais de Paris, da assistência pública. O poder central, depois, em quase toda a parte, passou a auxiliar as instituições que as mantinham, a promover a fundação de obras novas, a ordenar o seu funcionamento. Na Europa, logo a seguir ao termo da guerra de 1914-18, quase simultaneamente (1919), na Alemanha, na Bélgica e na Inglaterra promulgaram-se leis orgânicas da assistência à maternidade e à infância, em que a vigilância da gestante ocupa merecido lugar. Alguns anos depois, a França, a Itália e a Espanha seguiram o mesmo caminho.

A educação higiénica das futuras mães é uma das missões das consultas prenatais. Para ela contribuem as visitadoras sanitárias. Na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos esta missão constitui a parte mais importante do labor dos centros de puericultura, em que as «visiting-nurses» desempenham um papel importantíssimo. As leis que regulam as obras de higiene prenatal e protecção à infância consideram-nas como elemento fundamental. Este auxílio prestado à gestante, conjugado com a ajuda material dada por instituições benéficas, favorece uma maior natalidade efectiva, evitando o abortamento e o nascimento de crianças inviáveis.

A legislação promulgada com o intuito de proteger economicamente as grávidas resume-se a conceder o repouso de algumas semanas antes do parto às gestantes operárias; está geralmente em relação com os seguros sociais e poucos são os países que ainda hoje fazem essa concessão. A legislação, em toda a parte, olhou mais para a parturiente e para o recém-nascido do que para a grávida.

Referência especial merece a legislação da Alemanha e da Itália, feita pelos regimes totalitários, derrubados pela guerra há pouco terminada, com o objectivo de promover o aumento da nupcialidade e da natalidade: empréstimos aos recém-

(1) G. Banu — (Op. cit.).

-casados, subsídios de natalidade, imposto sobre o celibato, etc. Orientadas por política demográfica e não, como em quase toda a parte, por humanitarismo, as legislações dos dois países ficam na história moderna dos problemas da natalidade como as mais avançadas, dentro do referido objectivo.

Entre nós, as primeiras consultas para grávidas foram instituídas em 1932 no Porto (pelo Instituto de Puericultura) e em Lisboa em 1933 (pela Maternidade Alfredo da Costa). A intervenção dos poderes públicos, assim iniciada e desenvolvida por iniciativas locais em vários centros urbanos, só ultimamente, com o diploma denominado «Estatuto da assistência social», foi encarada com prometedora amplitude, promessa de alargamento de acção protectora das gestantes, e consequentemente de defesa da natalidade. Voltaremos a este assunto, na altura própria, ao apreciar a actividade dos poderes públicos portugueses nesta matéria.

Desta rápida vista de olhos sobre as modernas ideias e realizações se pode concluir que, desde os meados do século passado até hoje, há duas correntes opostas: uma que defende a limitação da natalidade, pela restrição voluntária e evitando a concepção, e outra que pugna pela defesa do casamento fecundo e da concepção, protegendo o matrimónio, a família numerosa e a gestante em geral.

Os governos conservam-se geralmente inactivos perante estas duas correntes contrárias, mas condenam o aborto criminoso, prestam atenção à grávida, protegendo-a contra o que pode contrariar o regular andamento da gestação e assistindo-a na ocasião do parto. Isto sem falar da protecção ao filho, assunto que está fora dos limites marcados a este ensaio, exclusivamente dedicado à natalidade.

*

Vejamos agora alguma coisa da história moderna dos estudos e das tentativas para o melhoramento qualitativo da natalidade e consequentemente da população, daquilo a que se chama «eugénica» ou «eugenia».

O termo foi introduzido na ciência por Galton, mas a coisa já existia há muito tempo, dentro da medicina, embora limitada a considerações sobre a hereditariedade e vagas presunções de gerar homens mais perfeitos. Cabanis, o célebre anatómico e fisiologista, dizia que à medicina competia aperfeiçoar a espécie humana (ideia que já Descartes tinha lançado), exprimindo-se assim (1): «Se se considerar que as disposições físicas se propagam pela geração; que todas as analogias, e muitos factos importantes recolhidos por excelentes observadores, parecem provar (como notou muito bem Condorcet) que o mesmo sucede, em muitos

(1) Cabanis — *Recherches physiologiques sur les sensations, etc.* (Paris, 1880).

aspectos, quanto às disposições de espírito e às inclinações da alma, fácil é compreender como os progressos da ciência do homem físico podem contribuir para o aperfeiçoamento geral da espécie humana».

Galton teve precursores. Um dos mais interessantes foi Robert le Jeune, que numa tese curiosa, conquanto na sua maior parte fantasista, em princípios do século passado, pretendeu encontrar a maneira de gerar homens notáveis, baseando-se em noções de hereditariedade e normas do acto concepional e de higiene dos pais (1).

Galton definiu assim a nova ciência: «O estudo dos factores que podem submeter-se a uma fiscalização social, capaz de aumentar ou diminuir as qualidades sociais, físicas ou mentais das gerações futuras». A sua primeira obra (*Hereditary Genius*) é de 1861, mas só em 1904 criou na Universidade de Londres uma cadeira de Eugenia, dotando-o com um laboratório de pesquisas, e em 1908 fundou a «Eugenics Education Society».

As sociedades eugénicas tomaram grande desenvolvimento nas nações anglo-saxónicas, na Inglaterra e nos Estados Unidos, muito mais do que em qualquer outra parte, embora existam em muitos países. Se o título indica que tem principalmente por fim o melhoramento da espécie humana, de facto conjugam esse objectivo com o da limitação da natalidade, sendo em verdade associações neo-malthusianistas, com o fundamento de que devem combater-se todos os factores sanitários ou sociais de empobrecimento do valor do homem.

A orgânica dessas sociedades está claramente exposta na página seguinte escrita pelo Dr. Banus (2): — «As sociedades de eugenia inglesas, americanas e francesas (particularmente as inglesas) fundaram a sua actividade, em primeiro lugar, sobre o afastamento das causas disgénicas, e tem por fim a purificação da raça. Assim, a constituição das sociedades de eugenia inglesas, americanas, francesas ou de outros Estados teve por ponto de partida as seguintes razões:

- 1 — a super-população;
- 2 — o grande número de elementos enfermos ou tarados que constituem o grupo social considerado;
- 3 — o grande número de desempregados;
- 4 — as devastações produzidas pela guerra;
- 5 — a repartição desigual e injusta dos impostos;
- 6 — a diminuição da natalidade nas classes superiores.

(1) Robert le Jeune — *Nouvel essai sur la mégalantropogénésie ou l'art de faire des enfants d'esprit, qui deviennent de grands hommes* (Paris, 1803).

(2) G. Banus — (Op. cit.).

«Da enumeração destes motivos resultaram três tendências: em primeiro lugar, o estudo dos indivíduos e da hereditariedade, visando a selecção dos procriadores e a eliminação dos elementos tarados. Em segundo lugar, o estímulo à procriação em certas classes da sociedade; em terceiro lugar, a limitação da procriação noutras classes sociais. Os dois últimos princípios, parecendo contraditórios, na realidade não fazem mais do que nivelar desigualdades sociais, assegurando uma raça melhor.

«Enquanto o primeiro princípio tem por objectivo geral o aperfeiçoamento da raça sem olhar a classes, sem levar em conta as condições económicas e outros factores sociais, os últimos princípios atendem-nos e são por eles condicionados.

«Para os países super-povoados, em que as condições de vida se tornaram difíceis, o eugenista deve ter em vista a perspectiva de degenerescência da raça, ligada principalmente ao estado social. As privações materiais nas classes pobres determinam a aparição de factores de alteração fisiológica no decurso da gravidez, na época da primeira infância e da segunda; facilitam a invasão pela enfermidade, provocam as doenças sociais, limitam as possibilidades de educação. A limitação da procriação, e por consequência da natalidade nestas classes sociais, é uma exigência imperiosa.

«Por outro lado, observando-se uma diminuição da natalidade nas classes superiores (classes abastadas que podem oferecer aos filhos as condições económicas necessárias para o seu desenvolvimento racional), os eugenistas lutam pelo aumento da procriação nesta parte da sociedade.

«Em resumo, vigiando o valor fisiológico de todos os procriadores e estudando os factores que asseguram as melhores condições de desenvolvimento aos elementos procriadores, obtém-se uma garantia do aperfeiçoamento da raça».

O ponto de partida das sociedades eugénicas, o da selecção ou melhoramento dos progenitores, evitando o nascimento de seres com anomalias de toda a espécie, base essencialmente médica, complicou-se com a junção de considerações de ordem económico-social. E assim, a eugenia, tal como ela é interpretada por aquelas sociedades preconiza medidas de vária natureza: combate aos factores patogénicos (sífilis, tuberculose, sezonismo, pelagra e avitaminoses, alcoolismo, saturnismo, tabagismo, intoxicação por estupefacientes) e às circunstâncias sociais desfavoráveis (fadiga, imigrações), e à procriação pelos psicopatas. As medidas preconizadas para realizar estes propósitos são: o desenvolvimento da higiene pública e da medicina social, o melhoramento económico, a regulamentação das imigrações, a instituição do certificado médico pré-nupcial e a limitação dos nascimentos em cada família, a educação sexual, a segregação dos anormais e sua reeducação ou esterilização.

Sem qualquer palavra de comentário (pois aqui, repito, apenas inventário) as notas que aqui ficam, apesar de sumárias, mostram que na quadra contemporânea, entre aqueles que se interessam pelos problemas da natalidade, há uma corrente contrária à protecção da natalidade em geral, baseando-se sobretudo em estudos de biologia, respeitantes à hereditariedade; é a dos eugenistas, que, entrando em linha de conta com factores económico-sociais, são também neo-malthusianistas. Ela está em franca opposição aos que, como vimos anteriormente, pensam que deve proteger-se o incremento populacional louvando as altas cotas natalícias; os quais, aliás, reconhecem as vantagens da medicina social e de tudo o que concorra para a elevação do nível de vida das classes pobres, mas pouca ou nenhuma importância ligam às medidas preconizadas pelos eugenistas.

Com efeito, os alegados fundamentos científicos em que se filiam as prescrições eugénicas não são aceites por todos os biólogos médicos, como a seu tempo veremos. E são precisamente os que não creem nas virtudes dessas medidas os que mais pugnam pela defesa das gestações, pela assistência a mães e crianças, pela protecção das famílias numerosas, tanto por meio de obras médico-sociais, como por medidas de ordem económica, a promulgar pelos poderes públicos.

*

Chegados ao fim deste esboço histórico, e resumindo-o, pode dizer-se que:

a) Os problemas da natalidade interessaram em todos os tempos os espíritos mais altamente colocados na sociedade de cada época.

b) Esse interesse manifestou-se com maior ou menor intensidade segundo as épocas históricas; foi grande na antiga Grécia e no Império Romano, diminuiu consideravelmente na Idade Média, retomou importância com a Renascença, e adquiriu considerável desenvolvimento nos fins do século XVIII e começos do XIX, para tomar feição e vulto notáveis na quadra contemporânea.

c) Essas variações dependeram dos conceitos de vida social e de espírito nacionalista, em relação com a massa populacional de cada país, e consequentes condições económicas e políticas.

d) Por isso o aspecto que, para cada um, tomaram esses problemas foi diverso, embora eles fossem encarados, predominantemente, como temas de interesse económico-social; essa diversidade pode resumir-se em duas doutrinas opostas.

e) A opposição das doutrinas manifesta-se tanto no ponto de vista quantitativo (uns defendendo o incremento da população, outros aconselhando a limitação dos nascimentos) como no qualitativo (pugnando uns por medidas de eugenia e restrições à procriação, fiando outros da assistência económica e médico-social a beneficiação das novas gerações).

III — FECUNDIDADE E NATALIDADE EFFECTIVAS

O estudo dos problemas da natalidade requer uma dupla indagação prévia: a do valor da força reprodutiva natural e da maneira como ela é representada pela aparição de novos elementos humanos, e a dos factores que sobre aquela força actuam fazendo variar os índices quantitativos e qualitativos da população considerada. Com as noções colhidas nesta dupla fonte se poderão estudar conscienciosamente esses problemas, e tomar posição sólidamente fundamentada. Nesta conformidade, passo a tratar do primeiro desses pontos.

*

Independentemente de todas as circunstâncias de ordem social, material ou moral, que influem na natalidade, a criação de novos seres está evidentemente subordinada à capacidade reprodutora da população. Onde esta não existir, aquela será nula; onde tiver o máximo valor fisiológico, a natalidade será também máxima, dentro do condicionalismo formado pelas mencionadas circunstâncias.

Não seria preciso recordar tão banal relação, se ela não tivesse importância para o nosso caso; este aspecto tem sido dos menos considerados pelos que se ocupam da natalidade, e merece atenção, quanto mais não seja por ocupar o primeiro lugar na ordem lógica do estudo destas questões.

Pode encarar-se o assunto por duas maneiras: a relativa às qualidades intrínsecas da espécie no que respeita à função procriadora, e a relativa aos factores individuais ocasionais que dificultam ou impedem aquela função, independentemente do potencial genético. Vamos primeiramente ver o que, sobre capacidade reprodutora, nos poderá dizer a estatística demográfica.

Há muito se sabe que a fertilidade das diversas raças humanas não é igual, sendo umas mais prolíficas do que outras. É muito difícil apreciar com exactidão tais diferenças; seria preciso confrontar os índices de natalidade e fecundidade de populações de raças diferentes, sujeitas exactamente às mesmas influências do ambiente, — o que é impossível. Mas, apesar das comparações estatísticas, nas

condições em que as cifras são obtidas, só poderem dar uma impressão aproximada do fenómeno, parece que, de facto, há sensíveis diferenças, pelo menos quanto a raças anatómicamente muito distintas.

Os confrontos mais prestáveis são os feitos entre populações de raça diferente que vivem na mesma época em determinada região, e os realizados entre a população de um país habitado por certa raça e a de outro país de raça diferente, em época diversas, escolhidas por forma a que as condições gerais de vida sejam o mais possível semelhantes. Ambos os processos foram empregados.

Deles, no consenso unanime dos tratadistas, se verifica que as raças de cor, amarela e negra, são naturalmente mais prolíficas do que a raça branca. Refere-se aqui o facto, de passagem, porque só pode ter algum interesse no presente ensaio por motivo do nosso domínio ultramarino.

Alguns números, apenas, como exemplificação, vão no Quadro I, cujos elementos foram colhidos no *Annuaire Statistique de la Société des Nations* (17^{me} anné. Genève, 1945).

QUADRO I
Natalidade nalguns grupos raciais

Grupos raciais	Algéria (1936)	E. U. da América (1936-40)	Nova Zelândia (1936-40)	Palestina (1936-40)
Raça branca.....	19,2	—	18,3	—
Judeus	—	25,8	—	25,8
Mussulmanos	—	48,8	—	48,8
Nativos	37,7	—	45,2	—

Apona Alexandre Sarmiento (1) os seguintes índices de natalidade em Luanda, em 1940: brancos — 16,5; negros — 30,4.

O que mais directamente nos importa são as possíveis diferenças entre os indivíduos de raça branca, e, especialmente, entre os povos da Europa, para situar a posição portuguesa.

Dentro do continente europeu, os povos eslavos reproduzem-se muito mais intensamente que os ocidentais, facto que não pode atribuir-se, senão em parte,

(1) Alexandre Sarmiento — *Aspectos da natalidade e da mortalidade infantil em Angola*. (Jornal do Médico, n.º 95, 1944).

às condições de vida mais primitiva, e portanto mais natural; desde que há estatísticas oficiais, as quotas natalícias da Rússia e da Sérvia foram sempre mais altas do que as dos países germânicos e muito mais elevadas que as dos povos do norte e do ocidente europeu. Comparem-se os índices de natalidade que estes apresentaram no decénio 1841-50 com os dos países eslavos no de 1881-90, quando devia existir certa paridade de viver entre os dois grupos populacionais. Formado com números que traslado de *Prinzing — Handbuch der medizinischen Statistik* (Iena, 1906), o Quadro II mostra claramente os contrastes.

QUADRO II

Natalidade efectiva dos povos do oriente, centro e norte da Europa

Países	Índices	Períodos
Alemanha	35,3 37,2	1851-60 1861-70
Áustria.....	36,9 38,2	1851-60 1861-70
Bélgica.....	30,4 32,2	1851-60 1861-70
Dinamarca	30,5 32,5	1841-50 1851-60
Finlândia	35,5 35,9	1841-50 1851-60
França.....	32,8 31,4	1851-60 1861-70
Holanda	33,1 33,3	1841-50 1851-60
Inglaterra	32,6 34,2	1841-50 1851-60
Noruega	30,7 33,0	1841-50 1851-60
Rússia europeia	49,1 48,5	1871-80 1881-90
Sérvia.....	40,5 45,4	1871-80 1881-90
Suécia	31,1 32,8	1841-50 1851-60

Depois dos eslavos, mas já bastante distanciados deles, são os povos germânicos, da Alemanha e da Austria, os que, com a Finlândia, aparecem com maior natalidade. Depois vem, por ordem decrescente, a Holanda, a Inglaterra, e, com

taxas semelhantes, um pouco abaixo, os escandinavos (Dinamarca, Noruega e Suécia), a Bélgica e a França.

Não figuram neste cotejo os povos do sul e da península ibérica, porque as estatísticas oficiais do movimento da população só mais tarde se iniciaram nessa parte da Europa. A comparação parece-me válida, fazendo-a entre as penúltimas décadas para estes países e o período de vinte ou trinta anos atrás para outros de nível económico mais alto. Com cifras colhidas na mesma fonte, o Quadro III mostra que as quotas natalícias mais altas pertenciam aos países germânicos (Alemanha e Austria); a seguir, com índices entre 33 e 35, vem os chamados

QUADRO III

Natalidade efectiva de povos da metade ocidental da Europa

Países	Índices	Períodos
Alemanha	37,2	1861-70
	39,1	1871-80
Áustria	38,2	1861-70
	39,0	1871-80
Bélgica	32,2	1861-70
	32,7	1871-80
Dinamarca	32,5	1851-60
	30,7	1861-70
Escócia	34,0	1851-60
	35,0	1861-70
Espanha	36,2	1871-80
	36,2	1881-90
França	31,4	1861-70
	30,4	1871-80
Holanda	33,3	1851-60
	35,7	1861-70
Inglaterra	34,2	1851-60
	35,4	1861-70
Itália	36,9	1871-80
	37,8	1881-90
Noruega	33,0	1851-60
	30,9	1861-70
Portugal	35,5	1871-80
	33,8	1881-90
Suécia	32,8	1851-60
	31,4	1861-70

povos latinos meridionais (Itália, Espanha e Portugal), os anglo-saxónicos (Inglaterra e Escócia) e os neerlandezes. Os restantes figuram com índices inferiores, entre a casa dos 30 e a dos 33.

As diferenças não são agora muito grandes, mas talvez alguma coisa possam dizer. Não permitem afirmar distinção semelhante à relativa aos eslavos; mas parecem indicar que há características étnicas, neste ponto de vista: germânicos mais prolíficos que latinos do sul, anglo-saxões e holandeses; e muito mais do que os nórdicos e os do centro europeu, franceses e belgas (e também que os suíços, que não figuram no quadro mas que em 1871-80 tiveram um índice de 30,8). Pelo menos, assim tem sido considerado por vários autores, com os quais temos de concordar.

A verdade é que, em boa técnica demográfica, para tais confrontos, a natalidade efectiva não é o indicador mais apropriado. Ela dá o número global dos nado-vivos por cada milhar de habitantes, sem olhar à quantidade de mulheres que os podem dar à luz. Se no conjunto duma população estas rarearem e noutra abundarem, índices iguais serão num caso representativos de maior produtividade e no outro de menor. Por tal motivo é clássico, em estatística demográfica, neste capítulo, entrar em linha de conta com a proporção entre os nados e o número de mulheres em idade de gestação. Encontra-se assim o índice de natalidade específica, denominado de fecundidade.

Este procedimento deve dar indicações mais seguras para o esclarecimento da questão ora versada. Infelizmente, rareiam os elementos para confrontos desta ordem, relativos a épocas muito afastadas da actual; são mais modernos do que os referentes aos índices brutos de natalidade. Temos de fazer a comparação entre cifras respeitantes a períodos mais próximos de hoje dos que as do confronto anterior.

Note-se ainda que, para maior exactidão, os índices deveriam calcular-se, não sobre o número de crianças que nascem vivas, mas sobre o número de concepções, quer estas fossem a bom fim, quer não, por interrompidas no seu decurso ou inutilizadas por morte do feto a termo. Mas tal rigor não pode obter-se, pois se é possível acrescentar à cifra dos nado-vivos a dos nado-mortos com idade de gestação para poderem ser vivedouros, já o mesmo não sucede com as prenhezdes feitas nos primeiros meses. Por isso, as taxas utilizadas são as da fertilidade efectiva, supondo-se comparáveis, por as nado-mortos serem em muito menor número que os nado-vivos, e se considerarem semelhantes as percentagens de gestações inúteis, em relação ao total destas, nos vários países. Para o efeito, é o melhor que se pode arranjar.

O quadro IV exara os índices de fertilidade efectiva em períodos diversos segundo os países considerados, à semelhança do que se fez para o Quadro III. As cifras foram colhidas no tratado de *Michel Huber — Cours de démographie et de statistique sanitaire*. (Vol. IV. Paris, 1939), e referem-se ao número de nado-vivos por cada 1.000 mulheres com idades de 15 a 49 anos (1).

QUADRO IV

Fecundidade efectiva geral em povos da metade ocidental da Europa

Países	Índices	Períodos	Países	Índices	Períodos
Alemanha	153 141 147	1876-85 1896-05 Média	Inglaterra	134 135 135	1856-65 1876-85 Média
Austria	149 145 147	1876-85 1896-05 Média	Irlanda	101 90 96	1876-85 1896-05 Média
Bélgica	132 114 123	1876-85 1896-05 Média	Itália	139 131 135	1896-05 1906-13 Média
Dinamarca	129 135 131	1856-65 1876-85 Média	Noruega	132 127 130	1856-65 1876-85 Média
Escóssia	132 133 133	1856-65 1876-85 Média	Portugal	122 122 122	1896-05 1906-15 Média
Espanha	135 130 133	1896-05 1906-13 Média	Suécia	128 119 124	1856-65 1876-85 Média
França	99 85 92	1876-85 1896-05 Média	Suiça	117 110 114	1876-85 1896-05 Média
Holanda	— 150	1856-65 1876-85			

A leitura deste quadro deixa impressão um pouco diversa da que ficou dos dois quadros anteriores. Altera-se um pouco a ordem dos vários países, na escala

(1) Excepto para Portugal, cujos índices foram calculados sobre as cifras de nado-vivos publicadas no «Anuário Demográfico» de 1944, e as da população feminina fornecidas pelos censos de 1900 a 1920.

dos índices, e a nossa posição muda consideravelmente. Continuam à cabeça os povos germânicos sobrepujados agora pelos holandeses, com taxas de fecundidade efectiva entre 140 e 150. A seguir, com quotas aproximando-se de 135 vem a Itália, a Espanha, a Inglaterra, e a Escócia. Mais abaixo, com valores à roda de 130 ou aproximando-se desta cifra, estão os países escandinavos, a Dinamarca, a Noruega e a Suécia; e a Bélgica. Depois, com índices inferiores a 125, seguem-se, por ordem decrescente: Portugal, Suíça, Irlanda e França.

A divergência de maior vulto entre as cifras da natalidade do Quadro III e estas da fecundidade do Quadro IV é precisamente a de Portugal; as outras, menos sensíveis, explicam-se facilmente pelas diferenças de constituição populacional, de relativa quantidade de mulheres em idade de gerar na massa humana dos países em confronto. Mas o caso de Portugal é estranho, porque destoa do que se verifica com a vizinha Espanha e a Itália, tão parecidas connosco no movimento populacional, na forma de viver e na intensidade migratória. Será por haver uma extraordinária abundância de mulheres em Portugal, com pequena percentagem de matrimoniadas, a qual dê em resultado uma quota global de fecundidade muito inferior à dos dois citados países, ao nosso tão semelhantes?

Interessa apurar este ponto, porque, se assim não for, a fecundidade real da mulher portuguesa é anormalmente baixa, pois a fecundidade efectiva traduz, com razoável exactidão, para efeitos do confronto visado, a fecundidade real. Isto porque não deve haver grande diferença, dada a paridade de costumes, entre as somas das concepções sem fruto vivo com aquelas que o deram, relativamente aos países em foco; embora as estatísticas apontem divergências apreciáveis das quotas da mortalidade, nos cotejos internacionais, variando os índices entre médias de 20 a 40 nascidos mortos por cada mil prenhez, a insignificância da percentagem dessas gestações inúteis não altera a gradação das taxas de natalidade e fecundidade.

Vamos averiguar se este conceito é exacto ou não, inserindo alguns dados relativos à possível influência da nupcialidade; adiante irão outros que mostram ser pequena, para o presente caso, a importância da diversidade de proporção de mulheres geradoras na estrutura do agregado populacional.

Segundo as cifras inscritas no «Anuário Demográfico» de 1944, e nas publicações de estatística demográfica da Sociedade das Nações, escolhendo as respeitantes aos períodos que, para cada país, figuram no quadro IV, com a maior aproximação possível, verifica-se que os índices de nupcialidade geral (ou seja o número anual de casamentos por cada milhar de habitantes) oscilaram entre os números redondos de 6 e 8. Podem classificar-se em três categorias: de alta nupcialidade — acima de 7,5; de média — entre 7 e 7,5; de baixa — inferiores

a 7. No primeiro grupo situam-se a Alemanha, a Austria, a Holanda, a Inglaterra, a Itália. No segundo grupo ficam a Bélgica, a Espanha, a França, a Suíça. No terceiro estão a Escócia, a Noruega, a Suécia; é neste último agrupamento que figura Portugal, entre os países tabelados só superando os dois povos da península escandinávica. A nossa taxa de fecundidade foi de 6,74 no período 1896-05, e de 6,44 no período 1906-13; e anteriormente não subira à casa dos 7.

Parece, pois, que a principal causa da reduzida quota de fecundidade total efectiva deve estar na pequenez da nossa nupcialidade, visto a natalidade legítima preponderar decisivamente na determinação dos índices natalícios.

Um dos processos de apurar mais fielmente do que pela fecundidade total o poder reprodutor da mulher é a determinação do índice de fecundidade da mulher casada. Compreende-se que ele dê melhor indicação, porque a fecundidade total refere-se a todas as mulheres em idade de gestação, e pode ser muito grande, de país para país, a variação da natalidade ilegítima.

Socorrendo-nos da mesma fonte informadora (*Michel Huber*, loc. cit.), aqui está o Quadro V, que insere índices de fecundidade legítima, relativos a diversos países do ocidente europeu, no molde do Quadro IV (1).

Na escala de valores, o indicador da nossa fecundidade legítima continua em lugar inferior aos de grande parte dos países considerados. Está muito distanciado dos que apresentaram a Holanda, a Escócia, a Noruega, a Alemanha e a Irlanda, com índices acima de 250; é bastante inferior aos da Inglaterra, Austria e Suécia, com taxas acima de 240 e ainda sensivelmente menor que os da Bélgica, Dinamarca e Suíça, que ultrapassam a cifra de 230. Assemelha-se aos índices da Espanha e da Itália, e é muito superior ao da França, sempre na cauda do cortejo renovador da população.

Desta forma poderia concluir-se que a apregoada fecundidade dos povos meridionais, latinos, é uma falsidade, provada pela estatística; e fica mais esclarecida a divergência entre a quota de fecundidade total portuguesa e as quotas similares da Espanha e da Itália.

No entanto, tal conclusão de inferior fecundidade racial pode ser precipitada, e não corresponder inteiramente à realidade, pelo menos na proporção em que a mostram os precedentes inventários estatísticos. Não pode negar-se, entrando em linha de conta com as informações dadas pelas cifras exaradas, tanto

(1) Como para o Quadro IV, os índices relativos a Portugal foram calculados sobre os números das publicações oficiais.

QUADRO V

Fecundidade efectiva legítima em povos da metade ocidental da Europa

Países	Índices	Períodos	Países	Índices	Períodos
Alemanha	268 243 256	1876-85 1896-05 Média	Inglaterra	244 250 247	1856-65 1876-85 Média
Austria	246 242 244	1876-85 1896-05 Média	Irlanda	250 264 257	1876-85 1896-05 Média
Bélgica	264 213 239	1876-85 1896-05 Média	Itália	232 226 229	1896-05 1906-13 Média
Dinamarca	228 244 236	1856-65 1876-85 Média	Noruega	262 262 262	1856-65 1876-85 Média
Escóssia	275 271 273	1856-65 1876-85 Média	Portugal	228 224 226	1896-05 1906-15 Média
Espanha	232 218 225	1896-05 1906-13 Média	Suécia	248 240 244	1856-65 1876-85 Média
França	167 134 151	1876-85 1896-05 Média	Suiça	239 225 232	1876-85 1896-05 Média
Holanda	293 262 278	1856-65 1876-85 Média			

de natalidade como de fecundidade, que deve existir maior tendência ou efectividade procriadora em certos povos europeus do que noutros, e que no conjunto não somos nós, os portugueses, os mais favorecidos, antes pelo contrário. Parece não ter razão Cauderlier, com as suas leis da natalidade legítima, que igualam todos os povos europeus, concedendo-lhes a mesma fecundidade legítima, desde que estivessem sujeitos às mesmas condições económicas (nível de vida) e demográficas (idade e duração do matrimónio). Por certo, a variabilidade dessas condições arrastará variações nos índices de fecundidade mas não é preciso expressa documentação estatística para se ver que esses factores de diferenciação não podem explicar as disparidades que aqui ficaram registadas. Basta reflectir em que é,

sobretudo, o nível de vida que influi sobre a fertilidade populacional; ora, ainda mais do que Portugal, baixas quotas de fecundidade, total e legítima, apresentam países ricos como a Bélgica e a Suíça. E, quanto ao factor demográfico, também parca taxa aparece em países de baixa mortalidade (e consequentemente devendo dar longa duração aos matrimónios), como por exemplo a Dinamarca.

Pode alegar-se que as comparações que acabam de fazer-se cingem pelo facto de poder ser muito diversa a estrutura populacional de cada país, variando as proporções das mulheres geradoras relativamente ao total dos habitantes. Assim sucede, em verdade. Mas esse motivo de erro defaz-se, calculando os índices em relação a uma população-tipo, isto é, reduzindo os números representativos de cada grupo de idade da população existente, àqueles que teriam se a população tivesse a mesma composição em todos os países tabelados, e adaptando a essa população-tipo os índices directos ou brutos. Tal rectificação altera os valores dos índices anteriormente mencionados, como se pode ver no Quadro VI, extraído do citado

QUADRO VI
Índices brutos e rectificados de natalidade e fecundidade

Países e datas	Índices de natalidade		Índices de fecundidade	
	Brutos	Rectificados	Brutos	Rectificados
Alemanha (1930-32)	16,2	14,2	56,0	55,0
Austria (1931)	15,8	14,3	55,7	55,4
Canadá (1930-32)	23,1	24,6	93,4	95,6
Checoslováquia (1929-30)	22,5	19,9	79,9	77,3
Dinamarca (1930-32)	18,3	17,4	67,9	67,6
Espanha (1928-30)	28,5	27,5	107,2	106,8
Estados-Unidos (1929-31)	18,6	18,1	70,0	70,3
França (1930-32)	17,6	17,8	67,3	69,1
Hungria (1930-32)	24,2	22,1	87,0	85,9
Inglaterra (1930-32)	15,8	14,6	56,4	56,8
Itália (1930-32)	25,2	25,7	95,4	100,0
Noruega (1930-31)	16,7	16,2	63,5	62,8
Portugal (1930-31)	29,8	29,2	112,8	113,5
Suécia (1930-32)	14,9	14,4	55,9	55,8
Suíça (1932)	16,9	15,1	60,0	58,8

volume de *Huber*. Geralmente, pouco os modifica, e quando a alteração é sensível, para mais ou para menos, anda à roda de dois pontos, o que, dos países ali relacionados, sucede para a natalidade com a Alemanha, a Austria, a Checoslováquia, a Dinamarca e a Hungria; e para a Itália, cuja cifra de fecundidade para uma população-tipo sobe em cinco por cento, resultado de lá haver maior quantidade de mulheres com idades de 15 a 49 anos, em relação à totalidade dos habitantes, do que noutros países.

Servem os números desta tabela para mostrar que as taxas rectificadas, pela sua sujeição a um padrão populacional fixo, não alteram notavelmente as diferenças anteriormente verificadas, porque, embora os índices se refiram a data muito mais recente do que a das tabelas que serviram para marcar a posição da fecundidade portuguesa, tal juízo é a estas aplicável, e ainda com maior razão, por serem outrora menos desiguais que há pouco as estruturas da população, em virtude de, nas últimas décadas, se observarem maiores diferenças nas quotas de natalidade, entre os diversos países europeus.

*

Não pormenorizemos mais os fenómenos demográficos da natalidade e da fecundidade. O que ficou exarado é suficiente para deixar uma impressão bem marcada: a de que a produtividade de gentes é em Portugal inferior à que se observa em vários países do ocidente europeu, mais proximos de nós, racialmente, do que os povos da metade oriental da Europa, cujos índices foram sempre muito mais altos. Esta impressão resulta do cotejo feito com cifras relativas a épocas em que a parecença das circunstâncias da vida social, em distintos países, os tornavam comparáveis; as das estatísticas dos últimos trinta anos não servem para a avaliação em causa. A intensidade de crescimento de cada povo varia com as quadras históricas, mas isso não traduz a sua capacidade reprodutora, modificada como é nos seus resultados demográficos pelos factores sociais. Os dados estatísticos do movimento da população só podem fornecer informação razoável, neste ponto, quando reportados a épocas em que esses factores tinham menor influência.

De meados do século XIX para cá, as variações do nível económico de vida, o desenvolvimento da população industrial e urbana, a expansão da instrução popular, e todas as múltiplas causas de modificação da vida social, tornaram muito desiguais, quanto a índices demográficos, os diversos países. Há cerca de uns sessenta anos Portugal passou, no referente a natalidade, para a primeira fila. Essa posição, contemporaneamente ainda mais distinta, nada significa, porém, para o problema da fertilidade natural, — que é do que aqui, agora, se trata.

A impressão deixada pelas tabelas estatísticas é oposta a essa superioridade.

Verdade é que se trata de uma impressão apenas, e não de uma conclusão firme, sólidamente assente em dados irrefutáveis; mas são tantos os elementos que se conjugam para a fornecer, que é difícil deixar de a considerar como aproximada da realidade.

*

Em face destas considerações, ocorre perguntar se não será possível ir buscar confrontos a tempos mais distantes que os adoptados para os quadros estatísticos que acabo de apresentar, e que foram tão longe quanto podia ser, entrando com os dados da estatística oficial portuguesa.

As referências de interesse para o caso presente, e relativas ao conjunto nacional, que pude encontrar são as que dá Balbi (1), e respeitam ao período de 1815 a 1819. Calcula a natalidade em 1 nascimento por cada 26,57 habitantes do país (exceptuando a capital), e em 32 nascimentos por milhar de lisboetas, ou seja, no conjunto, aproximadamente 1 nascimento por cada 28 portugueses, o que corresponde a um índice geral de natalidade de 35,7. Uma ideia do valor da fecundidade pode colher-se dos números que apresenta relativamente a nascimentos legítimos e ilegítimos e à quantidade de mulheres em idade de gestação e das casadas, segundo as indicações de Franzini, que aproveita. Calculando por esses dados numéricos as quotas de fecundidade, encontrei: fecundidade total — 86; fecundidade legítima — 114.

Em Gerardo Pery (2) encontram-se cifras de movimento populacional relativas a várias datas até 1875. Elas indicam, para a natalidade global, as quotas de 30,6 em 1850; de 30,7 em 1860; de 30,6 em 1871 e de 32,4 em 1875; em 1860, os índices de fecundidade são de 128 para a fecundidade total e de 264 para a fecundidade legítima (em casadas de 15 a 45 anos).

Cotejando esses índices com os mais antigos de Balbi e com os posteriores, das primeiras décadas de estatística oficial, como se verifica pela leitura do Quadro VII, nota-se que há disparidades sensíveis, principalmente no que respeita à fecundidade, por Balbi arbitrada decerto em valor mais baixo que a realidade, ao passo que por Pery elevada a nível mais alto. Não admira que assim seja, porque são cifras resultantes da avaliação do quantitativo populacional com o seu tanto de arbitrariedade, e da utilização de deficientes róis natalícios; e, portanto, falhas de rigor estatístico.

(1) *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve*, por Adrien Balbi. (Paris, 1822).

(2) Gerardo A. Pery — *Statistique du Portugal et de ses colonies* (2.^a edição, T. I., Lisbonne, 1878).

QUADRO VII

Natalidade e fecundidade portuguesas no decurso do século XIX

Anos	Natalidade	Fecundidade total	Fecundidade legítima
1815-19.....	35,7 (a)	86 (a)	114 (a)
1850.....	30,6 (b)	—	—
1860.....	30,7 (b)	—	264 (b)
1871-80.....	35,5 (c)	—	—
1881-90.....	33,8 (c)	—	—
1891-900.....	32,1 (c)	140 (c)	228 (c)

(a) Segundo Balbi. — (b) Segundo Pery. — (c) Fontes mencionadas nos Quadros III, IV e V.

Vamos ver se, aproveitando dados respeitantes a uma região limitada do país, para a qual as informações sejam mais fidélgias do que para todo o continente nacional, poderemos colher impressão mais justa sobre a produtividade da gente portuguesa. Há, felizmente, onde os encontrar, e de data ainda mais antiga que as dos índices que acabo de citar.

O interessantíssimo livro do Padre Rebelo da Costa (1) fornece elementos valiosos para apreciar a produtividade da gente portuguesa, pela amostra do que se passava na cidade do Porto; por meio de indagação directa (2) feita nos livros do Arquivo Distrital do Porto, pude estender tal apreciação a uma larga região vizinha, no que respeita à natalidade, e pormenorizar coisas relativas à fecundidade no Porto.

Para o que então era a cidade do Porto, Rebelo da Costa menciona cifras de moradores e de casamentos, baptizados e óbitos. O número de habitantes resultou de seu trabalho pessoal: « — eu o devo a um laborioso exame e a uma eficaz diligência, bem necessária em matéria tão curiosa — »; diz referir-se a 1787, mas pode ter-se como feito no ano anterior, para confronto com os nascimentos relacionados em 1785-87. O Quadro VIII aproveitou tais dados e dá os índices de natalidade respectivos. Na freguesia da Sé baptisavam-se os expostos, o que elevava o seu

(1) *Agostinho Rebelo da Costa — Descrição topographica e historica da cidade do Porto.* (Porto, 1788).

(2) Com o prestante auxilio do conservador Sr. Dr. Martins Ferreira.

QUADRO VIII

Natalidade geral efectiva na cidade do Porto em 1785-87

Freguesias	Habitantes	Nado-vivos (a)	Índices
Sé.....	13.892	341	24,6
San Nicolau.	5.289	106	20,0
Vitória	5.652	119	21,1
Santo Ildefonso.....	18.814	421	21,3
Campanhã	3.184	109	34,2
Miragaia	2.757	67	24,3
Massarelos	1.545	37	24,0
Cedofeita	4.061	111	27,3
Santa Marinha	6.285	170	27,0
San Cristóvão	2.026	77	38,0
<i>Total da cidade</i>	63.505	2.332 (b)	38,3

(a) Excluindo os expostos. — (b) Incluindo 60 % dos expostos, ou sejam 534.

índice da natalidade a perto de 100; por este motivo, abati o seu número ao dos nascidos nessa freguesia. Os expostos não entram, pois, nas contas das freguesias; arbitrariamente, calculei que uns 60 % fossem da cidade e os restantes de fora dela, baseando-me na promiscuidade que nela devia haver, certamente muito maior do que nas zonas rurais que da Roda do Porto se serviam, e que, embora abrangendo dilatada área, não é provável que para a Roda dessem maior contingente. Mas se este fosse superior ao arbitrado e andasse por 50 ou 60 %, isso só faria descer de cerca de uma unidade o índice natalício, como no caso contrário sucederia, fazendo-o subir ligeiramente.

Fez-se também a contagem, nos livros paroquiais, dos baptizados em todas as freguesias dos concelhos vizinhos do Porto actual, para ver se se repete a alta quota de natalidade encontrada para a cidade, com as duas freguesias — Santa Marinha e San Cristóvão — do concelho de Gaia, nela incluídas por Rebelo da Costa. As cifras de nascimentos e de habitantes estão no Quadro IX. Faltam-lhe apenas as freguesias de Lever e Seixezelo (Gaia), e as de Barca, Folgosa, Milheiroz e Nogueira (Maia), para as quais não há livros de assentos relativos aos anos de 1785 a 1787. Os números indicadores dos nascimentos são a média destes três anos, para maior justeza dos índices respectivos, tal como se fez para a cidade.

QUADRO IX

Nascimentos no Porto e concelhos de Gaia, Gondomar, Maia e Matosinhos em 1785-87

	Freguesias	Nado-vivos	Habitantes		Freguesias	Nado-vivos	Habitantes
Porto actual	Sé	1.231	13.892	Concelho de Gondomar	S. Cosme de Gondom.	63	1.874
	Santo Ildefonso	421	18.814		Covelo	8	303
	Campanhã	109	3.184		Fanzeres	45	1.168
	Paranhos	49	1.095		Foz do Sousa	32	869
	Vitória	119	5.652		Jovim	27	677
	S. Nicolau	106	5.289		Lomba	15	409
	Cedofeita	111	4.061		Medas	11	385
	Miragaia	67	2.757		Melres	27	844
	Massarelos	37	1.545		Rio Tinto	85	2.445
	Lordelo	44	1.445		S. Pedro da Cova	16	548
	Ramalde	73	1.519		Valbom	56	1.125
	Foz do Douro	64	2.189		Barreiros	12	275
	Aldoar	7	278		Agua Santa	51	1.492
	Nevogilde	3	136		Avioso (S. Pedro)	11	360
Concelho de V. U. de Gaia	Santa Marinha	170	6.285	Concelho da Maia	Avioso (Santa Maria)	13	457
	Mafamude	77	2.026		Gemunde	11	462
	Arcozelo	35	1.014		Gondim	7	153
	Avintes	82	1.517		Gueifães	7	308
	Canelas	22	650		Moreira	31	1.058
	Canidelo	18	715		S. Pedro Fins	12	356
	Crestuma	15	395		Silva Escura	10	359
	Grijó	52	1.406		Vermoin	13	325
	Golpilhares	17	507		Vila Nova da Telha	11	349
	Guetim	6	135		S. Salv. de Matosinhos	42	1.369
	Madalena	12	468		Custoias	12	511
	Olival	37	872		Guifões	10	443
	Oliveira do Douro	61	1.277		Infesta	32	813
	Pedroso	88	2.311		Lavra	35	906
	Perosinho	27	856	Concelho de Matosinhos	Leça do Bailio	26	858
	S. Félix da Marinha	24	858		Leça da Palmeira	48	1.107
	Sandim	40	1.021		Perafita	15	528
	Sermonde	6	186		Santa Cruz do Bispo	11	464
	Valadares	21	561				
	Vilar de Andorinho	25	754				
	Vilar do Paraíso	37	964				
					Total geral	4 118	110.234

Índice de natalidade efectiva — 37,3

Como já notei a propósito do Quadro VIII, na freguesia da Sé estão incluídos os expostos, que entram portanto no computo geral. A exclusão das cinco freguesias acima citadas, bem como a possibilidade de nem todos os expostos terem vindo das freguesias que constituem esta tabela, não pesam tanto no índice geral que possam alterar, mais do que nalguma decima, o seu valor.

Verifica-se, pela leitura destes dois Quadros, que a natalidade, pelos fins do século XVIII, devia ser muito mais elevada do que a calculada um século mais tarde. Pelo menos para o agregado nacional, pois o Porto foi durante muito tempo, e até ao presente século, terra de farta nascença, em confronto com Lisboa e com o país em conjunto, como já notara Ricardo Jorge (1).

Vamos agora avaliar, pelo menos aproximadamente, a fecundidade que devia existir nessa recuada época. A avaliação tem de fazer-se com dados conjecturais, visto Rebelo da Costa nos dar somente, para o Porto, o número de mulheres, e para a região circundante o número de habitantes; ainda assim tal avaliação pode fornecer informações interessantes.

Pelos censos de 1864 e 1878 apurou-se a percentagem de mulheres em idade de gerar, que em 1785-87 devia haver no Porto. E, para a região, pelos mesmos censos se pôde fixar a percentagem das geradoiras casadas, uma vez determinada a das fêmeas em relação à população total. As proporções encontradas foram para a cidade as seguintes: mulheres geradoiras por cento de indivíduos do sexo feminino — 56,3 e 54,4 por cento, casadas no grupo das geradoiras — 38,3 e 41,5 por cento. As relativas ao país foram: sexo feminino em relação à população total — 521 e 522 por milhar; geradoiras entre o total de sexo feminino — 52,5 e 51,3 por cento; geradoiras casadas em relação ao grupo etário respectivo — 44,1 e 46,1 por cento.

Tomando as médias destas percentagens e aplicando-as às cifras populacionais de Rebelo da Costa, conjugando os resultados com os números de nado-vivos, e entre estes os dos legítimos (obtidos por contagem directa nos livros de assento paroquiais, como já foi indicado), calculei as seguintes quotas:

Porto — natalidade efectiva total de 38,3; fecundidade efectiva total de 134; fecundidade efectiva legítima, de 257.

Porto e concelhos limítrofes — natalidade efectiva total de 37,3; fecundidade efectiva total de 142 (2); fecundidade efectiva legítima de 241.

Pode alegar-se que os índices assim calculados não tem rigor estatístico e ainda que a amostra regional apresentada pode não traduzir o conjunto nacional.

(1) Ricardo Jorge — *Demographia e Hygiene da cidade do Porto*. (Porto, 1899).

(2) Esta cifra deve ser levemente exagerada, porque se contaram como pertencentes ao Porto e concelhos limítrofes todos os expostos na Roda do Porto. Ora, na província, só existiam as Rodas do Porto e Penafiel, esta de muito menor movimento, e sabe-se, por notícias da época, que à Roda do Porto vinham expor-se crianças de terras afastadas, principalmente das margens do Douro. Mas ainda que o número destas fosse de uns dez por cento (que certamente não alcançaria) a redução na cifra dos nados apenas faria baixar o índice para 140.

Não contesto; mas quaisquer correcções que se lhes façam para os tornar mais fidedignos, em pouco alterariam os valores encontrados, e unidade a mais ou a menos, para o caso vertente, não tem importância de maior. Por isso os exaro no Quadro X, juntando-lhes índices, de data posterior, determinados sobre os números oficiais, para comparação.

QUADRO X

Natalidade e fecundidade no Porto e sua região em 1785-87

Natalidade efectiva total				
Áreas	Habitantes	Nado-vivos	Índices	Índices de 1880-89 (a)
Porto.....	63.505	2.386	38,3	38,3
Região	110.439	4.260	37,3	35,5 (b)
Fecundidade efectiva total				
Áreas	Mulheres de 15-49 anos	Nado-vivos	Índices	Índices de 1896-05 (a)
Porto.....	17.124	2.386	134	133
Região	29.920	4.260	142	122 (b)
Fecundidade efectiva legítima				
Áreas	Casadas de 15-49 anos	Nado-vivos legítimos	Índices	Índices de 1896-05 (a)
Porto.....	6.850	1.760	257	229
Região	13.465	3.249	241	228 (b)

(a) Calculados sobre as cifras oficiais. — (b) Relativo à metrópole.

Não encontrei dados estatísticos de outros países relativos a essa época; os mais afastados referem-se à natalidade na primeira década do século XIX, e são: para a França o índice de 32,2 e para a Suécia o de 30,9 (segundo a citação de *J. Bertillon — Cours élémentaire de Statistique*, Paris, 1896); ambos países de baixa natalidade. Um pouco mais tarde, em 1811-20 (segundo *Prinzing — Op. cit.*), os estados que vieram a formar a Alemanha apresentavam uma muito maior quota natalícia, de 37,2; e entre eles destacava-se a Prússia com o alto índice de 42,9. Por estas referências se verifica que, apesar dos valores que encontrei, relativamente aos fins do século XVIII, serem superiores aos que mais tarde deram as tabelas demográficas oficiais, esses valores não destoavam dos que, trinta e tal anos depois, ofereciam os prolíficos povos germânicos. Considerando que já então devia declinar a reprodutividade, por motivo da agitação política e do começo da mudança da vida social operada no decurso do século passado, não deve ter-se por excepcionalmente alta, em confronto com a dos outros povos, a fecundidade portuguesa de há cento e sessenta anos.

A informação que deram os Quadros III, IV e V não foi agora desmentida, mas somente atenuada na sua feição depreciativa.

*

Eis a impressão que todo esse manifesto de números nos deixa. E terá ela algum valor? Porque, afinal, o que a estatística demográfica pode dar, nesta matéria, são as proporções em que a população no seu todo, ou a das mulheres geradoras, ou a das casadas apenas, lança ao mundo novos seres. Evidentemente (como já notei) essa fertilidade é condicionada pelas circunstâncias de toda a ordem que influem em tal caso; e por isso ela não pode dar a capacidade real de reprodução, correspondente à capacidade da mulher para a concepção. Esta é um fenómeno biológico, que tem de ser investigado por outros caminhos.

Se desenrolei um estendal de mapas estatísticos, se fui deduzindo dos confrontos entre os números que os compunham as impressões que nos podiam dar, para afinal dizer que esses meios de indagação não podiam dar a solução do problema posto, parece que todo este capítulo é inútil. Ainda que o fosse, não o eliminaria, porque teria o valor de servir para preparar o leitor menos versado em temas, demográficos a ler, sem aborrecimento, outros quadros mais complexos. Mas, de facto, ele era indispensável. Não importa só a capacidade reprodutora natural. O género humano não vive como colónia de micróbios, multiplicando-se livremente em meio de cultura apropriado; a aparição de novos seres é condicionada pelas normas do viver social, mesmo quando nenhum factor restrinja a natu-

ral reprodução de gentes. Desta maneira, para cada povo, os índices demográficos podem indicar a fertilidade, tal como ela se manifesta em sujeição às suas condições de vida colectiva. Se o apuramento feito por este modo não traduz a inteira capacidade reprodutora, fornece para a sua determinação um importante subsídio, e constitui, só por si, um valioso elemento para o estudo dos problemas da natalidade.

Que a capacidade reprodutora da mulher é muito maior do que a representada pelos índices de fecundidade é um truismo que salta aos olhos. Parece à primeira vista, que, sendo de cerca de 25 anos, em média e pelo menos, a duração da vitalidade concepção, cada mulher poderia ter, se a aproveitasse inteiramente, uma boa dúzia e meia de filhos; e nesta proporção se apenas a aproveitasse em parte, durante maior ou menor número de anos de capacidade para gerar.

Na realidade, tal se não dá. Há mulheres que são constitucionalmente estéreis. Há causas ocasionais ou patológicas que tornam as mulheres transitória-mente infecundas. Há factores de semelhantes origens que interrompem a gestação, que não consentem que chegue a termo útil.

Indagar até que ponto actuam esses impedimentos biológicos, não provocados, à procriação, tem importância manifesta, porque só descontando do número das mulheres em idade de gerar o daquelas que, naturalmente, são incapazes de o fazer, é que pode calcular-se, com exactidão, a fecundidade possível.

O estudo deste aspecto da questão será o objecto do capítulo seguinte.

(Continua no próximo número)

PROBLEMAS DEMOGRÁFICOS PORTUGUESES

Pelo DOUTOR ANTÓNIO MELIÇO SILVESTRE

*Professor Catedrático da Faculdade de Medicina
da Universidade de Coimbra*



PROBLEMAS DEMOGRÁFICOS PORTUGUESES

Por demografia se entende o estudo, pelos métodos estatísticos, dos problemas que dizem respeito à população duma nacionalidade. São muitos e variados esses problemas, uns de ordem quantitativa, outros de ordem qualitativa. Considerada a Nação como um ser colectivo, importa saber que o seu desenvolvimento, ou melhor o seu crescimento fisiológico, é avaliado pela diferença entre dois fenómenos demográficos fundamentais — natalidade e mortalidade. A projecção, no tempo, do crescimento fisiológico dá a ideia do movimento fisiológico do povo em questão.

Por natalidade, ou índice de natalidade, se exprime o número de nado-vivos por 1.000 habitantes e por ano; é a forma mais vulgar de se representar a intensidade numérica da natalidade dum povo.

Mortalidade ou índice de mortalidade é o número de óbitos por 1.000 habitantes e por ano. É conveniente frisar que o crescimento real dum povo só excepcionalmente é medido pelo seu crescimento fisiológico, pois depende ainda de outros fenómenos a que está sujeita a população e que é sempre necessário levar em conta: a emigração e a imigração. Como é evidente, para a determinação dos índices acima referidos, precisamos de partir do conhecimento prévio da população; ora, tal conhecimento, adquire-se duma maneira directa e suficientemente precisa, por ocasião dos recenseamentos da população; fora dessas ocasiões, só pelo emprego de fórmulas da matemática se pode conseguir. Admitem alguns que o crescimento populacional obedece à lei das progressões aritméticas e utilizam então, para o seu conhecimento, a fórmula do termo geral dessas progressões $a_n = a_1 + (n - 1) r$; outros, porém, supõem que ele se aproxima mais da lei das progressões geométricas e utilizam então a fórmula correspondente $A_n = A_1 q^{n-1}$.

segunda fórmula apontada, para resolver esse problema. Dela tiramos $q = \sqrt[n-1]{\frac{A_n}{A_1}}$

Nos serviços de estatística portugueses é costume usar, por simplicidade, a primeira fórmula, mas verifica-se nos anos de recenseamento, que existe grande diferença entre a população calculada e a população que é então contada, donde se depreende que o crescimento populacional se deve aproximar mais do ritmo das progressões geométricas. Deve, por conseguinte, em nossa opinião, aplicar-se a segunda fórmula indicada e, conhecida a razão, facilmente calculamos cada um dos

termos da progressão. Apoiados sobretudo em dados fornecidos pelo recenseamento, propusemo-nos fazer a análise do movimento fisiológico do povo português, nos últimos 50 anos, estudando-o porém com maior detalhe, nas duas últimas décadas.

1 — MOVIMENTO FISIOLÓGICO PORTUGUÊS NOS ÚLTIMOS CINCOENTA ANOS.

Na primeira fase do nosso trabalho faremos considerações gerais sobre a evolução do crescimento fisiológico e dos elementos de que ele depende, nos últimos 50 anos de recenseamento (1890-1940), sendo este estudo fragmentado em períodos sucessivos de 10 anos. Em primeiro lugar verificamos o que se passou no Continente para em seguida analisarmos os mesmos fenómenos em cada distrito.

MOVIMENTO FISIOLÓGICO DO CONTINENTE

Representamos gráficamente a natalidade e mortalidade dos cinco últimos decénios (1890-1940) e, para melhor conhecimento dos dois fenómenos, resol-

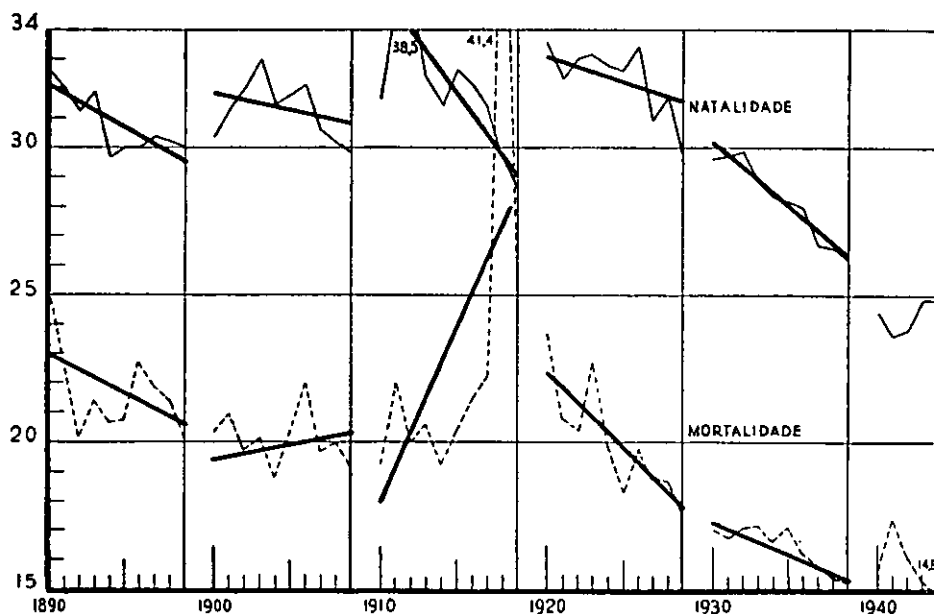


Fig. 1 — Representação gráfica da natalidade e da mortalidade portuguesas (1890-1940)

vemos determinar, por decénios também, as respectivas «linhas de tendência» (1). Obtivemos assim os gráficos da fig. 1.

O exame destes gráficos mostra que a natalidade portuguesa vem sofrendo

(1) A maneira mais segura de determinar o ritmo, crescente ou decrescente, duma série de valores representados gráficamente, consiste no cálculo e traçado da chamada «linha de tendência» e, entre os métodos usados com esse fim, figura em primeiro lugar o «método dos menores quadrados» que se resume, afinal, a determinar a linha recta em relação à qual a soma dos quadrados das distâncias dos números da série, apresenta o valor mínimo. As equações,

$$\begin{aligned} na - b \sum x &= \sum y \\ a \sum x - b \sum x^2 &= \sum xy \end{aligned}$$

em que x representa o tempo e y a grandeza do fenómeno que se considera (neste caso a natalidade ou a mortalidade), e a e b são os parâmetros da linha recta $y = a + bx$, convenientemente resolvidas, permitem, em cada caso, achar as coordenadas de dois pontos de cada uma das «linhas de tendência». A título de exemplo, apontaremos v. g. o caminho que seguimos na determinação da linha de tendência da natalidade portuguesa no decénio 1890 — 1900. Com os valores da natalidade desse decénio, formamos o quadro seguinte:

Anos	y	x	xy	x ²
1890	32,6	1	32,6	1
1891	32	2	64	4
1892	31,2	3	93,5	9
1893	31,9	4	127,6	16
1894	29,7	5	148,5	25
1895	30	6	185	36
1896	30	7	210	49
1897	30,4	8	243,2	64
1898	30,2	9	271,8	81
1899	30	10	300	100
n = 10	308	55	1.671,3	385

Fazendo, no sistema $\begin{cases} na - b \sum x = \sum y \\ a \sum x - b \sum x^2 = \sum xy \end{cases}$

as substituições convenientes, vem:

$$\begin{aligned} 10a - 55b &= 308 \\ 55a - 385b &= 1.671,3 \end{aligned}$$

resolvendo este sistema de equações, vem:

$$\begin{aligned} b &= -0,28 \\ a &= 32,34 \end{aligned}$$

Fazendo agora na equação $y = a + bx$, sucessivamente, $x = 1$ e $x = 10$ vem, respectivamente

$$\begin{aligned} y &= 32,06 \\ y &= 28,54 \end{aligned}$$

que nos dão as coordenadas de dois pontos de linha de tendência em questão. Claro está, para o traçado dos gráficos juntos, resolvemos tantos sistemas de equações semelhantes, quantas as «linhas de tendência» que figuram nos nossos quadros.

desde o século passado, pelo menos desde 1890, época em que começam os nossos gráficos, um *processo ininterrupto de regressão*.

A partir de 1930, porém, o decrescimento da natalidade portuguesa entrou num ritmo muito mais acelerado; de 1920 para 1940, a natalidade baixou de 33,6 ‰ para 24,4 ‰. O fenómeno do decrescimento da natalidade é de ordem geral; teve, é certo, o seu início nas cidades, começando pelas camadas sociais superiores, mas presentemente, observa-se em todas as camadas, quer nos meios urbanos, quer nos meios rurais, quer nas zonas industriais, quer nas zonas agrícolas. Na Europa a diminuição da natalidade começou na Normandia, no princípio do séc. XIX, estendendo-se depois lentamente a toda a França. Nos países escandinavos começou pouco depois da primeira metade deste século. Na Grã-Bretanha e na Europa central iniciou-se aí por 1880 e na Europa meridional em 1890. Entre 1880 e 1890 ainda a maior parte dos países da Europa ostentava índices superiores a 30; mesmo em França, nesta época, ela não era inferior a 20. Diminuição análoga se observa fora da Europa, em países cuja população é, pelo menos em parte, de origem europeia (U. S. A., Austrália, Nova Zelândia). Não se observou este fenómeno em povos asiáticos ou africanos. Dum modo geral, decresce duma maneira regular até à primeira grande guerra, observando-se de 1915 a 1919, nos beligerantes, uma baixa que atinge 50 %. Seguiu-se um aumento temporário, que apenas durou dois anos, para depois retomar um ritmo decrescente sem interrupção. A chegada à nubilidade, dos poucos que nasceram durante a grande guerra, traduziu-se, como era de prever, por um índice da natalidade excessivamente baixo; sobe depois, ligeiramente, durante 1 ou 2 anos, para continuar em seguida o seu ritmo decrescente.

A determinação de linhas de tendência, a que acima nos referimos, permite eliminar sempre as dúvidas e erros que muitas vezes se levantam no espírito de quem tem que observar gráficos irregulares, com oscilações num e noutro sentido, como frequentes vezes já tem sucedido. Examinando o quadro da natalidade portuguesa de 1902-1913, o erudito Prof. Bento Carqueja afirmou, cheio de optimismo, a págs. 146 do seu valioso livro «O povo português», o seguinte: «observa-se portanto aumento da natalidade, o que não é geral a muitos países». Ora, podemos hoje afirmar que não é bem assim e que as verdadeiras causas do decrescimento da natalidade têm profundas raízes no organismo social; as ligeiras elevações que por essa época se observam nos gráficos da natalidade, correspondendo possivelmente a qualquer melhoria de condições económicas ou sanitárias, são de curta duração e nada mais significam que um efémero e ineficaz esforço para eclipsar as causas que, dum modo permanente e de longa data, vêm imprimindo à curva da natalidade o seu ritmo descendente. Os problemas demográ-

ficos devem ser estudados por períodos longos, pelo menos em decénios, para podermos inferir conclusões que mereçam suficiente confiança.

Os diagramas da mortalidade portuguesa, como se observa na fig. 1, revelam tendência decrescente nos 1.º, 4.º e 5.º decénios, apresentando nos 1.º e 5.º um ritmo menos acentuado que os gráficos da natalidade correspondente. Nos 2.º e 3.º decénios, a mortalidade manifesta tendência ascendente, sendo tal facto explicado, para o 3.º decénio, como consequência da grande guerra (1914-1918) e da pandemia gripal consecutiva. De 1920 a 1940, a mortalidade portuguesa baixou de 23,7 % para 15,6 %. Apresentamos a seguir (fig. 2), para confronto,

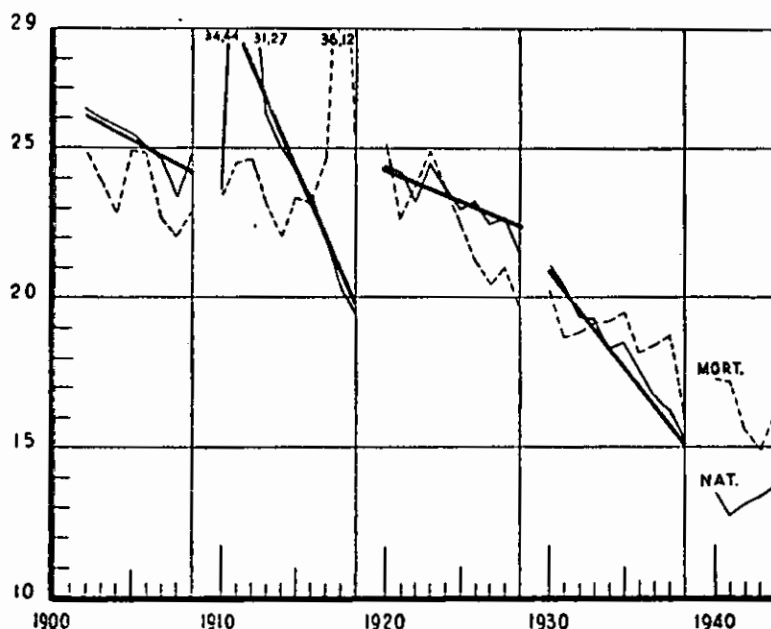


Fig. 2 — Representação gráfica da natalidade e da mortalidade da cidade de Lisboa (1900-1940)

os gráficos da natalidade e mortalidade da cidade de Lisboa, referentes aos mesmos decénios; a tendência decrescente da natalidade é, na capital, muito mais acentuada e a mortalidade, que de 1910 a 1920 é superior à natalidade — balanço demográfico negativo —, baixa um pouco, para, a partir de 1933, se tornar definitivamente superior à natalidade, isto é, o saldo fisiológico da capital, tornou-se, desde então, definitivamente negativo.

Os gráficos do saldo fisiológico deste meio século (fig. 3) que dão indicações das modificações estruturais da população, determinadas pelo decrescimento pro-

complementares das que acabamos de analisar, confirmam efectivamente que, mercê dos progressos higiênicos e sanitários realizados e ainda em consequência gressivo da natalidade, o saldo fisiológico português se foi mantendo, sem grandes

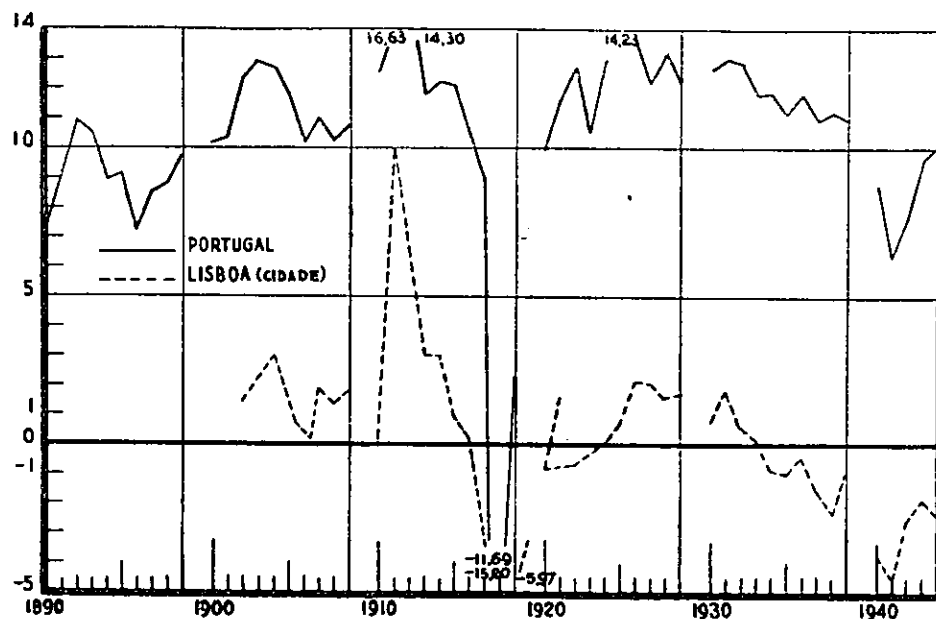


Fig. 3 — Representação gráfica dos saldos fisiológicos portugueses e da cidade de Lisboa (1890-1940)

oscilações, sempre superior a 10 %. A título elucidativo e para uma melhor interpretação destes números, apresentamos os quadros da natalidade e saldo fisiológico de povos da Europa e U. S. A. no ano de 1937:

QUADRO I — NATALIDADE (1937)

Roménia	30,8
Jugoslávia	28,9 (1936)
Portugal	27
Polónia	24,9
Bulgária	23,9
Itália	22,7
Hungria	20,2
Holanda	19,8
Alemanha	18,8
Dinamarca	18
Checoslováquia	17,2
U. S. A.	16,6
Inglaterra	15,3
Bélgica	15,1
França	14,7

QUADRO II — SALDO FISIOLÓGICO (1937)

Jugoslávia	12,9
Roménia	11,5
Portugal	11
Holanda	11
Polónia	10,9
Bulgária	10,5
Itália	8,7
Alemanha	7,1
Dinamarca	6,8
Hungria	6
U. S. A.	5,1
Noruega	4,9
Checoslováquia	3,9
Suíça	3,7
França	0,3

No ano de 1940 e nos anos posteriores colhemos, do «Anuário Demográfico», os seguintes dados:

QUADRO III — PORTUGAL

	1940	1941	1942	1943	1944
Natalidade.....	24,3	23,7	23,8	24,9	24,9
Mortalidade.....	15,6	17,4	16,1	15,3	14,8
Saldo fisiológico.....	8,7	6,3	7,7	9,6	10,1

O saldo fisiológico português em 1940, aproximou-se de 8, em 1941 andou pelas vizinhanças de 6, e elevou-se em 1943 e 1944, em que voltou a atingir a cifra 10.

Na capital, os saldos fisiológicos foram:

QUADRO IV — LISBOA (SALDOS FISIOLÓGICOS)

	Valores absolutos	Valores relativos
1942	— 1.798	— 2,45 ‰
1943	— 1.308	— 1,75
1944	— 1.790	— 2,37

MOVIMENTO FISIOLÓGICO DOS DISTRITOS

Analisemos agora o movimento fisiológico por distritos, nas quatro décadas do nosso século, determinando, do mesmo modo, as médias da mortalidade e natalidade respectivas e façamos também as suas representações gráficas (figs. 4, 5, 6, 7).

Verifica-se na 1.^a década (fig. 4) que, só apresentam natalidade inferior a 30 ‰ a cidade de Lisboa e os distritos de Viana do Castelo, Coimbra e Braga. O saldo fisiológico só é inferior a 10 ‰ nas cidades de Lisboa e Porto e nos distritos de Lisboa e Viana do Castelo.

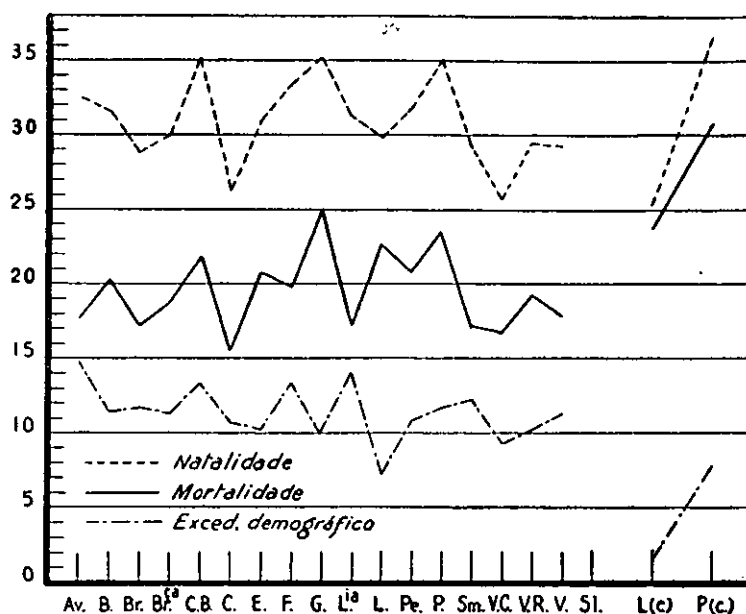


Fig. 4 — Representação gráfica do excedente demográfico (mov. fisiológico) dos distritos do Continente (1900-1909)

Na 2.^a década (fig. 5) a natalidade sobe ligeiramente, ficando inferior a 30 ‰ na cidade de Lisboa e nos distritos de Coimbra e Viana do Castelo. O saldo fisiológico, porém, é inferior a 10 ‰ nas cidades de Lisboa e Porto e nos distritos de Vila Real, Lisboa, Bragança, Viana do Castelo, Guarda, Braga, Coimbra, Porto e Viseu. Foi o decénio da pandemia gripal (1918).

Na 3.^a década (fig. 6) apresentam natalidade inferior a 30 ‰, além das cidades de Lisboa e Porto, os distritos de Lisboa e Coimbra. É a primeira vez que assim nos aparecem o distrito de Lisboa e a cidade do Porto. O saldo fisiológico só é inferior a 10 ‰ nas cidades de Lisboa e Porto e no distrito de Lisboa.

Na quarta década (fig. 7) a natalidade (1) é inferior a 30 ‰ nas cidades de Lisboa e Porto e nos distritos de Lisboa, Coimbra, Faro, Santarém, Portalegre, Viana do Castelo, Setúbal, Évora, Beja, Leiria, Aveiro e Castelo Branco. Acima de 30 ‰ figuram, na metrópole, apenas os distritos de Bragança, Braga, Guarda, Vila Real e Porto. Os distritos de Viseu, Castelo Branco e Aveiro aproximam-se

(1) A mortalidade será estudada, pormenorizadamente, mais adiante.

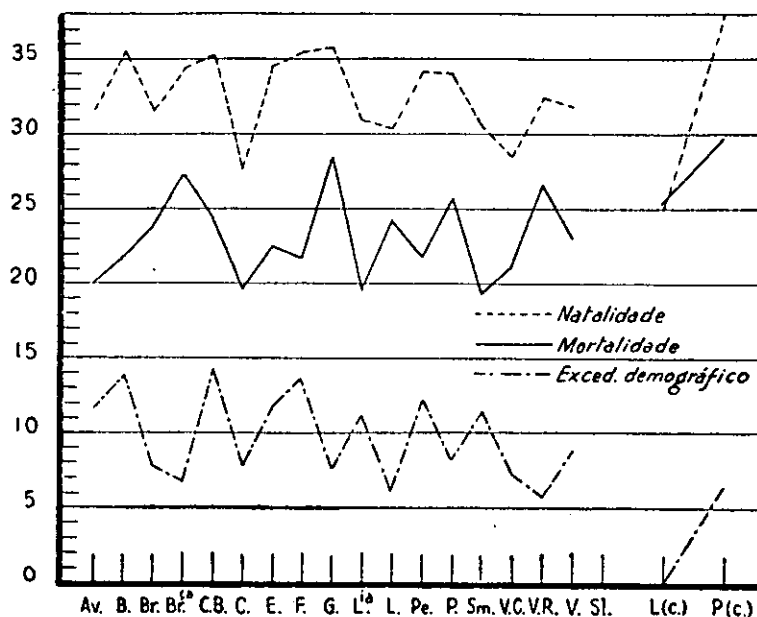


Fig. 5 — Representação gráfica do excedente demográfico (mov. fisiológico) dos distritos do Continente (1910-1919)

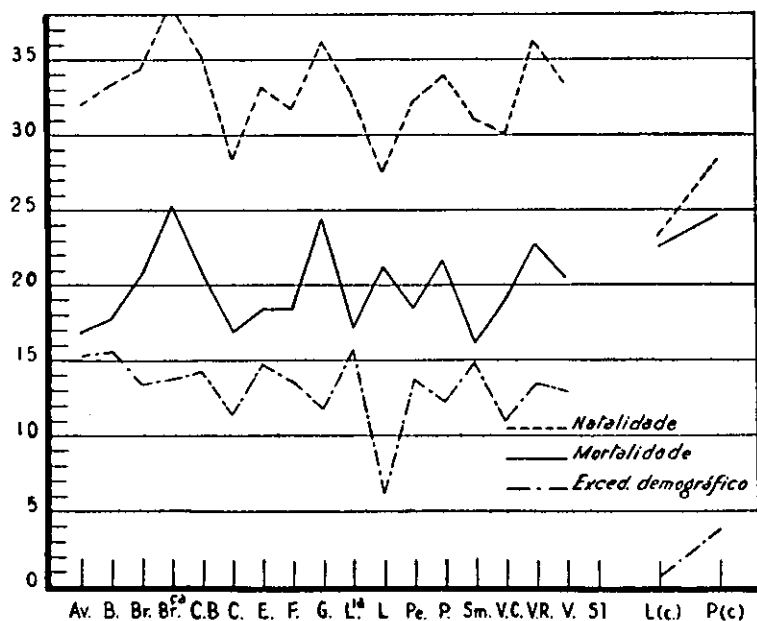


Fig. 6 — Representação gráfica do excedente demográfico (mov. fisiológico) dos distritos do Continente (1920-1929)

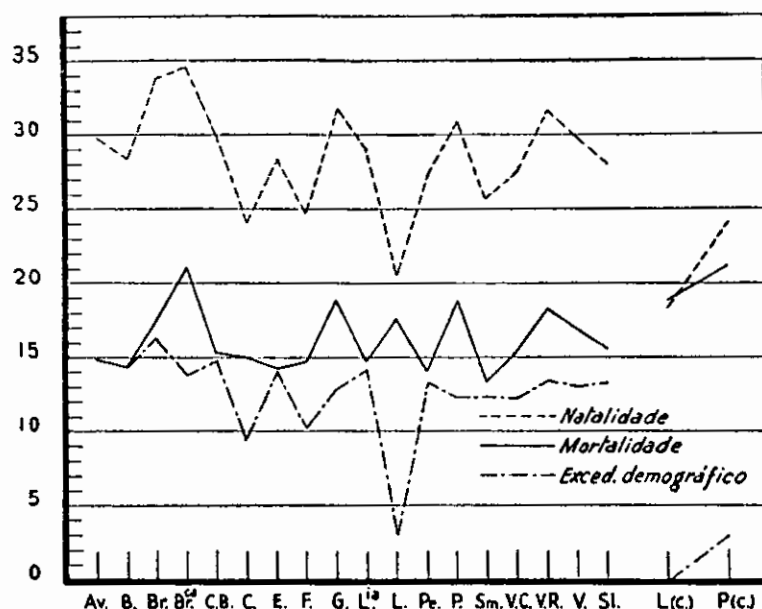


Fig. 7 — Representação gráfica do excedente demográfico (mov. fisiológico) dos distritos do Continente (1930-1939)

muito desta cifra. São, com razão, estes oito distritos os «campeões» da natalidade portuguesa. Durante este decénio, o saldo fisiológico, porém, mercê da redução da mortalidade geral, só é inferior a 10 ‰ nas cidades de Lisboa e Porto e nos distritos de Lisboa e Coimbra.

A partir de 1940 a natalidade continua o seu ritmo acelerado de decréscimo e, em 1942, os distritos de Portugal metropolitano apresentam os valores:

QUADRO V — NATALIDADE E SALDO FISIOLÓGICO

Natalidade..	Braga	30,12	Saldo fisiológico.	Braga	7,8
	Bragança	28,8		Vila Real	92,8
	Vila Real	28,13		Guarda	8,67
	Guarda	27,83		Viseu	9,24
	Viseu	27		Portalegre	5,79
	Castelo Branco..	25,38		Évora	5,31
	Leiria.....	25,13		Beja	5,52
				Faro	5,06
				Viana do Castelo	4,42
				Santarém.....	8,06
				Porto (d).....	8,59
				Porto (c).....	— 1,66
				Lisboa (c).....	— 0,2

A natalidade portuguesa vem, portanto, decrescendo progressiva e acentuadamente, em todos os distritos, sem que, o respectivo índice, apresente qualquer tendência segura para a sua estabilidade.

NATALIDADE

Nas considerações que acabamos de expôr sobre o movimento fisiológico português do último meio século, fizemos já, como não podia deixar de ser, frequentes referências à evolução da natalidade durante esse mesmo período; mas este fenómeno demográfico tão importante e tão complexo vai merecer-nos, de momento, mais algumas considerações.

Como os índices de natalidade, calculados em relação à população de Portugal, não exprimem por si só, muitas vezes, a verdadeira intensidade da natalidade, visto que são bastante influenciados pela estrutura populacional, resolvemos

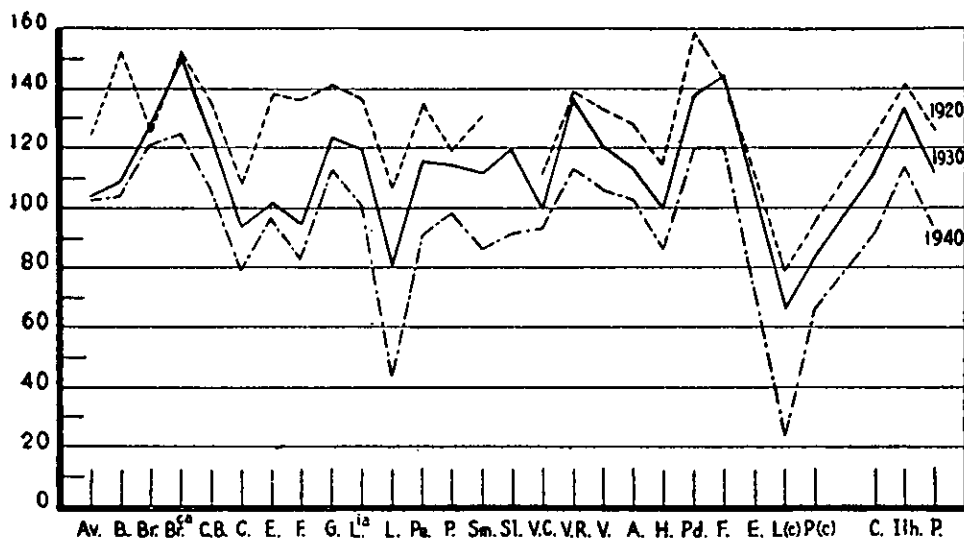


Fig. 8 — Natalidade portuguesa em relação à população feminina (15-50 anos) nos anos de 1920, 1930 e 1940

determiná-los, não em relação à população total, mas referidos apenas ao número de mulheres em idade de fecundidade (15-50 anos). Este critério, aliás defendido por muitos higienistas, é mais racional e por conseguinte mais aceitável; compreende-se bem que assim seja, pois que, os indivíduos do sexo masculino, nunca

podem tomar parte nesse fenómeno demográfico e mesmo os do sexo feminino, antes e depois dos limites indicados, em geral, nada influem no verdadeiro índice da natalidade. Servindo-nos, portanto, de elementos colhidos nos volumes dos recenseamentos de 1920, 1930 e 1940, fizemos, nessas condições, a determinação dos índices de fecundidade dos distritos da metrópole e das cidades de Lisboa e Porto. Os resultados vêm representados na fig. 8.

O exame destes gráficos mostra que, em 1920, todos os distritos da metrópole apresentam uma natalidade superior a 100 ‰⁽¹⁾. Só é inferior a essa cifra a natalidade das cidades de Lisboa e Porto. Em 1930, porém, às cidades de Lisboa e Porto juntaram-se já os distritos de Lisboa, Coimbra e Faro. Portugal e a metrópole ostentam ainda cifras superiores a 100 ‰. De 1930 para 1940, a natalidade decresce aceleradamente e o cortejo anterior é aumentado com a adesão de muitos distritos. Assim, às cidades de Lisboa e Porto juntam-se agora os distritos de Lisboa, Coimbra, Faro, Santarém, Portalegre, Setúbal, Viana do Castelo, Évora e Porto. Portugal e a metrópole tornaram-se também inferiores a 100 ‰. Em 1940, Lisboa tem uma natalidade inferior a um quinto da natalidade de Bragança. Com natalidade superior àquela cifra restam-nos os distritos de Bragança, Braga, Vila Real, Guarda, Viseu, Castelo Branco, Beja, Aveiro e Leiria. Nas ilhas adjacentes observa-se também o decrescimento progressivo da natalidade, mas, em 1940, só o distrito da Horta apresenta índice inferior a 100 ‰. Os distritos do Funchal e Ponta Delgada ostentam ainda índices superiores a 120, portanto, alinham ao lado dos distritos metropolitanos de maior natalidade.

Confrontando estes resultados com os que obtivemos anteriormente pelo outro método, verificamos que o distrito do Porto não pode nem deve enfileirar ao lado dos de Bragança, Braga, Vila Real e Guarda. Estes últimos distritos continuam sendo, neste critério, os «verdadeiros campeões» da natalidade da metrópole portuguesa.

A estrutura da população permite-nos compreender em todos os casos as divergências dos dois critérios que acabamos de indicar. Deveremos acrescentar que para melhor conhecimento do problema da natalidade, deveria ele ser estudado detalhadamente, por idades das mães, o que não faremos por agora, para não alongarmos demasiadamente este trabalho.

(1) Consideramos baixo todo o índice que, determinado nestas condições, seja inferior a 100 ‰. Com efeito, como o período de fecundidade não vai em geral, muito além de 30 anos, se o índice for de 100 ‰ (que equivale a 1/10), cada mulher não terá, durante toda a sua vida, em média, mais de três filhos, número este que é considerado necessário, por casal, para a população não decrescer.

QUADRO VI — ÍNDICES DE NATALIDADE E FECUNDIDADE

	1920		1930		1940	
	N	N'	N	N'	N	N'
Portugal	33,63	126,7	29,67	112,5	24,37	94,4
Continente	33,55	125,8	29,38	111,6	24,06	92,9
Aveiro	33,19	124,2	30,55	104,9	26,31	103,1
Beja	37,87	152,7	27,08	109,5	26,09	104,6
Braga	34,55	126,4	33,44	127,04	30,10	121,2
Bragança	37,37	152,4	35,62	151,4	29,40	125,5
Castelo Branco	35,04	135,5	31,69	124,4	26,07	106,2
Coimbra	29,76	108,4	25,37	94,5	21,02	79,03
Évora	35,25	138,2	28,19	102,1	24,44	97,6
Faro	35	136,5	25,16	95,4	21,71	83,08
Guarda	36,61	141,4	32,10	124,9	27,86	113,8
Leiria	34,88	137	30,18	120,3	25,02	101,2
Lisboa	29,82	107,5	23,52	81,4	16,04	54,4
Portalegre	33,73	135,4	28,77	116,3	22,82	91,2
Porto	33,95	120,1	32,57	115,8	26,67	99,05
Santarém	33,22	131,2	28,32	112,6	21,88	87,5
Setúbal	—	—	29,70	120,4	23,13	92,42
Viana do Castelo	30,98	111	28,01	100,6	24,38	93,8
Vila Real	35,91	139,3	34,55	137,4	27,18	114,6
Viseu	35,33	133,2	31,37	121,6	25,77	106,3
Lisboa (c)	24,39	79,3	21,06	67,4	13,52	24,5
Porto (c)	30,25	95,8	26,64	83,6	20,86	66,8

N — em relação à população total.

N' — em relação às mulheres de 15 a 50 anos.

QUADRO VII — NATALIDADE E FECUNDIDADE

(Lugar de cada distrito, segundo a ordem decrescente d'esses valores)

1920		1930		1940	
N	N'	N	N'	N	N'
Beja	Beja	Bragança	Bragança	Braga	Bragança
Bragança	Bragança	Vila Real	Vila Real	Bragança	Braga
Guarda	Guarda	Braga	Braga	Guarda	Vila Real
Vila Real	Vila Real	Porto	Guarda	Vila Real	Guarda
Viseu	Évora	Guarda	C. Branco	Porto	Viseu
Évora	Leiria	C. Branco	Viseu	Aveiro	C. Branco
C. Branco	Faro	Viseu	Setúbal	Beja	Beja
Faro	C. Branco	Aveiro	Leiria	C. Branco	Aveiro
Leiria	Portalegre	Leiria	Portalegre	Viseu	Leiria
Braga	Viseu	Setúbal	Porto	Leiria	Porto
Porto	Santarém	Portalegre	Santarém	Évora	Évora
Portalegre	Braga	Santarém	Beja	V. do Castelo	V. do Castelo
Santarém	Aveiro	Évora	Aveiro	Setúbal	Setúbal
Aveiro	Porto	V. do Castelo	Évora	Portalegre	Portalegre
V. do Castelo	V. do Castelo	Beja	V. do Castelo	Faro	Faro
Lisboa	Coimbra	Coimbra	Faro	Santarém	Santarém
Coimbra	Lisboa	Faro	Coimbra	Coimbra	Coimbra
	P. (c.)	Lisboa	Lisboa	Lisboa	Lisboa
	Lx. (c.)		P. (c.)		P. (c.)
			Lx. (c.)		Lx. (c.)

N — em relação á população total.

N' — em relação ás mulheres de 15 a 50 anos.

Apresentamos os dois quadros juntos em que os distritos portugueses figuram pela ordem decrescente da natalidade; eles ilustram as considerações que acabamos de fazer e nos permitem conhecer não só os índices de natalidade dos distritos em 1920, 1930 e 1940 pelos dois critérios, como também estabelecer a devida comparação entre eles.

Examinando estes quadros verifica-se v.g. que em 1940 a natalidade de

Bragança foi 125,5 ‰, ou seja de $\frac{1}{8}$; a do distrito do Porto foi de 99,05, ou seja de $\frac{1}{10}$; e a do distrito de Lisboa foi de 54,4, ou seja $\frac{1}{20}$ (ap). A natalidade da cidade do Porto foi de 66,8, ou seja $\frac{1}{15}$ e a natalidade da cidade de Lisboa foi de 24,5, ou seja $\frac{1}{40}$. Quer isto dizer que, no ano de 1940, em Lisboa, de cada grupo de 40 mulheres, de 15 a 50 anos, *só uma*, no ano, teve um filho.

Postas estas considerações relativas ao problema da natalidade, tratemos agora do outro problema de que depende o crescimento fisiológico, que é o da mortalidade geral.

MORTALIDADE GERAL

Os gráficos representativos da mortalidade geral portuguesa por decénios, traçados na fig. 1, tornam bem patente a tendência decrescente da mortalidade geral na década (1890-99). Na 1.^a década do nosso século, porém, ela toma um ritmo diferente, tornando-se crescente e este crescimento acentua-se ainda mais na década seguinte (1910-19), em virtude das circunstâncias nossas conhecidas e que dizem respeito à grande guerra (1914-18). De 1920 a 1929 a mortalidade entra novamente num ritmo decrescente, que diminui um pouco de intensidade no período seguinte (1930-39).

Os mapas da mortalidade geral elaborados com as médias da mortalidade por distritos, nos decénios a partir de 1900 (Quadros X a XXXVIII), mostram-nos claramente iguais resultados, pondo, além disso, bem em evidência, as diferenças existentes de distrito para distrito. Assim, na década 1900-1909 (fig. 9), a mortalidade geral mais elevada observou-se nos distritos de Guarda, Porto, Lisboa e Castelo Branco, assim como a mais baixa foi registada nos distritos de Coimbra, Viana do Castelo, Braga, Santarém e Leiria; na metrópole, a média atingiu 19,8 ‰.

Na década seguinte, 1910-19 (fig. 10), a mortalidade geral mais elevada notou-se nos distritos de Guarda, Bragança, Vila Real e Porto e a mais baixa registou-se em Santarém, Leiria, Coimbra e Aveiro. Na metrópole, a média desse período foi de 23,2 ‰.

De 1920 a 1929 (fig. 11), período de melhoria sanitária do país, o mapa respectivo mostra uma redução, por assim dizer paralela, em todos os distritos. A média da metrópole baixou para 19,96, registando-se a mortalidade mais alta

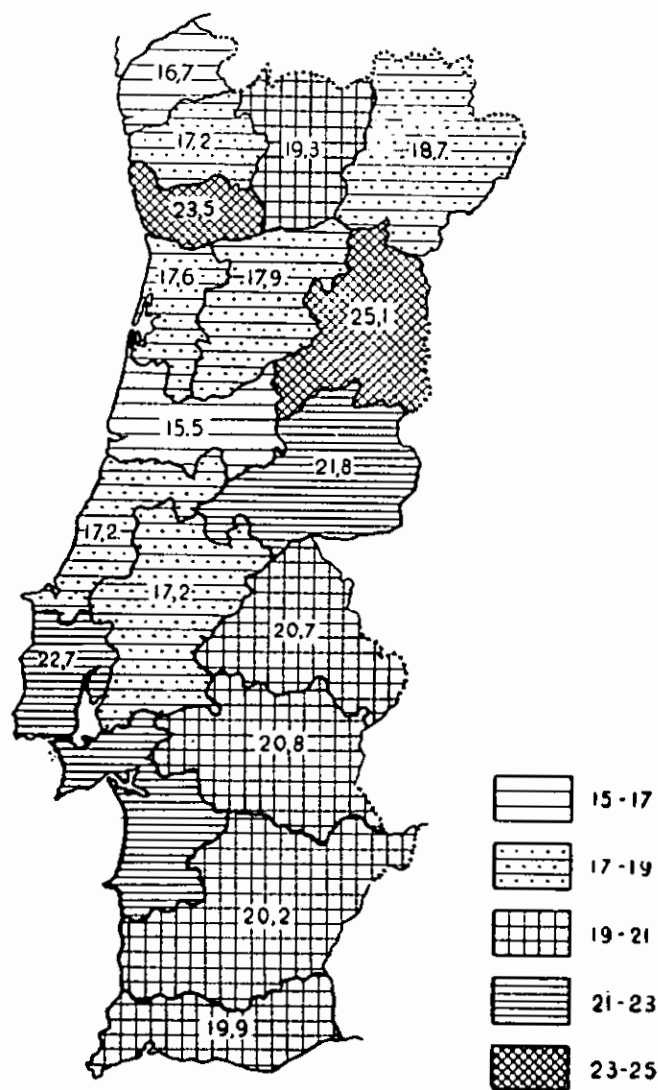


Fig. 9 — Mortalidade geral (1900-1909)
19,8 ‰

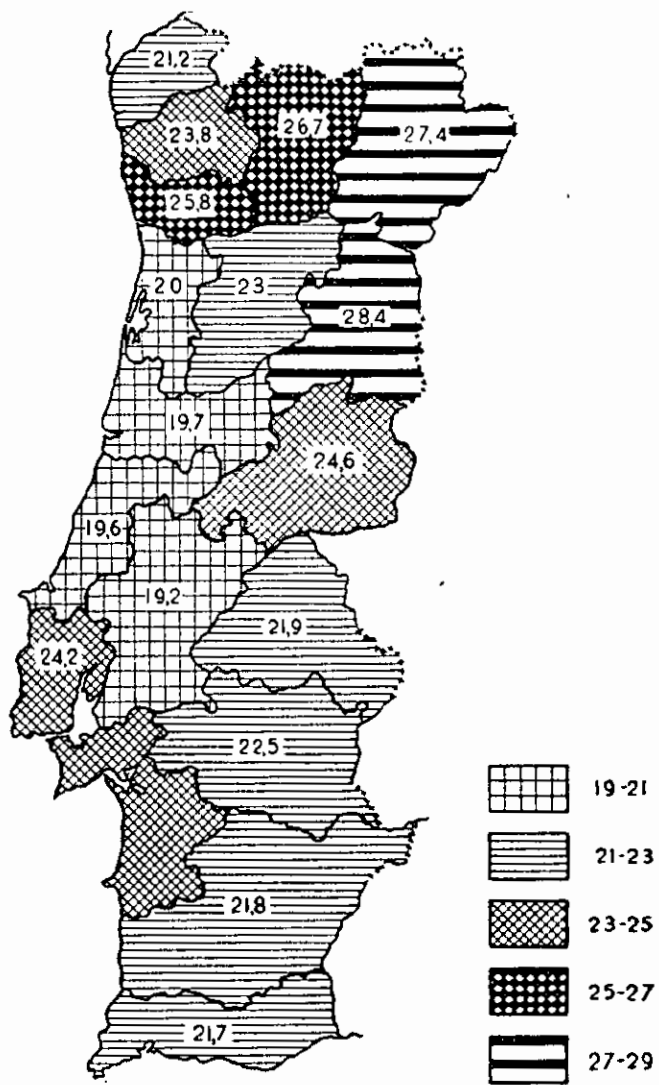


Fig. 10 — Mortalidade geral (1910-1919)

23,2 $\frac{0}{100}$

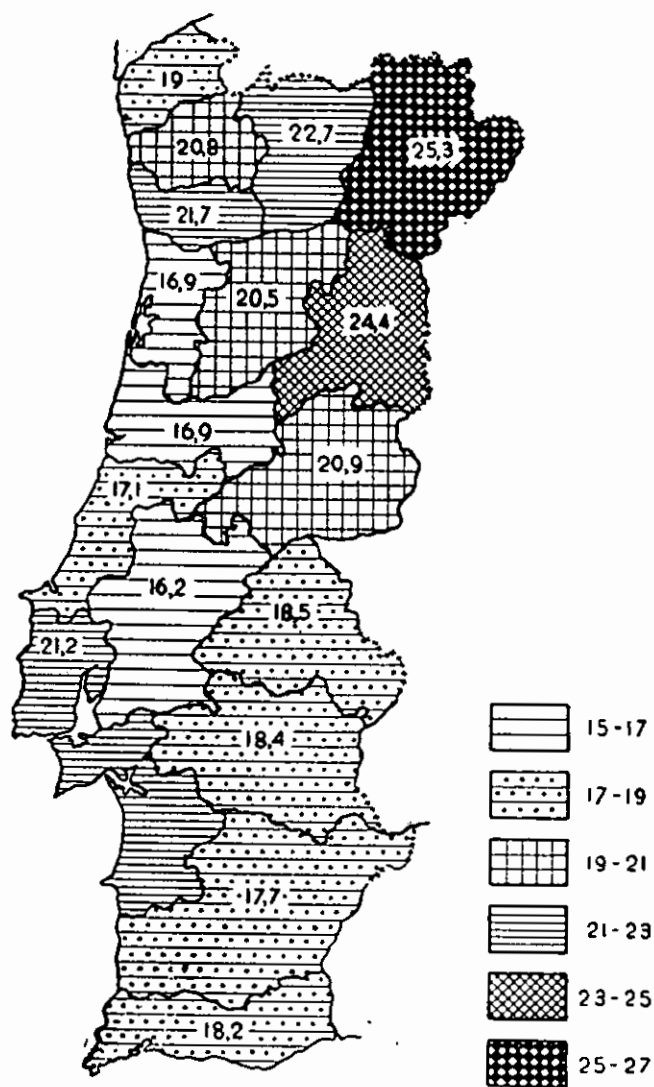


Fig. 11 — Mortalidade geral (1920-1929)
19,96 ‰

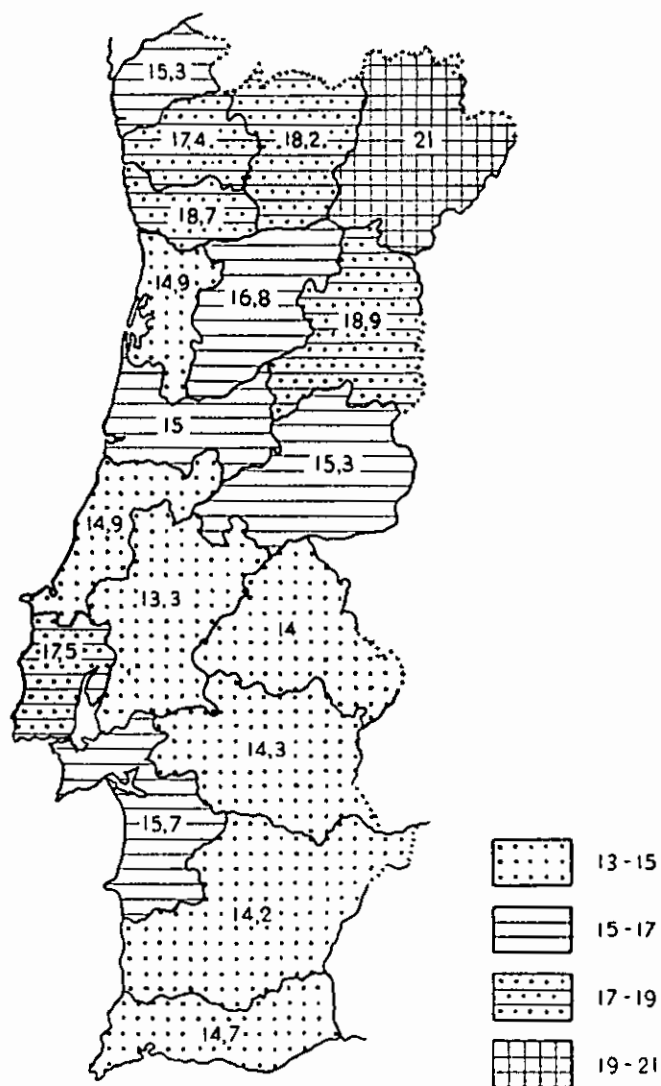


Fig. 12 — Mortalidade geral (1930-1939)
16,42 ‰

nos distritos de Bragança, Vila Real, Guarda, Porto e Lisboa; a mais baixa encontrou-se em Santarém, Coimbra e Aveiro.

De 1930 a 1939 (fig. 12) nova redução da mortalidade geral voltou a observar-se, embora menos acentuada que no decénio anterior. A mortalidade média da metrópole, nesse período, foi de 16,42 ‰, figurando os distritos de Bragança, Guarda, Porto e Vila Real, entre os de mortalidade mais alta; e Santarém, Portalegre, Évora, Beja e Faro, entre os de mortalidade mais baixa.

Uma certa correspondência, ou melhor, um certo paralelismo encontrado desde o princípio, entre as tendências dos gráficos da natalidade e da mortalidade, levou-nos a procurar a correlação que porventura poderia existir entre os dois fenómenos. Servimo-nos para isso, do coeficiente de correlação de Pearson

$$r = \left(\frac{\sum (D x D y)}{n \sigma x \sigma y} \right)$$

que aplicamos sucessivamente, à natalidade e mortalidade portuguesas no período de 1890-99 ⁽¹⁾ e à natalidade e mortalidade da cidade de Lisboa no período de

(1) Portugal — Natalidade e Mortalidade (1890 — 1899). — Coeficiente de Pearson:

$$r = \frac{\sum (D x D y)}{n \sigma x \sigma y}$$

Anos	Natalidade			Mortalidade			
	N	X (desvio)	Quadr.	M	Y (desvio)	Quadr.	X Y (prod.)
1890.....	32,6	1,8	3,24	25,2	3,5	12,25	6,3
1891.....	32	1,2	1,44	22,8	1,1	1,21	1,32
1892.....	31,3	0,4	0,16	20,3	-1,4	1,96	-0,56
1893.....	31,9	1,1	1,21	21,4	-0,3	0,9	-0,33
1894.....	29,7	-1,1	1,61	20,7	-1	1	1,1
1895.....	30	-0,8	0,64	20,8	-0,9	0,81	0,72
1896.....	30	-0,8	0,64	22,7	1,0	1	-0,8
1897.....	30,4	-0,4	0,16	21,9	0,2	0,4	-0,8
1898.....	30,2	-0,6	0,36	21,4	-0,3	0,9	0,18
1899.....	30	-0,8	0,64	20,2	-1,5	2,25	1,2
Médias	30,8		$\sum x^2 = 9,70$	21,7		$\sum y^2 = 22,68$	$\sum xy = 8,33$

$$\sigma x = \sqrt{\frac{\sum x^2}{10}} = \sqrt{\frac{9,70}{10}} = 0,98$$

$$\sigma y = \sqrt{\frac{\sum y^2}{10}} = \sqrt{\frac{22,68}{10}} = 1,5$$

$$r = \frac{8,33}{10 \times 0,98 \times 1,5} = 0,56$$

1930-39 ⁽²⁾. Os valores encontrados foram, respectivamente, $r = 0,56$ e $r' = 0,74$. Sabe-se em estatística que qualquer dos valores encontrados é bastante significativo, visto que ambos são superiores a 0,5. Aceitamos por conseguinte que as variações da natalidade exercem nítida influência no fenómeno da mortalidade. Encontramos um argumento de ordem matemática a apoiar os nossos raciocínios, mas não deixamos de reconhecer, não obstante, que os fenómenos demográficos são complexos demais para se admitir que a correlação entre eles existente possa traduzir-se, dum modo exclusivo, por uma fórmula de matemática. Há que contar sempre em estatística demográfica com um complexo de factores de ordem social, económica, sanitária e psicológica. Seja porém como for, somos levados a aceitar que o decrescimento acentuado da mortalidade geral portuguesa que se observou de 1920 para 1930 e 1940, não foi devido somente a uma possível melhoria das condições sanitárias e económico-sociais do nosso povo (tais como aumento de assistência médica, progressos terapêuticos, etc.), mas que a

(2) Lisboa — Natalidade e Mortalidade (1930 — 1939). — Coeficiente de Pearson:

$$r = \frac{\sum (Dx \cdot Dy)}{n \sigma_x \sigma_y}$$

Anos	Natalidade			Anos	Mortalidade			
	N	X (desvio)	Quadr.		M	Y (desvio)	Quadr.	X Y (prod.)
1930....	21	2,7	7,29	1930.....	20,3	1,6	2,56	4,32
1931.....	20,5	2,2	4,84	1931.....	18,6	— 0,1	0,1	0,22
1932.....	19,4	1,1	1,21	1932.....	18,8	0,1	0,1	0,11
1933.....	16,3	1,0	1,00	1933.....	19,2	0,5	0,25	0,50
1934.....	18,3	0,0	0,00	1934.....	19,2	0,5	0,25	0,00
1935.....	18,6	0,3	0,09	1935.....	19,5	0,8	0,64	0,24
1936.....	17,7	— 0,6	0,36	1936.....	18,2	— 0,5	0,25	0,30
1937.....	16,8	— 1,5	2,25	1937.....	18,4	— 0,3	0,09	0,45
1938.....	16,3	— 2	4,00	1938.....	18,6	— 0,1	0,1	0,2
1939.....	15,3	— 3	9,00	1939.....	16,2	— 2,5	6,25	7,5
Médias ..	18,3		$\sum x^2 = 30,85$	Médias ..	18,7		$\sum y^2 = 11,40$	$\sum xy = 13,84$

$$\sigma_x = \sqrt{\frac{\sum x^2}{10}} = \sqrt{\frac{30,85}{10}} = 1,75$$

$$\sigma_y = \sqrt{\frac{\sum y^2}{10}} = \sqrt{\frac{11,40}{10}} = 1,06$$

$$r' = \frac{13,84}{10 \times 1,75 \times 1,06} = 0,74$$

baixa, cada vez mais acentuada da natalidade que de há tempos se vem registando, algo deve ter contribuído para tais resultados. Expliquemos então, os factos.

A redução da natalidade acarretou acentuadas modificações da estrutura populacional, sobretudo nalguns distritos e a mortalidade geral pode baixar, até bastante, só por este facto. Com efeito, tornando-se a natalidade contínua e progressivamente decrescente, vai-se reduzindo, cada vez mais, o número de indivíduos de idades infantis, sem que redução semelhante se observe, pelo menos durante uns tantos anos, no número dos adultos jovens. Criam-se assim novos tipos populacionais em que predominam os indivíduos deste último grupo, e, como os adultos jovens têm menor probabilidade de morrer do que as crianças, compreende-se assim que a mortalidade possa baixar, mesmo bastante, só por esse facto. Pode mesmo acontecer que de dois povos com diferentes índices de mortalidade geral, esteja em melhores condições sanitárias aquele que tem *maior* índice de mortalidade geral. E tanto assim é que, no tocante à evolução da mortalidade por tuberculose, já as coisas se passam de modo diverso, pois em lugar de encontrarmos diminuição dessa mortalidade no período de 1920 para 1930, como acontece na mortalidade geral, pelo contrário, observamos aumento do respectivo índice, precisamente pelo facto de predominarem os adultos jovens, que são como se sabe, as idades em que a mortalidade por tuberculose é mais alta. Admitindo mesmo a hipótese, que não é verosímil, que a saúde pública era entregue ao simples jogo das forças demográficas, tempo viria em que voltando a modificar-se nitidamente a estrutura populacional, agora com predomínio de velhos, a mortalidade geral viria a aumentar e a mortalidade por tuberculose começaria a diminuir. Claro está, para explicarmos este aumento da mortalidade por tuberculose, que se observa de 1920 para 1930, há que levar muito em conta, também esses milhares de tuberculosos que a grande guerra (1914-18) nos legou e que, espalhados por todo o país, foram outras tantas fontes de disseminação do terrível mal e, por outro lado, a pandemia gripal consecutiva, que, devido ao estado anérgico que criou nos indivíduos atacados, favoreceu o aparecimento de numerosíssimos casos.

Assente portanto que a natalidade progressivamente decrescente exerce determinada influência no decrescimento progressivo da mortalidade, não teremos nós processo de eliminar seguramente essa influência e verificar assim, se há ou não, realmente, melhoria das nossas condições sanitárias durante esses períodos? Podemos na verdade afastar essa influência desde que determinemos a mortalidade geral «standard» para o País, distritos e cidades de Lisboa e Porto nos anos de 1920, 1930 e 1940.

MORTALIDADE GERAL «STANDARD»

Por mortalidade geral «standard» se entende a mortalidade referida a determinado tipo populacional, tomado para padrão ⁽¹⁾. O padrão que nós utilizamos

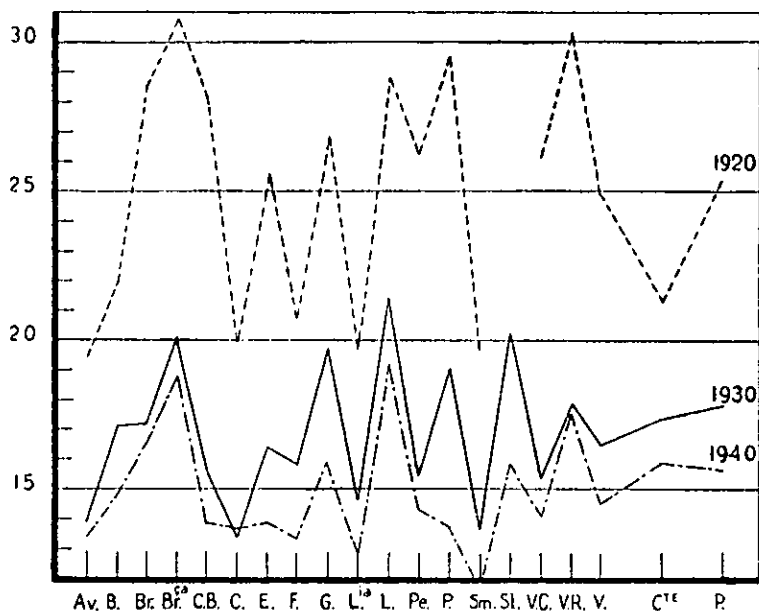


Fig. 13 — Representação gráfica da mortalidade geral «Standard» nos anos de 1920, 1930 e 1940

foi determinado com base no recenseamento de 19 Estados europeus e é aprovado e recomendado pela Sociedade das Nações. Para calcularmos a mortalidade

(1) Idades	Milhão Standard
0 — 1	26.300
1 — 4	93.600
5 — 14	206.900
15 — 24	183.200
25 — 34	147.900
35 — 44	120.500
45 — 54	93.900
55 — 64	70.800
65 — 74	40.500
75	16.300
Desconh.	100
	1.000.000

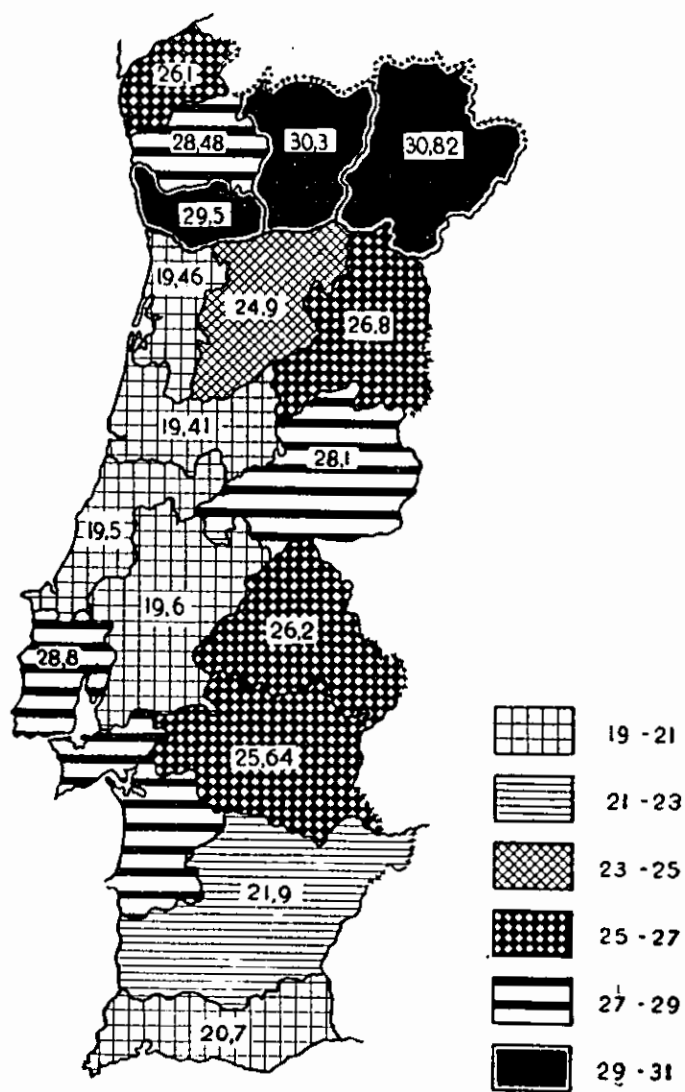


Fig. 14 — Mortalidade geral «Standard» em 1920
21,44 ‰

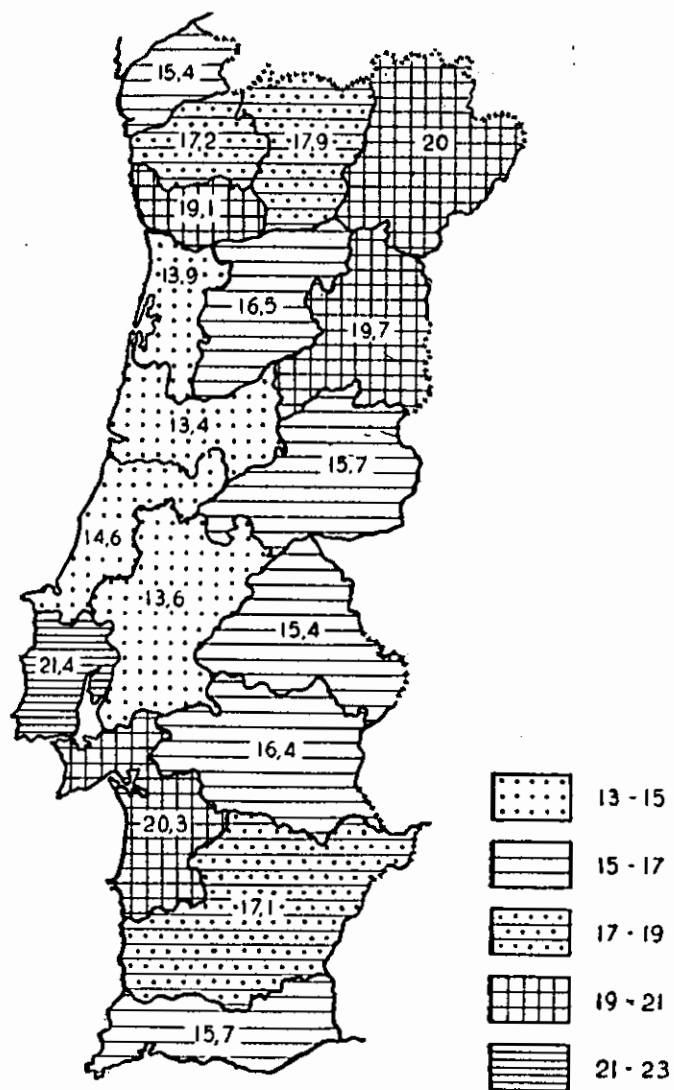


Fig. 15 — Mortalidade geral «Standard» em 1930
17,39 ‰

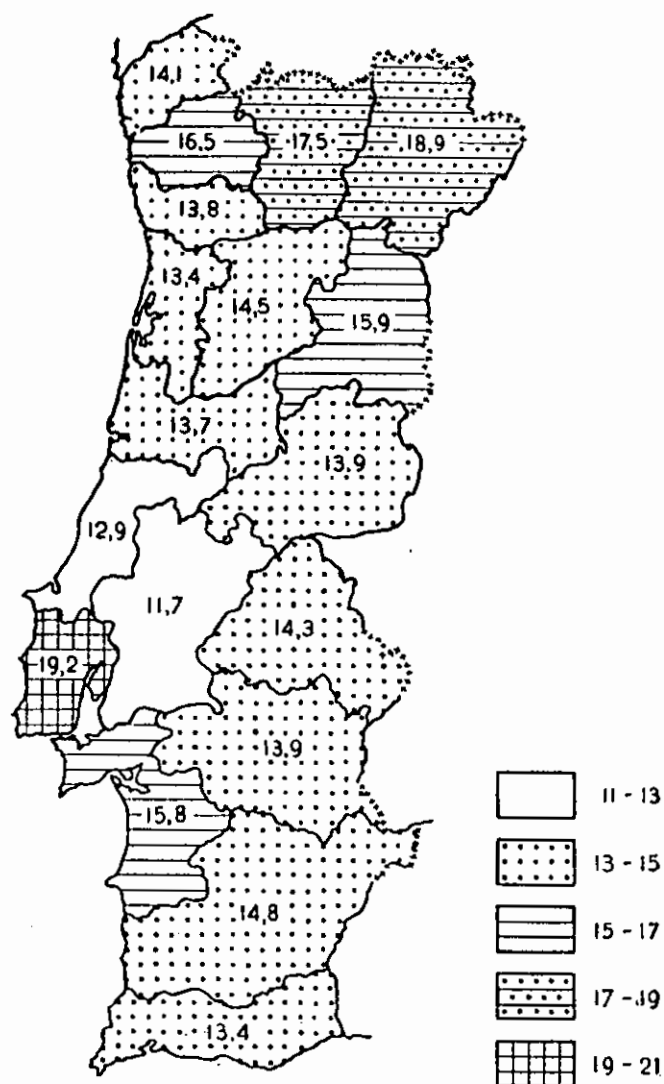


Fig. 16 — Mortalidade geral «Standard» em 1940
15,94 ‰

geral «standard» temos de conhecer previamente a estrutura populacional segundo os mesmos grupos indicados no padrão e, por outro lado, a mortalidade em cada um desses grupos, dados estes que só podem ser obtidos nos anos de recenseamento. Depois disto calcula-se, sem grande dificuldade, por meio de regras de três simples, a mortalidade que cada um dos grupos teria se a população considerada possuísse a estrutura padrão.

Com os números encontrados (Mapas X a XXXVIII) elaborámos os grá-

QUADRO VIII — MORTALIDADE GERAL BRUTA E MORTALIDADE STANDARD

	1920		1930		1940	
	M. g. b.	M. st.	M. g. b.	M. st.	M. g. b.	M. st.
Portugal.....	23,69	25,40	18,82	17,81	15,81	15,73
Metrópole.....	23,56	21,44	16,93	17,39	15,63	15,94
Aveiro.....	16,69	19,46	14,40	13,95	14,63	13,41
Beja.....	19,56	21,90	14,83	17,10	13,57	14,81
Braga.....	26,94	28,48	17,41	17,26	17,55	16,52
Bragança.....	29,03	30,82	22,82	20,08	20,12	18,87
Castelo Branco.....	25,71	28,11	15,68	15,70	14,62	13,92
Coimbra.....	19,46	19,91	14,05	13,42	14,54	13,70
Évora.....	22,32	25,64	15,25	16,45	12,99	13,93
Faro.....	19,92	20,75	14,94	15,78	12,86	13,39
Guarda.....	26,45	26,87	20,14	19,76	17,77	15,96
Leiria.....	19,10	19,51	15,10	14,67	13,95	12,89
Lisboa.....	24,02	28,82	19,36	21,46	16,10	19,20
Portalegre.....	24,51	26,28	15,05	15,46	14,06	14,29
Porto.....	26,53	29,52	18,41	19,10	18,06	13,77
Santarém.....	18,38	19,64	13,95	13,63	12,38	11,76
Setúbal.....	—	—	17,70	20,28	13,26	15,88
Viana do Castelo.....	25,33	26,10	16,30	15,39	15,70	14,10
Vila Real.....	26,93	30,34	18,33	17,95	18,61	17,50
Viseu.....	24,47	24,95	16,73	16,51	16,04	14,48

ficos (1) da fig. 13 e três mapas de Portugal correspondendo aos três anos dos recenseamentos em questão. Tais gráficos e mapas reflectem realmente as condições sanitárias do país, de cada distrito e das cidades de Lisboa e Porto em cada um dos três anos considerados. Podemos agora afirmar *categoricamente* (fig. 13)

QUADRO IX — MORTALIDADE G. B. E M. STANDARD

(Lugar occupado por cada distrito, segundo a ordem dêsses valores)

1920		1930		1940	
M. g. b.	M. st.	M. g. b.	M. st.	M. g. b.	M. st.
Bragança	Bragança	Bragança	Lisboa	Bragança	Lisboa
Vila Real	Vila Real	Guarda	Setúbal	Vila Real	Bragança
Braga	Porto	Lisboa	Bragança	Porto	Vila Real
Porto	Lisboa	Porto	Guarda	Guarda	Braga
Guarda	Braga	Vila Real	Porto	Braga	Guarda
C. Branco	C. Branco	Setúbal	Vila Real	Lisboa	Setúbal
V. do Castelo	Guarda	Braga	Braga	Viseu	Beja
Portalegre	Portalegre	Viseu	Beja	V. do Castelo	Portalegre
Viseu	V. do Castelo	V. do Castelo	Viseu	Aveiro	Viseu
Lisboa	Évora	C. Branco	Évora	C. Branco	V. do Castelo
Évora	Viseu	Évora	C. Branco	Coimbra	Évora
Faro	Beja	Leiria	Faro	Portalegre	C. Branco
Beja	Faro	Portalegre	Portalegre	Leiria	Porto
Coimbra	Coimbra	Beja	V. do Castelo	Beja	Coimbra
Leiria	Santarém	Aveiro	Leiria	Setúbal	Aveiro
Santarém	Leiria	Faro	Aveiro	Évora	Faro
Aveiro	Aveiro	Coimbra	Santarém	Faro	Leiria
		Santarém	Coimbra	Santarém	Santarém

(1) Estas representações gráficas não foram feitas em papel milimétrico de escala aritmética — logaritmica como era nosso desejo, por não ter sido possível encontrar o referido papel à venda no mercado.

que houve melhoria sanitária acentuada de 1920 para 1930 e que essa melhoria amentou, embora em ritmo menos acelerado, de 1930 para 1940.

Cotejando a mortalidade geral com a mortalidade «standard» (expressa nos quadros juntos — VIII e IX) encontramos grandes diferenças na posição relativa dos distritos. Assim, *v. g.*, em 1940, o distrito de Lisboa passou do 6.º lugar, em que o colocava a mortalidade geral, para o *primeiro lugar*.

O distrito do Porto sai do 3.º lugar para ir ocupar o honroso décimo terceiro, que lhe pertence realmente pela mortalidade «standard».

Um exame atento dos referidos grupos, mapas e quadros mostram-nos também grandes surpresas, quando confrontamos as mortalidades geral e «standard» de outros quaisquer distritos em qualquer dos anos que estamos a considerar. Deve, portanto, ficar bem patente no nosso espírito que a mortalidade geral é um índice bem pouco seguro e preciso das condições sanitárias de qualquer população e que orientados apenas por ele, podemos ser induzidos em erro, indo a atribuir a alterações do estado sanitário, num ou noutro sentido, aquilo que, muitas vezes, não é devido senão a desigualdades de estrutura populacional. Outro tanto já não acontece com a mortalidade «standard» que, como vimos, nos permite pôr de lado essas influências.

(*Continua*)

QUADRO X — PORTUGAL (Continente e Ilhas)

Grupos de idades	1920 — População 6.032.991					1930 — População 6.825.883					1940 — População 7.722.152				
	População	Óbitos	‰/100	M. Standard		População	Óbitos	‰/100	M. Standard		População	Óbitos	‰/100	M. Standard	
0/1	123.773	33.302	269,1	7.076		144.599	29.077	201,1	5.288		157.268	23.690	150,6	3.961	
1/4	480.359	22.491	46,9	4.382		625.028	12.403	19,8	1.857		1.671.873	14.604	21,7	2.034	
5/14	1.363.779	8.669	6,4	1.315		1.408.475	5.356	3,9	786		1.639.077	4.388	2,6	553	
15/24	1.142.723	8.055	7	1.291		908.414	6.145	6,8	1.239		1.379.164	5.313	3,8	710	
25/34	839.272	7.335	8,7	1.292		976.911	6.293	6,4	952		1.165.522	6.104	5,2	774	
35/44	698.228	7.164	10,2	1.236		787.422	6.098	7,7	933		918.288	6.034	6,5	791	
45/54	578.555	8.158	15,8	1.324		649.702	6.768	10,4	978		721.347	7.350	10,1	959	
55/64	422.797	11.252	26,6	1.884		488.984	9.767	19,9	1.414		547.750	11.293	20,6	1.459	
65/74	246.875	15.985	64,7	2.622		290.124	14.278	49,2	1.993		334.414	16.891	50,5	2.045	
≥ 75	109.020	19.914	182,6	2.977		133.507	19.396	145,2	2.368		163.878	24.596	150	2.446	
Desc.	27.610	537	19,4	1,9		12.717	171	13,4	1,3		23.571	223	9,4	5,9	
		23.690/100		25,40 ‰/100			18,82 ‰/100		17,81 ‰/100			15,81 ‰/100		15,73 ‰/100	

QUADRO XI — Continente

Grupos de idades	1920 — População 5.621.977				1930 — População 6.360.347				1940 — População 7.185.145			
	População	Óbitos	%	M. Standard	População	Óbitos	%	M. Standard	População	Óbitos	%	M. Standard
0/1	115.149	30.558	265,3	6.979	135.441	26.366	194,2	5.108	143.894	21.041	146,2	3.846
1/4	443.386	21.026	47,4	433,8	578.745	11.653	20,1	1.884	619.088	13.029	21,0	1.970
5/14	1.266.250	8.040	6,3	1.313,7	1.305.378	5.416	4,1	858	1.514.910	3.914	2,5	534
15/24	1.067.275	7.624	7,1	1.308	1.219.372	5.776	4,7	867	1.281.149	4.998	3,90	715
25/34	750.038	6.954	8,8	1.301,8	911.504	6.040	6,6	980	1.087.571	5.779	5,21	786
35/44	655.639	6.767	10,3	1.243,7	738.611	5.807	7,8	947	859.926	5.741	6,67	804
45/54	540.448	7.669	14,2	1.332	610.271	6.386	10,4	982	678.445	6.977	10,30	966
55/64	392.520	10.560	26,9	1.904,7	456.834	9.087	19,9	1.408	514.576	10.586	20,5	1.456,5
65/74	226.910	14.775	65,1	2.637	270.052	13.314	49,3	1.996	312.529	15.814	50,6	2.401
>75	97.838	17.886	182,8	2.980,8	122.336	17.743	145	2.364	151.012	22.834	151,2	2.464
Desc.	26.524	511	19,2	2	11.803	163	13,8	1,3	22.043	214	9,7	0,9
		23,54 %		21,44 %		16,93 %		17,39 %		15,63 %		15,94 %

QUADRO XII — Distrito de Aveiro

Grupos de idades	1920 — População 344.178				1930 — População 381.604				1940 — População 429.870			
	População	Óbitos	‰	M. Standard	População	Óbitos	‰	M. Standard	População	Óbitos	‰	M. Standard
0/1	7.275	1.359	186,8	4.912	8.379	1.235	147,4	3.876	9.255	1.107	119,6	3.145
1/4	29.519	931	31,5	2.935	36.873	494	12,2	1.254	39.957	709	17,7	1.660
5/14	82.333	438	5,3	1.100	83.183	249	2,9	619	95.910	221	2,3	476
15/24	62.351	337	5,4	990	72.060	240	3,3	610	76.550	224	2,9	536
25/34	43.886	285	6,5	960	48.661	300	6	911	60.394	236	3,9	577
35/44	37.364	324	8,6	1.044	40.886	283	6,9	834	36.532	286	6,1	740
45/54	32.845	351	10,7	1.003	35.891	325	9	850	38.310	353	8,9	865
55/64	24.350	478	19,6	1.389	28.137	477	16,9	1.200	30.972	542	17,04	1.238
65/74	15.151	864	57	2.309	17.801	726	40,7	1.708	20.579	937	45,5	1.844
>75	8.036	1.377	171,3	2.793	8.961	1.150	128,3	2.090	10.543	1.504	142	2.325
Desc.	1.068	15	14	1,41	862	18	20,8	2,09	868	14	16,1	1,6
		16,69 ‰		19,46 ‰		14,40 ‰		13,95 ‰		14,63 ‰		13,41 ‰

QUADRO XIII — Distrito de Beja

Grupos de idades	1920 — População 200.615				1930 — População 240.465				1940 — População 275.441			
	População	Óbitos	‰	M. Standard	População	Óbitos	‰	M. Standard	População	Óbitos	‰	M. Standard
0/1	4.416	1.184	268,1	7.051	4.376	929	112,3	5.583	5.577	792	142	3.734
1/4	16.950	435	25,6	2.402	22.137	332	14,9	1.403	24.244	277	11,3	1.069
5/14	48.739	206	4,2	874	52.006	205	3,9	815	59.334	165	2,8	575
15/24	37.619	203	5,4	988	48.609	222	4,5	856	50.417	227	4,5	824
25/34	27.321	200	7,3	1.082	34.390	208	6	894	43.923	245	5,8	702
35/44	23.629	196	8,3	999	26.824	164	6,1	736	32.751	191	5,8	824
45/54	19.075	195	10,2	959	22.826	178	7,8	732	24.237	241	9,9	933
55/64	12.333	304	24,6	1.745	16.820	323	19,2	1.359	19.136	387	20,2	1.431
65/74	6.999	450	64,3	2.603	8.517	457	53,6	2.173	10.945	598	54,6	2.213
> 75	2.634	530	201,2	4.203	3.457	546	157,9	2.574	4.308	677	157	2.561
Desc.	899	17	18,9	1.89	503	2	3,9	0,4	569	4	7	0,7
		19,54 ‰		21,90 ‰		14,83 ‰		17,10 ‰		13,57 ‰		14,87 ‰

QUADRO XIV — Distrito de Braga

Grupos de idades	1920 — População 379.141				1930 — População 414.784				1940 — População 482.914			
	População	Óbitos	0/00	M. Standard	População	Óbitos	0/00	M. Standard	População	Óbitos	0/00	M. Standard
0/1	8.335	2.070	251,3	6.610,9	10.741	1.847	171,9	4.522	11.934	1.733	145,2	3.819
1/4	32.092	1.661	51,7	4.844,4	42.991	826	19,2	1.708	51.703	1.130	22	2.045
5/14	87.213	705	8,1	1.672	90.234	396	4,4	917	113.588	262	2,3	477
15/24	70.326	505	7,2	1.315	76.002	299	3,9	720	83.616	232	2,8	508
25/34	50.759	448	8,8	1.305	56.256	357	6,3	938	64.910	285	4,4	649
35/44	42.253	512	12,1	1.460	45.671	359	7,8	947	53.757	316	5,9	708
45/54	35.478	593	16,7	1.569	38.750	405	10,4	981	42.104	424	10	945
55/64	27.097	900	33,2	2.351	29.282	645	22	1.559	32.719	765	23,4	1.655
65/74	15.182	1.347	88,7	1.347	17.039	949	54,5	2.255	18.904	1.260	66,7	2.699
> 75	6.007	1.386	230,7	3.760	6.960	1.125	161,6	2.634	8.364	1.548	185	3.016
Desc.	1.499	9	6	0,60	849	12	14,3	1,41	1.314	3	2,2	0,2
			26,94 0/00	28,49 0/00		17,41 0/00	17,26 0/00			17,55 0/00		16,52 0/00

QUADRO XV — Distrito de Bragança

Grupos de idades	1920 — População 170.302				1930 — População 185.164				1940 — População 313.233			
	População	Óbitos	%	M. Standard	População	Óbitos	%	M. Standard	População	Óbitos	%	M. Standard
0/1	3.445	1.057	306,8	8.069	4.394	1.034	235,3	6.188	4.758	815	171,3	4.504
1/4	14.140	937	66,2	6.202	18.591	794	42,7	1.826	21.274	774	36,4	3.405
5/14	40.145	335	8,3	1.726	40.683	230	5,65	1.169	48.553	169	3,5	720
15/24	30.132	240	7,9	1.459	33.675	152	4,51	826	37.625	166	4,4	808
25/34	21.073	233	11	1.478,7	24.361	163	6,69	989	30.347	167	5,5	813
35/44	19.517	240	12,3	1.481,7	18.669	159	8,52	1.026	23.934	160	6,6	805
45/54	17.379	286	16,4	1.545	18.858	214	11,98	1.125	17.676	179	10,1	951
55/64	13.128	428	32,6	2.305,9	14.293	338	23,64	1.674	14.988	336	22,4	1.587
65/74	7.587	607	80	3.240	8.533	489	57,30	2.320	9.372	540	57,6	2.333
> 75	2.808	571	491,7	3.314	3.602	651	180,73	2.945	3.941	709	179,8	2.933
Desc.	948	10	10,5	1,05	505	6	11,88	1,1	759	10	13,2	1,3
		29,03 %		30,82 %		22,82 %		20,08 %		20,12 %		18,87 %

QUADRO XVI — Distrito de Castelo Branco

Grupos de idades	1920 — População 239.167				1930 — População 265.573				1940 — População 299.670			
	População	Óbitos	0/00	M. Standard	População	Óbitos	0/00	M. Standard	População	Óbitos	0/00	M. Standard
0/1	4.973	1.479	297,4	7.821,7	5.869	1.066	181,63	4.776	6.239	806	129,2	3.367
1/4	19.346	1.422	73,5	6.879	25.522	643	25,19	2.358	27.171	551	20,3	1.898
5/14	55.728	349	62,6	1.295	55.956	207	3,69	765	65.167	158	2,4	501
15/24	43.442	264	60,7	1.113	50.854	170	3,34	612	53.070	175	3,3	604
25/34	32.260	255	7,9	1.169	35.230	147	4,17	617	43.512	182	4,1	618
35/44	28.499	258	9,05	1.090	29.798	181	6,08	731	33.403	169	5	609
45/54	23.364	345	14,76	1.386	25.568	184	7,19	675	27.938	223	7,9	749
55/64	16.763	449	26,78	1.896	19.556	303	15,49	1.096	22.482	394	17,5	1.240
65/74	9.735	587	60,29	2.442	11.431	502	43,91	1.778	13.235	568	42,9	1.738
> 75	3.958	732	184,94	3.014	5.356	753	140,59	2.293	6.542	102,3	156,3	2.548
Desc.	1.099	10	9,09	0,90	433	4	9,24	0,9	911	21	23	2,3
		25,71 0/00		28,11 0/00		15,68 0/00		15,70 0/00		14,62 0/00		13,92 0/00

QUADRO XVII — Distrito de Coimbra

Grupos de idades	1920 — População 353.121				1930 — População 387.808				1940 — População 411.677			
	População	Óbitos	‰/100	M. Standard	População	Óbitos	‰/100	M. Standard	População	Óbitos	‰/100	M. Standard
0/1	6.678	1.380	206,65	5.434,6	7.051	1.029	145,93	3.838	7.143	765	107,1	2.816
1/4	26.187	915	24,94	3.270	33.055	330	9,98	934	32.519	527	16,2	1.516
5/14	77.329	332	4,26	888,2	77.640	243	3,13	647	82.211	204	2,4	513
15/24	65.555	349	5,3	975,4	72.976	273	3,75	688	72.738	310	4,2	781
25/34	47.175	342	7,25	1.072	52.802	273	5,16	765	59.740	328	5,5	979
35/44	40.383	306	7,58	913	43.165	270	6,25	753	48.096	337	7	844
45/54	35.672	408	11,45	1.075	38.826	343	8,83	829	40.203	369	9,1	861
55/64	27.402	586	21,38	1.541	31.272	494	15,79	1.118	33.362	569	16,9	1.196
65/74	16.890	857	50,7	2.055	20.366	835	40,99	1.660	22.543	1.008	44,7	1.810
>75	8.148	1.353	153,78	2.706	10.034	1.353	134,84	2.197	11.750	1.712	145,7	2.374
Desc.	1.747	49	28,04	2,80	831	4	4,81	0,4	1.072	16	149,2	1,4
		19,46 ‰/100		19,91 ‰/100		14,05 ‰/100		13,42 ‰/100		14,54 ‰/100		13,70 ‰/100

QUADRO XVIII — Distrito de Évora

Grupos de idades	1920 — População 153.239				1930 — População 180.852				1940 — População 207.952			
	População	Óbitos	%/100	M. Standard	População	Óbitos	%/100	M. Standard	População	Óbitos	%/100	M. Standard
0/1	3.098	945	305,92	8.046	3.768	714	189,5	4.938	4.155	601	168,7	4.808
1/4	11.921	499	41,84	3.918	16.942	260	15,4	1.436	17.899	208	11,6	1.087
5/14	34.126	199	5,83	1.206	38.183	151	3,9	818	44.975	96	2,14	443
15/24	29.858	221	7,40	1.423	35.601	162	4,5	833	38.196	125	3,2	599
25/34	22.125	151	6,82	1.009	26.388	142	5,4	795	32.247	138	4,3	632
35/44	19.114	151	7,89	951	20.424	135	6,6	796	25.065	106	4,2	509
45/54	14.766	168	11,37	1.068	17.114	146	8,5	801	18.489	172	9,3	873
55/64	9.720	257	26,44	1.871	12.498	258	20,6	1.461	14.650	274	18,7	1.324
65/74	5.595	389	69,52	2.815	6.651	329	49,4	2.003	8.350	433	51,8	2.100
≥ 75	2.130	435	204,03	3.328	2.963	459	154,9	2.525	3.489	545	136,6	2.546
Desc.	795	5	6,28	0,62	320	2	6,2	0,6	617	9	14,6	1,4
		22,32 %/100		25,64 %/100		15,25 %/100		16,45 %/100		12,99 %/100		13,93 %/100

QUADRO XIX — Distrito de Faro

Grupo de idades	1920 — População 268.294				1930 — População 300.762				1940 — População 317.628			
	População	Óbitos	‰	M. Standard	População	Óbitos	‰	M. Standard	População	Óbitos	‰	M. Standard
0/1	6.053	1.466	24,2	6.369	5.603	1.065	18,1	4.999	5.531	754	136,3	3.585
1/4	21.872	634	28,98	2.713	24.874	387	15,6	1.456	23.698	334	14,1	1.319
5/14	62.073	277	4,46	923	63.744	230	3,6	746	62.169	157	2,5	522
15/24	52.094	293	5,62	1.030	58.871	319	5,4	992	57.616	250	4,3	794
25/34	36.139	252	6,97	1.031	41.577	258	6,2	917	49.020	272	5,5	820
35/44	30.463	213	6,99	842	34.375	193	5,6	676	38.367	203	5,3	637
45/54	26.110	253	9,68	909	29.622	207	6,9	656	31.792	269	8,5	794
55/64	17.183	350	20,36	1.442	23.205	327	14,9	997	24.973	357	14,3	1.012
65/74	10.590	618	58,6	2.373	12.395	559	45,9	1.826	16.202	673	41,3	1.682
>75	4.723	903	191,18	3.116	6.117	945	154,4	2.518	7.369	1.005	136,4	2.223
Desc.	994	25	25,15	2,51	379	4	10,6	1	801	10	12,5	1,2
		19,92 ‰		20,75 ‰		14,94 ‰		15,78 ‰		12,86 ‰		13,39 ‰

QUADRO XX — Distrito de Guarda

Grupos de idades	1920 — População 256.243				1930 — População 267.614				1940 — População 294.166			
	População	Óbitos	‰	M. Standard	População	Óbitos	‰	M. Standard	População	Óbitos	‰	M. Standard
0/1	6.343	1.744	294,94	7.231	6.102	1.426	234	6.154	6.709	996	148,4	3.904
1/4	21.273	1.334	62,70	5.869	25.535	867	33,9	3.178	27.746	799	28,8	2.695
5/14	60.304	469	7,77	1.609	57.865	271	4,7	967	64.809	156	2,4	498
15/24	45.352	201	6,41	1.175	49.546	190	3,8	702	50.343	162	3,2	589
25/34	32.224	329	10,20	1.510	33.442	238	7,1	1.052	41.518	206	4,9	733
35/44	29.204	298	10,20	1.229	28.679	198	6,9	803	31.895	200	6,2	755
45/54	24.664	329	13,3	1.252	26.852	266	9,9	910	26.896	232	8,6	809
55/64	19.557	500	25,56	1.810	20.514	413	20,1	1.425	22.779	457	20	1.420
65/74	11.607	710	60,78	2.458	12.928	675	52,3	2.114	13.680	655	47,9	1.939
>75	4.514	755	167,25	2.726	5.674	840	148	2.413	6.801	1.093	160,7	2.619
Desc.	1.111	19	17,10	1,7	477	4	8,4	0,8	990	2	2,2	0,2
		26,45 ‰		26,87 ‰		20,14 ‰		19,76 ‰		17,17 ‰		15,96 ‰

QUADRO XXI — Distrito de Leiria

Grupos de idades	1920 — População 279.124				1930 — População 314.540				1940 — População 353.675			
	População	Óbitos	0/00	M. Standard	População	Óbitos	0/00	M. Standard	População	Óbitos	0/00	M. Standard
0/1	6.607	1.329	201,15	5.290	6.820	1.102	161,9	4.249	7.655	882	115,2	3.030
1/4	24.060	816	33,91	3.590	31.104	506	16,2	1.522	32.325	437	13,51	1.265
5/14	63.318	247	3,90	807	68.242	228	3,3	691	79.270	209	2,63	545
15/24	52.317	271	5,18	949	56.898	187	3,3	602	62.301	227	3,64	667
25/34	38.764	238	6,14	908	43.300	225	5,2	768	49.333	217	4,39	650
35/44	29.481	236	8	964	35.678	223	6,2	753	40.066	268	6,68	806
45/54	25.206	284	11,26	1.058	27.930	239	8,4	803	33.592	287	8,54	802
55/64	20.890	422	20,20	1.431	21.918	403	18,3	1.301	23.789	384	16,14	1.142
65/74	12.408	551	44,04	1.798	14.962	630	42,1	1.705	15.670	702	44,75	1.814
> 75	5.249	872	166,12	2.768	7.169	1.001	139,6	2.275	8.675	1.260	145,24	2.367
Desc.	824	64	77,67	7,7	519	5	9,6	0,96	959	9	9,38	0,9
		19,10 0/00		19,51 0/00		15,10 0/00		14,57 0/00		13,95 0/00		12,89 0/00

QUADRO XXII — Distrito de Lisboa

Grupos de idades	1920 — População 933.568				1930 — População 986.582				1940 — População 1.070.103			
	População	Óbitos	%	M. Standard	População	Óbitos	%	M. Standard	População	Óbitos	%	M. Standard
0/1	16.276	5.202	33,2	8.712	16.514	4.087	247,5	6.508	14.245	2.814	197,54	5.195
1/4	60.400	3.264	54	5.058	62.773	1.550	247	2.311	61.814	1.385	22,4	2.097
5/14	183.333	1.286	7	1.451	149.760	838	5,6	1.157	177.435	616	3,47	718
15/24	188.811	1.728	9,1	1.676	182.798	1.288	7	1.290	197.012	1.073	5,44	997
25/34	155.995	1.628	10,4	1.543	159.056	1.389	8,7	1.291	196.590	1.344	6,83	1.011
35/44	121.417	1.466	12,1	1.435	126.793	1.342	10,5	1.275	157.621	1.328	8,42	1.015
45/54	93.719	1.563	16,7	1.566	93.235	1.414	15,2	1.424	118.352	1.556	13,13	2.165
55/64	60.236	1.797	29,8	2.112	63.647	1.586	24,0	1.764	77.204	1.884	27,40	1.727
65/74	31.604	1.999	63,2	2.561	35.430	1.919	54,1	2.194	44.173	2.228	50,43	2.042
≥ 75	13.416	2.231	166,2	2.710	15.417	2.121	137,5	2.242	21.395	2.914	136,20	2.220
Desc.	8.361	67	8,01	0,8	1.159	20	17,2	1,7	4.262	36	8,44	0,8
		24,02 %		28,82 %		19,36 %		21,46 %		16,10 %		19,20 %

QUADRO XXIII — Distrito de Portalegre

Grupos de idades	1920 — População 147.308				1930 — População 166.343				1940 — População 186.373			
	População	Óbitos	%	M. Standard	População	Óbitos	%	M. Standard	População	Óbitos	%	M. Standard
0/1	3.321	865	260,46	6.850	3.626	639	176,8	4.634	3.476	513	157,6	3.881
1/4	11.640	605	52,06	4.864	15.088	229	15,1	1.420	15.725	209	13,29	1.244
5/14	34.325	229	6,32	1.380	33.712	122	3,6	748	38.951	80	2,05	424
15/24	27.730	226	8,15	1.493	33.036	148	4,4	820	33.448	142	4,24	777
25/34	20.272	172	8,48	1.254	24.051	121	5	744	29.026	108	3,72	550
35/44	17.205	159	9,24	1.113	18.940	94	4,9	508	22.096	124	5,61	676
45/54	13.975	210	15,09	2.411	15.870	137	8,6	810	17.654	136	7,70	723
55/64	9.907	270	27,2	1.929	11.846	223	18,8	1.332	13.482	241	17,41	1.265
65/74	5.745	401	69,8	2.827	6.882	316	45,9	1.859	7.985	378	47,36	1.917
>75	2.372	460	193,92	3.161	3.076	470	152,7	2.490	3.821	658	172,41	2.806
Desc.	906	16	17,66	1,7	216	7	32,4	3,2	709	16	22,56	2,2
		24,51 %		26,28 %		15,05 %		15,46 %		14,06 %		14,29 %

QUADRO XXIV — Distrito de Porto

Grupos de idades	1920 — População 702.166				1930 — População 810.253				1940 — População 938.288				
	População	Óbitos	%	M. Standard	População	Óbitos	%	M. Standard	População	%	Óbitos	%	M. Standard
0/1	15.578	4.195	269,3	7.082	19.827	4.142	208,9	5.494	20.530	2,18	3.886	189,28	4.978
1/4	54.480	2.862	52,7	4.934	77.241	1.603	20,8	1.942	84.071	8,96	2.537	30,17	2.824
5/14	161.564	1.344	8,3	1.721	163.648	829	5,1	1.048	202.554	21,57	604	2,98	616
15/24	143.208	1.273	8,9	1.628	163.062	919	5,6	1.032	169.129	18,02	767	4,53	831
25/34	104.717	1.154	11	1.629	123.881	966	7	1.153	147.755	15,7	954	6,45	954
35/44	82.025	1.067	12,9	1.581	95.219	977	10,2	1.236	114.254	12,17	889	7,78	937
45/54	63.456	1.144	18	1.692	74.520	982	13,2	975	85.684	8,11	1.108	12,93	1.214
55/64	42.396	1.480	34,9	2.471	51.863	1.252	24,1	2.709	60.937	6,46	1.455	23,87	1.690
55/74	22.412	1.34	81,6	3.314	28.079	1.542	54,9	2.224	34.863	3,72	1.987	56,94	2.306
> 75	9.984	2.124	212,7	3.467	12.108	1.684	138,9	2.267	16.019	1,71	2.379	148,50	2.420
Dec.	2.346	126	53,7	5,3	1.305	22	16,8	1,7	2.468	0,26	22	8,91	0,8
		26,53 %	29,52 %			18,41 %		19,10 %			18,06 %		13,77 %

QUADRO XXV — Distrito de Santarém

Grupos de idades	1920 — População 332.012				1930 — População 378.518				1940 — População 421.996			
	População	Óbitos	0/100	M. Standard	População	Óbitos	0/100	M. Standard	População	Óbitos	0/100	M. Standard
0/1	6.424	1.680	261,52	6.877	7.992	1.992	156	5.103	7.946	923	116,16	3.054
1/5	27.304	824	30,18	2.824	34.563	447	12,9	1.210	35.488	343	9,66	904
5/14	74.704	352	4,71	972	78.554	240	3	633	89.369	161	1,80	372
15/24	61.682	352	5,71	1.045	70.813	283	3,9	732	76.210	194	2,54	499
25/34	47.688	310	6,50	961	53.516	292	5,4	805	60.113	232	3,85	571
35/44	36.960	266	7,19	867	44.527	275	6,2	744	49.783	264	5,30	639
45/54	30.319	294	6,69	911	35.037	263	7,5	705	41.690	312	7,48	702
55/64	24.775	434	17,51	1.240	26.007	292	15	1.067	29.722	486	16,35	1.057
65/74	14.645	602	41,10	1.665	17.694	703	39,7	1.609	18.719	758	40,49	1.639
>75	6.875	961	139,78	2.278	9.151	1.126	123	2.005	11.582	1.577	156,15	2.219
Desc.	634	26	41	4,1	663	663	21,1	2,1	1.374	13	9,46	0,9
		18,38 0/100		19,64 0/100		13,95 0/100		13,63 0/100		12,38 0/100		11,76 0/100

QUADRO XXVI — Distrito de Setúbal

Grupos de idades	1930 — População 233.668				1940 — População 268.884			
	População	Óbitos	‰/100	M. Standard	População	Óbitos	‰/100	M. Standard
0/1	5.072	1.252	246,8	6.492	5.440	936	172,05	4.525
1/4	22.529	504	22,4	2.093	24.280	390	16,06	1.508
5/14	50.783	226	4,4	920	59.623	154	2,58	534
15/24	47.298	264	5,6	1.022	49.425	207	4,18	767
25/34	35.797	239	6,6	987	43.683	205	4,69	694
35/44	27.775	216	7,8	937	33.552	212	6,31	761
45/54	20.440	229	11,2	1.052	23.338	223	9,55	897
55/64	13.989	347	24,9	1.756	16.084	341	21,20	1.501
65/74	6.912	390	56,4	2.285	9.049	481	53,15	2.152
≥ 75	2.722	456	167,5	2.730	3.581	557	155,5	2.535
Desc.	351	12	34,2	3,4	829	9	10,85	1
		17,70 ‰/100		20,28 ‰/100		13,26 ‰/100		15,88 ‰/100

QUADRO XXVII — Distrito de Viana do Castelo

Grupos de idades	1920 — População 226.046				1930 — População 240.261				1940 — População 258.596			
	População	Óbitos	‰	M. Standard	População	Óbitos	‰	M. Standard	População	Óbitos	‰	M. Standard
0/1	3.884	1.173	30,5,15	7.943	4.853	829	170,8	4.492	5.199	689	132,52	3.485
1/4	18.418	827	44,95	4.203	22.647	303	13,3	1.252	24.226	411	16,96	1.587
5/14	50.262	332	6,60	1.366	51.279	172	3,3	693	57.751	107	1,85	383
15/24	39.756	279	7,01	1.285	41.568	159	3,8	701	43.142	98	2,27	416
25/34	29.289	244	8,32	1.232	30.703	190	6,1	915	33.754	143	4,22	626
35/44	25.470	251	9,85	1.187	26.936	157	5,8	702	28.656	165	5,75	693
45/54	22.375	300	13,40	1.259	23.804	212	8,9	836	24.499	197	8,04	755
55/64	18.588	454	24,41	1.729	19.442	345	17,8	1.256	20.531	435	21,18	1.500
65/74	11.916	828	70,32	2.814	12.736	614	48,2	1.952	13.331	669	50,18	2.032
>75	5.432	1.023	188,29	3.069	5.851	931	159,1	2.553	6.798	1.075	160,25	2.612
Desc.	647	647	23,18	2,3	442	4	9	0,9	799	5	6,25	0,6
		25,33 ‰		26,10 ‰		16,30 ‰		15,39 ‰		15,70 ‰		14,10 ‰

QUADRO XXVIII — Distrito de Vila Real

Grupo de idades	1920 — População 235.499				1930 — População 253.994				1940 — População 289.114			
	População	Óbitos	9/100	M. Standard	População	Óbitos	9/100	M. Standard	População	Óbitos	9/100	M. Standard
0/1	4.130	1.298	314,28	8.205	5.581	1.080	193,4	5.089	6.872	896	130,38	3.429
1/4	19.145	1.282	66,96	6.266	25.021	694	27,7	2.596	29.154	972	33,3	3.120
5/14	56.049	442	7,88	1.631	55.723	245	4,4	999	67.377	169	2,5	519
15/24	44.653	307	6,87	1.259	47.690	199	4,1	764	51.521	182	3,53	647
25/34	30.289	300	9,94	1.464	34.197	206	6	890	40.021	204	5,07	753
35/44	27.227	350	12,85	1.549	27.604	232	8,4	1.012	31.545	216	6,84	825
45/54	22.447	395	17,59	1.652	23.970	263	10,9	1.030	24.462	216	12,91	1.212
55/64	16.848	515	30,56	2.164	18.434	371	20,1	1.424	20.198	474	23,46	1.661
65/74	9.834	739	75,14	3.043	10.541	629	59,6	2.416	11.745	679	57,79	2.341
> 75	3.736	699	187,09	3.049	4.582	10	15,3	1,5	5.217	955	18,30	2.989
Desc.....	1.141	16	14,02	1,4	—	—	—	—	1.002	7	6,98	0,6
		26,93 9/100	30,34 9/100			18,33 9/100	17,95 9/100			18,61 9/100	17,50 9/100	

QUADRO XXIX — Distrito de Viseu

Grupos de idades	1920 — População 404.864				1930 — População 431.473				1940 — População 465.563			
	População	Óbitos	‰	M. Standard	População	Óbitos	‰	M. Standard	População	Óbitos	‰	M. Standard
0/1	8.419	1.882	223,54	5.877	8.873	1.581	178,2	4.086	11.230	1.133	100,80	2.652
1/4	34.639	1.768	51,04	4.777	41.259	889	21,5	2.016	45.754	1.036	22,64	2.119
5/14	94.705	508	5,36	1.109	94.183	334	3,5	733	106.544	226	2,13	440
15/24	72.389	485	6,68	1.227	78.315	302	3,8	706	78.796	237	3	551
25/34	50.053	413	8,25	1.220	54.297	326	6	888	61.685	313	5,07	750
35/44	45.428	474	10,43	1.257	46.648	349	7,5	901	48.553	307	6,32	761
45/54	39.643	551	13,89	1.305	42.158	379	8,9	844	41.529	380	9,15	860
55/64	31.347	936	29,85	2.114	34.111	590	17,3	1.224	36.268	805	22,19	1.571
65/74	18.920	1.302	73,5	2.979	21.155	1.052	49,7	2.013	23.063	1.260	54,63	2.212
≥ 75	7.816	1.474	188,58	3.073	9.136	1.402	153,3	2.501	10.901	1.643	150,72	2.456
Desc.	1.505	22	14,62	1,4	1.338	13	9,7	0,9	1.740	8	4,59	0,5
		24,47 ‰		24,95 ‰		16,73 ‰		16,51 ‰		16,04 ‰		14,48 ‰

QUADRO XXX — Ilhas Adjacentes

Grupos de idades	1920 — População 411.014				1930 — População 465.536				1940 — População 537.009			
	População	Óbitos	‰	M. Standard	População	Óbitos	‰	M. Standard	População	Óbitos	‰	M. Standard
0/1	8.624	2.744	318,1	8.368	9.158	2.771	302,5	7.957	13.374	2.649	198	5.209
1/4	36.973	1.465	39,6	3.708	46.283	750	16,2	1.516	52.785	1.575	29,8	2.792
5/14	97.529	629	6,4	1.334	103.097	440	4,2	883	124.167	474	3,8	789
15/24	75.448	431	5,7	1.046	89.042	369	4,1	759	98.015	315	3,2	588
25/34	49.234	381	7,7	1.144	65.407	353	5,3	798	77.951	325	4,1	616
35/44	42.589	397	9,3	1.123	48.811	291	5,9	718	58.362	293	5	604
45/54	38.107	489	12,8	1.204	39.431	382	9,6	909	42.902	373	8,6	816
55/64	30.277	692	22,8	1.618	32.150	680	21,1	1.497	33.174	707	21,3	1.508
65/74	19.965	1.210	60,6	2.454	20.072	964	48	1.945	21.885	1.077	49,2	1.993
≥ 75	11.182	2.028	181,3	2.956	11.171	1.653	147,9	2.411	12.913	1.762	136,4	2.224
Desc.	1.086	26	23,9	2	914	8	8,7	0,8	1.528	9	5,8	0,5
		25,53 ‰		24,96 ‰		21,14 ‰		19,39 ‰		18,38 ‰		17,14 ‰

QUADRO XXI — Distrito de Angra do Heroísmo

Grupos de idades	1920 — População 67.258				1930 — População 70.502				1940 — População 78.109			
	População	Óbitos	‰	M. Standard	População	Óbitos	‰	M. Standard	População	Óbitos	‰	M. Standard
0/1	1.279	467	365,1	9.602	1.378	364	264,1	6.947	1.787	346	193,6	5.092
1/4	5.465	98	17,9	1.678	6.010	83	13,8	1.292	6.795	93	13,6	1.281
5/14	14.973	75	5	1.036	13.740	59	4,2	888	16.166	52	2,2	665
15/24	11.173	64	5,7	1.049	13.193	53	4	735	13.482	44	3,2	597
25/34	7.376	62	8,4	1.243	9.492	42	4,4	654	12.284	52	4,2	626
35/44	7.289	86	11,7	1.421	7.488	40	5,3	643	8.737	38	4,3	524
45/54	6.701	89	13,2	1.247	6.807	64	9,4	882	6.698	46	6,8	644
55/64	5.578	133	23,8	1.688	5.894	120	20,3	1.441	5.826	117	20	1.421
65/74	4.491	296	65,9	2.669	3.848	170	34,1	1.789	3.805	179	47	1.905
≥ 75	2.703	456	168,7	2.749	2.501	373	148,7	2.424	2.265	343	151,4	2.468
Desc.	230	5	21,7	2,1	214	—	0	0	264	1	3,7	0,3
		27,18 ‰		24,38 ‰		21,22 ‰		17,70 ‰		17,78 ‰		15,22 ‰

QUADRO XXXII — Distrito de Horta

Grupos de idades	1920 — População 46.508				1930 — População 49.216				1940 — População 52.731			
	População	Óbitos	‰	M. Standard	População	Óbitos	‰	M. Standard	População	Óbitos	‰	M. Standard
0/1	791	173	218,2	5.752	701	191	272,4	7.165	1.026	101	98,4	2.588
1/4	3.651	58	15,9	1.486	4.231	46	10,8	1.017	4.314	21	4,8	455
5/14	9.972	37	3,7	767	9.428	33	3,5	724	10.056	15	1,5	308
15/24	7.325	54	7,3	1.350	9.255	29	3,1	574	9.230	21	2,2	416
25/34	4.907	54	11	1.627	6.465	29	3	457	8.669	25	2,8	426
35/44	4.999	46	9,2	1.108	4.981	20	5,4	653	5.927	24	4	487
45/54	4.526	56	12,3	1.161	4.664	27	7	664	4.345	34	7,8	734
55/64	4.241	93	21,9	1.552	4.203	64	15,2	1.078	3.982	90	22,6	1.600
65/74	3.514	174	49,5	2.005	3.060	119	38,8	1.575	2.884	132	40,7	1.854
≥ 75	2.474	400	161,7	2.635	2.151	288	133,8	2.182	2.084	279	133,8	2.583
Desc.	108	5	46,3	4,6	77	—	—	0	214	1	4,6	0,5
		24,64 ‰		16,45 ‰		19,78 ‰		16,09 ‰		14,31 ‰		11,45 ‰

QUADRO XXXIII — Distrito de Ponta Delgada

Grupos de idades	1920 — População 118.246				1930 — População 134.217				1940 — População 156.045			
	População	Óbitos	°/∞	M. Standard	População	Óbitos	°/∞	M. Standard	População	Óbitos	°/∞	M. Standard
0/1	3.044	1.141	37,8	9.858	3.353	1.061	316,4	8.322	3.929	1.117	284,2	7.476
1/4	11.159	311	27,8	2.608	12.917	223	17,2	1.615	14.385	684	47,5	4.451
5/14	27.367	110	4	831	31.333	152	4,8	1.003	35.585	192	5,3	1.116
15/24	20.075	100	4,9	912	24.627	108	4,4	803	30.454	78	2,5	4.609
25/34	14.498	111	7,6	1.132	18.028	97	5,4	795	22.604	77	3,4	503
35/44	12.353	97	7,8	946	14.321	100	6,9	841	16.813	85	5	609
45/54	11.390	154	13,5	1.269	11.442	123	10,7	1.009	12.792	117	9,1	858
55/64	9.074	223	24,5	1.739	9.301	245	26,3	1.857	9.743	215	22	1.562
65/74	6.192	408	65,8	2.668	5.544	318	57,4	2.323	6.031	349	57,8	2.343
>75	2.903	570	196,3	3.200	3.097	478	154,3	2.515	3.346	472	141	2.299
Desc.	251	10	39,8	4	254	3	11,8	1,1	373	2	5,3	0,5
		27,31°/∞		25,17°/∞		25,58°/∞		21,08°/∞		22,56°/∞		25,83°/∞

QUADRO XXXIV — Distrito de Funchal

Grupos de idades	1920 — População 179.002				1930 — População 211.601				1940 — População 250.124			
	População	Óbitos	‰	M. Standard	População	Óbitos	‰	M. Standard	População	Óbitos	‰	M. Standard
0/1	3.510	963	274,4	7.215	3.726	1.155	310	8.152	6.632	1.085	162,6	4.302
1/4	16.608	998	59,8	5.599	23.125	398	17,2	1.609	27.291	777	28,4	2.614
5/14	45.277	407	9	1.859	48.596	196	4	834	62.360	215	3,4	713
15/24	36.875	213	5,8	1.058	41.967	179	4,2	781	44.849	172	3,8	702
25/34	22.453	154	6,9	1.014	31.422	194	4,6	913	34.394	171	5	735
35/44	17.948	608	9,4	1.127	22.021	124	5,6	678	26.885	146	5,4	654
45/54	15.490	190	12,3	1.151	16.518	162	9,8	920	19.067	176	9,2	866
55/64	11.384	243	21,3	1.511	12.752	251	19,6	1.393	13.633	285	20,9	1.480
65/74	5.768	332	57,6	2.331	7.620	357	46,8	1.897	9.165	417	45,4	1.842
> 75	3.102	602	194,1	3.163	3.485	515	147,7	2.408	5.171	668	129,1	2.105
Desc.	497	6	12,1	1,2	369	5	18,5	1,3	677	5	7,3	0,7
		23,95 ‰		26,03 ‰		18,72 ‰		19,59 ‰		16,86 ‰		16,66 ‰

QUADRO XXXV — Distrito de Lisboa

Grupos de Idades	1920 — População 486.372					1930 — População 504.390					1940 — População 709.179				
	População	%	Óbitos	%	M. Standard	População	%	Óbitos	%	M. Standard	População	%	Óbitos	%	M. Standard
0/1	6.966	1,45	2.236	320,9	8.441	9.621	1,60	2.544	264,4	6.954	7.654	1,05	1.674	218,7	5.752
1/4	24.068	4,95	1.710	71	6.650	35.824	6,00	1.026	28,6	2.683	33.867	4,75	1.005	29,6	2.777
5/14	80.762	16,60	671	8,3	1.719	85.686	14,40	594	6,9	1.434	105.273	14,85	443	4,2	870
15/24	102.443	21,00	1.101	10,7	1.968	122.513	20,60	956	7,8	1.429	132.144	18,65	833	6,3	1.154
25/34	90.800	18,70	1.151	12,6	1.874	112.553	18,90	1.112	9,8	1.461	137.611	19,40	1.090	7,9	1.171
35/44	68.876	14,20	998	14,4	1.746	88.652	14,90	1.037	11,6	1.409	111.533	15,72	1.073	9,6	1.159
45/54	51.790	10,65	1.028	19,8	1.863	63.865	10,78	1.128	17,6	1.658	82.436	11,62	1.212	14,7	2.593
55/64	31.933	6,55	1.122	35,1	2.487	42.702	7,15	1.140	26,7	1.890	52.124	7,34	1.406	26,9	1.909
65/74	16.178	3,35	1.086	67,1	2.718	22.752	3,99	1.268	55,7	2.257	29.658	4,20	1.521	51,2	2.077
> 75	6.930	1,45	1.118	161,3	2.629	9.668	1,62	1.247	128,9	2.102	13.920	2	1.849	133,8	2.165
Desc.	5.626	1,10	34	6	0,6	544	0,09	11	20,2	2	2.959	0,42	29	9,9	0,9
			25,33 %		32,10 %		21,52 %			23,8 %			17,03		21,64 %

QUADRO XXXVI — LISBOA (Distrito menos Cidade)

Grupos de idades	1920 — População 447.196					1930 — População 312.192					1940 — População 360.924				
	População	%	Óbitos	%	M. Standard	População	%	Óbitos	%	M. Standard	População	%	Óbitos	%	M. Standard
0/1	9.310	2,07	3.156	338,9	8.915	6.893	2,20	1.543	223,8	5.887	6.591	1,85	1.140	172,9	4.548
1/4	36.332	6,15	1.554	42,7	4.003	26.949	8,60	524	19,4	1.819	27.947	7,75	380	13,0	1.272
5/14	102.571	22,95	615	6	1.240	64.074	20,50	244	3,8	787	72.162	20	163	2,2	467
15/24	86.368	19,31	627	8,5	1.328	60.285	19,30	332	5,5	1.008	64.868	17,97	240	3,7	677
25/34	65.195	14,57	477	7,3	1.082	46.503	14,89	277	5,9	880	58.979	16,35	254	4,3	636
35/44	52.541	11,74	468	8,9	1.073	38.141	12,20	305	7,9	963	46.088	12,76	255	5,5	666
45/54	41.929	9,37	535	12,7	1.198	29.370	9,40	286	9,7	914	35.916	9,95	344	9,5	899
55/64	28.303	6,32	675	23,8	1.688	20.945	6,70	446	21,2	1.507	25.080	6,94	478	19	1.349
65/74	15.426	3,45	913	59,1	2.397	12.678	4,70	651	51,3	2.079	14.515	4	707	48,7	1.972
≥ 75	6.486	1,45	1.113	171,6	2.797	5.749	1,85	874	152	2.478	7.475	2,07	1.065	142,4	2.422
Desc.	2.735	0,62	33	12	1,2	615	0,29	9	14,6	1,4	1.303	0,36	7	53,7	0,5
			22,73 %		25,73 %			17,5 %		18,33 %			13,94 %		14,81 %

QUADRO XXXVII — Cidade do Porto

Grupos de idades	1920 — População 203.091					1930 — População 232.286					1940 — População 262.309				
	População	9/100	Óbitos	9/1000	M. Standard	População	9/100	Óbitos	9/1000	M. Standard	População	9/100	Óbitos	9/1000	M. Standard
0/1	3.769	1,86	1.249	331,3	8,715	4.617	2	1.305	282,6	7,433	3.918	1,50	1.049	267,7	7,041
1/4	11.294	5,56	817	72,3	6,770	15.938	6,90	480	30,1	2,818	16.020	6,10	621	38,7	3,628
5/14	38.919	19,16	355	9,1	1,887	38.635	16,70	245	6,3	1,312	45.449	17,30	164	3,6	7,46
15/24	45.669	22,48	510	11,1	2,045	49.903	21,50	345	6,9	1,266	50.184	19,20	313	6,2	1,142
25/34	36.393	17,90	485	13,3	1,971	40.783	17,60	438	10,7	1,588	46.925	17,90	495	8,6	1,275
35/44	26.675	13,13	412	15,4	1,861	32.108	13,80	434	13,5	1,628	37.814	14,40	423	11,1	1,347
45/54	19.541	9,65	406	20,7	1,950	23.031	10	499	17,7	1,663	28.365	10,90	480	16,9	1,589
55/64	11.646	5,75	411	35,2	2,498	15.529	6,35	443	28,5	2,019	18.015	6,70	538	29,8	2,114
65/74	5.575	2,74	429	76,9	3,116	7.916	3,45	457	57,7	2,338	10.133	3,90	566	55,8	2,262
≥ 75	2.550	1,25	493	193,3	3,151	3.283	1,45	488	148,6	2,422	4.684	1,80	656	140	2,282
Desc.	1.060	0,52	30	28,5	2,8	487	0,25	14	28,7	2,8	802	0,30	10	12,4	1,2
			27,62 9/100		33,97 9/100			21,78 9/100		24,51 9/100			19,80 9/100		23,44 9/100

QUADRO XXXVIII — PORTO (Distrito menos Cidade)

Grupos de idades	1920 — População 499.075					1930 — População 577.973					1940 — População 675.979				
	População	0/00	Óbitos	0/000	M. Standard	População	0/00	Óbitos	0/000	M. Standard	População	0/00	Óbitos	0/000	M. Standard
0/1	11.809	2,36	2.946	249,4	6.561	15.210	2,65	2.837	186,5	4.905	16.612	2,50	2.837	170,7	4.491
1/4	43.186	8,65	2.045	47,5	4.453	61.303	10,61	1.123	18,3	1.714	68.051	10,10	1.916	28,1	2.635
5/14	122.645	24,57	979	7,9	1.651	125.013	21,80	584	4,6	966	157.105	23,30	440	2,8	579
15/24	97.539	19,54	763	7,8	1.433	111.159	19,30	574	5,1	946	118.939	17,60	454	3,8	699
25/34	68.324	13,69	669	9,7	1.448	83.098	14,40	528	6,3	921	97.830	14,50	549	5,6	829
35/44	55.350	11,08	655	11,8	1.425	63.119	10,93	543	8,6	1.036	76.440	11,40	466	6	734
45/54	43.915	8,80	738	16,8	1.568	51.439	8,85	573	11,1	1.045	57.319	8,50	628	10,9	1.028
55/64	30.750	6,16	1.069	34,7	2.461	36.334	6,30	809	22,2	1.576	42.922	6,40	917	21,3	1.512
65/74	16.837	3,70	1.405	83,4	3.379	20.163	3,50	1.085	53,8	2.179	24.760	3,70	1.421	57,3	2.324
> 75	7.434	1,50	1.631	219,3	3.576	8.825	1,52	1.196	135,5	2.209	11.335	1,70	1.723	152	2.477
Desc.	1.286	0,25	96	74,6	7,4	818	0,14	8	9,7	0,9	1.666	0,30	12	7,2	0,7
			26,07 0/00		28,03 0/00			17,06 0/00		17,51 0/0			16,89 0/00		17,31 0/00

BIBLIOGRAFIA

the 1990s, the number of people in the world who are under 15 years of age has increased from 1.1 billion to 1.5 billion, and the number of people aged 65 and over has increased from 0.2 billion to 0.4 billion (United Nations 2002).

There is a growing awareness of the need to address the needs of the young and the old. The United Nations (2002) has identified the need to address the needs of the young and the old as one of the eight Millennium Development Goals. The goal is to 'improve the lives of the world's poorest people' (United Nations 2002).

The United Nations (2002) has identified the need to address the needs of the young and the old as one of the eight Millennium Development Goals. The goal is to 'improve the lives of the world's poorest people' (United Nations 2002).

The United Nations (2002) has identified the need to address the needs of the young and the old as one of the eight Millennium Development Goals. The goal is to 'improve the lives of the world's poorest people' (United Nations 2002).

The United Nations (2002) has identified the need to address the needs of the young and the old as one of the eight Millennium Development Goals. The goal is to 'improve the lives of the world's poorest people' (United Nations 2002).

The United Nations (2002) has identified the need to address the needs of the young and the old as one of the eight Millennium Development Goals. The goal is to 'improve the lives of the world's poorest people' (United Nations 2002).

The United Nations (2002) has identified the need to address the needs of the young and the old as one of the eight Millennium Development Goals. The goal is to 'improve the lives of the world's poorest people' (United Nations 2002).

The United Nations (2002) has identified the need to address the needs of the young and the old as one of the eight Millennium Development Goals. The goal is to 'improve the lives of the world's poorest people' (United Nations 2002).

The United Nations (2002) has identified the need to address the needs of the young and the old as one of the eight Millennium Development Goals. The goal is to 'improve the lives of the world's poorest people' (United Nations 2002).

RESENHAS DE TRABALHOS NACIONAIS (1)

(Desde 1940)

I—PROBLEMAS QUALITATIVOS DA POPULAÇÃO

NOTAS SOBRE A ESTRUTURA DE ALGUMAS POPULAÇÕES INDÍGENAS DE ANGOLA, por ALEXANDRE SARMENTO (*Trabalho da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnografia*, Vol. X, fasc. 1.º, Porto, 1942).

O A. apresenta os resultados da mensuração da estatura, no sexo masculino, de três populações angolanas.

Estudou 36 Quiocos, 69 Bienos (Quibundos) da região de Bié, e 18 Bacangalas, e verificou que os valores médios da estatura deste três grupos estavam acima da estatura média. Em seguida fez um estudo comparativo com os valores da estatura apresentadas por outros investigadores, e conclui que os seus resultados, em relação aos Quiocos, estavam em concordância perfeita com os valores já encontrados por Fonseca Cardoso e pelo Prof. Mendes Correia.

L. P.

RAÇAS DO IMPÉRIO, por MENDES CORRÊA (Porto, 1943).

É uma obra de largas proporções, belamente documentada com desenhos, fotografias, esquemas, mapas, estampas e copiosa bibliografia, no final de cada capítulo. Ali se estudam, minuciosamente, a etnografia, a antropologia, a psicologia, a demografia e a biologia humana dos povos e raças do Império Português.

Abrange esta monumental obra, além do prefácio, oito capítulos relativos aos povos das diferentes regiões de Portugal, daquém e d'além mar.

O A., depois de expor o que pensa dos conceitos de raça e povo e fazer um resumo dos métodos das ciências antropológicas, menciona os principais caracteres que servem para definir as raças e apresenta uma síntese do estado actual da sistematização destes grupos humanos.

(1) Colaboradores: L. P. (Leopoldina Paulo), A. A. (Alfredo Athayde), H. M. (Hugo de Magalhães), R. C. (Rinaldo Campeão), A. A. G. (António de Almeida Garrett).

Estuda, a seguir, num largo capítulo, a pre-história, a etnogenia, a etnografia e a antropologia do povo português do continente, dedicando o terceiro ao estudo das populações das Ilhas Adjacentes e de Cabo Verde.

No capítulo «Gente da Guiné», faz uma síntese dos conhecimentos actuais sobre as populações desta nossa província ultramarina, desde os tempos pre-históricos até aos nossos dias. Os restantes capítulos, seguindo sempre a mesma ordem na explanação dos assuntos e com desenvolvimento semelhante, referem-se a «Angola e Congo», a «Moçambique» e ao «Oriente Português», abrangendo, este último, as nossas colónias da Índia, Macau e Timor.

No último capítulo, «Concluindo», termina por se referir aos núcleos de portugueses espalhados pelo Mundo, principalmente pela América e, depois, de tratar de «A política da população do Império», afirma que «a melhor política perante os diversos elementos étnicos das nossas colónias não é, pois, a do desconhecimento de uma realidade natural como a da raça ou a do mestiçamento, mas a tradicional simpatia, fraterna e cristã para com todos esses elementos e de uma benévola inclusão destes numa tarefa de solidariedade e cooperação nacionais». E, citando Ruskin para o qual «só haveria um tesouro — a vida», termina por dizer que «decerto é assim, se entendermos a vida na honra, no trabalho, na paz, na bondade, no amor, na justiça, na cooperação dos homens e das nações, no culto desinteressado de altos valores espirituais. Sob tais princípios, esperemos que de uma sensata, proba e patriótica política da população do Império resultem para as gentes portuguesas de aquém e além mar os benefícios físicos e morais, que serão, pelos séculos e pelas gerações, a melhor garantia da grandeza e eternidade da Pátria».

A. A.

ANGOLA, CORAÇÃO DO IMPÉRIO, por A. C. VALDEZ TOMÁS DOS SANTOS (*Agência Geral das Colónias*, Lisboa, 1945).

Grosso volume sobre a nossa mais vasta colónia considerada nos variados aspectos de território, população, produção, transportes, comércio externo e finanças.

O A. depois de sumárias considerações sobre a geografia de Angola, ocupa-se no segundo capítulo, de cerca de 100 págs., da demografia, tratando separadamente o problema do branco, do negro e do mestiço.

Só a partir do ano de 1940 é que, graças ao censo realizado pela Repartição Técnica de Estatística Geral, se conhecem números próximo da verdade relativos à totalidade da população tendo sido recenciados 3.740.000 indivíduos. Todos os cálculos efectuados até esta data ficaram muito aquém, ou além, da realidade.

Segundo o A. a população foi sempre muito reduzida e de aumento lento; as causas a que muitas vezes se atribue a sua diminuição, como guerras dinásticas, doença do sono, pouco ou nada contribuíram para isso.

A pequena densidade populacional que, contudo, não é das menores entre as colónias do sul da África, tem sido um factor importante para o moroso desenvolvimento da sua agricultura.

O A. trata, como dissemos, separadamente o problema do branco, do negro e do mestiço, pois que como bem friza «os climas morais e culturais destes três elementos da população de Angola são absolutamente distintos uns dos outros; o estudo da demografia angolana só é possível fazer-se por compartimentos estanques em que cada raça ocupará o seu».

O volume insere um grande número de dados estatísticos sobre a população da colónia.

H. M.

CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA ANTROPOLOGIA DE MOÇAMBIQUE, por J. R. SANTOS JÚNIOR, Porto, 1945.

É um extenso trabalho que abrange 412 páginas, tendo em apêndice 12 tabelas com os respectivos valores das mensurações, executadas nos indígenas da colónia de Moçambique.

Após o prefácio, o A. dá-nos uma descrição minuciosa da sua 1.^a e 2.^a campanha em Moçambique, respectivamente realizadas, de Julho a Dezembro de 1936 e de Agosto de 1937 a Janeiro de 1938, como chefe da Missão Antropológica nesta colónia. Em seguida apresenta uma pequena resenha sobre as características demográficas, agricultura, orografia, geologia, climatologia, flora, fauna das terras da Zambézia, focando muito especialmente o distrito de Tete.

Historia com certo desenvolvimento a etnologia moçambicana, citando grande número de referências de autores portugueses a partir do séc. XVI.

No IV capítulo o A. inicia propriamente o seu trabalho de carácter antropológico, descreve-nos a técnica seguida nas suas investigações, apresenta o material colhido, fazendo depois algumas considerações e crítica sobre métodos de colheita.

O A. no capítulo V faz-nos uma análise dos indígenas do distrito de Tete, focando muito especialmente a grande dificuldade que encontrou na elaboração de cartas populacionais, nas diferentes circunscrições. Nos capítulos seguintes deparam-se-nos os resultados das observações, que são documentadas com grande número de fotografias e desenhos.

O número total de indígenas observados foi de 376, sendo 289 do sexo masculino, e 87 do sexo feminino. Distribuíram-se por oito tribos, que foram 166 Nhúngués, 29 Antumbas, 42 Chicundas, 29 Sengas, 31 Sérêros, 40 Atandes, 31 Tanáras e 10 Dêmas.

Em algumas destas tribos foram estudados os caracteres descritivos e merísticos, noutras só foi tratada a parte métrica.

Finalmente o A. procura analisar as principais diferenças entre as tribos observadas, mas em virtude da falta de estudo linguístico, que não foi realizado durante as campanhas, limita um pouco as suas conclusões. No entanto, grande número de caracteres comuns em todos os indígenas observados, levou o A., segundo o critério de Montandon, a, incluir estes negros da Zambézia na grande raça Negra que outros designam por Banto ou raça Neo-Négrida.

L. P.

POLÍTICA DA POPULAÇÃO NAS COLÓNIAS, por A. A. MENDES CORRÊA (*Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, n.ºs 7 e 8, 63.^a Série, Lisboa, 1945).

Conferência realizada da Sociedade de Geografia de Lisboa. O A. trata dos complexos problemas demográficos das nossas colónias analisando, em curta síntese, cada um dos seus aspectos. Pronuncia-se pela colonização com populações brancas desde que essa colonização não vá de encontro aos interesses dos indígenas. Para estes preconiza o desenvolvimento da assistência sanitária, educativa, económica, e a luta constante contra todos os perigos morais e físicos que os ameaçam, e uma organização dentro dos princípios da humanidade, da justiça e das suas tradições.

H. M.

O NEGRO DE MENONGUE, por ALEXANDRE SARMENTO, (*Agência Geral das Colónias*, Lisboa, 1945).

Neste volume de 94 págs. o A. apresenta com maior desenvolvimento as suas observações sobre a «Gente de Menongue» já anteriormente publicadas com este título nos Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnografia.

A Vila de Serpa Pinto, antiga Menongue, está situada em plena região dos povos Ganguelas. O A. médico do quadro de saúde da colónia, melhor do que ninguém estava em condições de se dedicar ao estudo antropológico e etnográfico dessas populações.

O estudo antropológico foi limitado a algumas observações sobre os caracteres descritivos, índice cefálico, Biotipologia, Dactiloscopia, e mutilações étnicas não podendo ser mais desenvolvido devido, como diz o A. à falta de material e instrumentos próprios. Na parte etnográfica são discriitos interessantes costumes destes povos e também alguns contos indígenas.

H. M.

UM NOVO MÉTODO PRÁTICO DE DETERMINAÇÃO DO TIPO CONSTITUCIONAL, por LUÍS A. DUARTE DOS SANTOS (*Arquivo de Anatomia e Antropologia*, Vol. XXIII, Lisboa, 1945).

O A. depois de expor, resumidamente, os métodos das escolas italiana, francesa e alemã no estudo das constituições individuais, e de os criticar, menciona o índice proposto pelo professor de Salamanca Gonzalo G. Rodriguez, para o qual não encontrou coincidência entre os resultados obtidos pelo método de Viola e os do referido índice.

Expõe a seguir, os resultados a que chegou, partindo apenas de quatro medidas antropométricas, com as quais constroi dois índices, a que chama índice de desenvolvimento em massa (I. M.) e índice de desenvolvimento em comprimento (I. C.), determinando, depois, a diferença entre eles pela qual se classifica, então, o indivíduo observado.

Impressionam, na verdade, os resultados concordantes com os obtidos pelo método Viola-Bárbara. Certamente que esta simplificação muito concorrerá para o desenvolvimento do estudo das constituições baseado em caracteres antropométricos.

A. A.

III — MOVIMENTO FISIOLÓGICO DA POPULAÇÃO

ESTUDOS DE DEMOGRAFIA PORTUGUESA, por JOÃO REMY T. FREIRE. (Lisboa, 1946).

Este trabalho do Doutor Remy Freire é a dissertação com que obteve o grau de Doutor em Ciências Económicas e Financeiras. Baseado nos censos e na estatística do movimento demográfico, publicados pelo Instituto Nacional de Estatística, o autor estuda vários aspectos quantitativos da população portuguesa.

Abre o livro com um capítulo de considerações gerais que definem a maneira como encara os problemas demográficos, os métodos de estudá-los e a interpretação dos resultados. Segue-se um capítulo em que considera as fórmulas mais geralmente empregadas para o ajuste do movimento da população, e em que aplica com boa aproximação uma logística à população portuguesa entre 1801 e 1940. Dedicar o terceiro capítulo à mortalidade, construindo 3 tábuas, baseadas no censo de 1940, uma para ambos os sexos, outra para o masculino e outra para o feminino. O capítulo seguinte ocupa-se da fertilidade, dando-nos uma tábua com as taxas segundo a idade das mães. Vem depois um capítulo sobre a reproductividade e finalmente outro em que tira as conclusões.

Trata-se dum estudo feito com seriedade e cuidado, em que tudo é exposto com limpidez e simplicidade. Mas se no conjunto, a obra é louvável, há todavia pormenores que me parecem susceptíveis de reparo.

Assim quanto à forma como utilizou os dados da observação, na construção das várias tábuas, se concordo em que o mais simples e seguro processo para fugir à atracção das idades certas, era tomar agrupamentos quinquenais, parece-me que esses grupos deveriam ter as idades múltiplas de cinco como centrais e não iniciais. Observe-se o quadro da população classificado por idades, e ver-se-á que o excesso verificado nas idades Kx_5 é principalmente constituído por cabeças de idades Kx_5-1 e Kx_5+1 . Não creio, porém, que a forma de agrupar escolhida pelo autor influa de maneira sensível nas conclusões com interesse prático.

Maior importância teriam para mim algumas observações à matéria do primeiro capítulo, que omito por descabidas numa revista que se ocupa de demografia.

Em vários passos do seu ensaio, e nas conclusões, o A. deixou-me a impressão, porventura errada, de que encara com pessimismo o presente e o futuro da população portuguesa. Esse pessimismo, a existir, menos se deve atribuir à realidade, que à mocidade do autor. O desejo de intervir no curso dos fenómenos, característico nos novos, leva-os a ver com negras lentes convexas a realidade, e a traçar planos ambiciosos que muitas vezes se resumem a simples modificações no dicionário do sofrimento humano, ou à estranha terapêutica que curasse por exemplo o reumatismo transformando-o em úlceras do estomago. Quando se é inteligente, como no caso do A., a visão acaba por clarificar-se e chega-se à exacta noção das reais possibilidades do homem.

Assim para o Doutor Remy Freire a mortalidade não melhorou no período de 1930-40. a população envelhece, o envelhecimento leva, mesmo com saldos fisiológicos favoráveis, à catástrofe, etc. Ora, vamos lá a ver.

Começemos pela suposta estagnação da mortalidade. Esta conclusão do Doutor Remy Freire baseia-se na comparação entre as suas tabelas e as que construí sobre o censo de 1930

e os óbitos de 1930 e 1931. Esse confronto mostra haver diferenças entre as duas, cujo sentido varia com as idades, o que permite concluir pela equivalência média de ambas.

Ora basta ver as taxas anuais de mortalidade publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística para chegar à conclusão contrária. A mortalidade melhorou apreciavelmente no período considerado. Sucedeu, porém, que em 1940 foi ligeiramente mais desfavorável, e em 1941 excepcionalmente elevada. Simplesmente, uma andorinha (ou mesmo duas) não faz a Primavera. O exame do número de óbitos nos anos que precedem e seguem 1941 mostra que a sobremortalidade deste foi accidental. Até sem o apoio dos números tal facto é evidente, pois não se verificou o aparecimento *súbito* de qualquer causa de acção permanente. Por isso o Dr. Pais Morais com a justa pretensão de conseguir tábuas realmente expressivas para o estudo da evolução da mortalidade, tomou em conta os óbitos de 1938 a 1942. Admitindo que, ao tempo, o Doutor Remy Freire não dispunha dos óbitos de 1942 nada o impedia de tomar os de 1938-41, por exemplo, ou até só os de 1940. Seriam soluções preferíveis à que adoptou.

Claro está que as tábuas do Doutor Remy Freire representam efectivamente a mortalidade observada em 1940-41. Simplesmente, pelas razões acima referidas, tais tabelas não lhe permitiam formular qualquer juízo sobre a evolução da mortalidade do período que vai de 1930 a 1941. Por isso, as taxas anuais e até as tábuas do Dr. Pais Morais desmentem a sua conclusão.

Observações análogas se podem formular para as suas taxas de natalidade, segundo a idade das mães, apresentadas no capítulo em que estuda a fertilidade. De 1910 a 1944, salvo 1918 e 1919, os anos em que houve menor número de nascimentos foram os que o Doutor Remy Freire escolheu. Se no caso da natalidade este facto não leva a conclusões verbalmente erradas pois as taxas de natalidade tendem a diminuir, o carácter pouco expressivo dos valores obtidos poderão levá-lo em 1950 a acusar melhorias na reproductividade, se quizer então repetir, pelos mesmos processos, o seu trabalho baseado no censo de 1940. Isto é, semeando péssimismo, arrisca-se a colher optimismo, o que não surpreende quem sabe serem os números atreitos a vinganças irónicas.

Passemos, agora, ao envelhecimento da população. É inegável que se tem dado, mas sobretudo porque a mortalidade tem diminuído. Com efeito, para que a natalidade também influa, não basta que diminua a respectiva taxa. É necessário que também baixe o número de nascimentos. E, se nos últimos anos, realmente se verificou baixa no número médio anual de nascimentos, isso ainda pouco pode influir. Mas que a idade média continui a aumentar, isto é, que a população continui a envelhecer não me parece totalmente seguro. Persistira talvez o exodo dos campos para as cidades e, portanto, devemos esperar novas diminuições nas taxas de natalidade, mas já não vejo porque há-de continuar a diminuição no número de nascimentos.

Admitindo, porém, que o envelhecimento se acentuará, não creio que nos conduza necessariamente à «posição catastrófica» que, segundo o A., espera uma população que envelhece. O fenómeno é tão lento, e há tanto factor que modifica de maneira imprevisível a evolução demográfica!... Veja-se como a fome nalguns países vai *rejuvenescendo* de maneira macabra, populações *blitz-envelhecidas* pela guerra a que escapámos!

Claro que não pretendo substituir o péssimismo, pelo menos aparente, do Doutor Remy Freire, por um optimismo à Pangloss. Bastaria a mortalidade infantil para mo impedir. Mas precisamente porque há problemas reais a atacar, parece-me de bom aviso não imaginarmos ou avolumarmos outros.

Como se vê, os meus reparos ao excelente livro do Doutor Remy Freire nem são muitos nem graves. Mas quando o fossem, ainda ficaria muito para justificar o mérito da sua dissertação, sem dúvida o trabalho quantitativo mais completo até hoje publicado sobre a população portuguesa.

R. C.

SOBRE O DECRESCIMENTO PROGRESSIVO DA NATALIDADE PORTUGUESA, por ALMEIDA GARRETT (*Rev. Port. de Pediatria e Puericultura*, 1943, n.º 6).

Comentário sobre os índices natalícios, registados em Portugal até 1942, os quais tem vindo a descer progressivamente desde 1928, em que a quota era superior a 30, como sempre fora, para não alcançar naquele ano a cifra de 24. Esta queda regular permite prever a continuação do fenómeno demográfico, com todos os prejuízos que dela derivam para a manutenção do papel civilizador da nacionalidade.

A. A. G.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A MORTALIDADE INFANTIL NO PORTO, por A. DE ALMEIDA GARRETT (*Rev. Port. de Pediatria e Puericultura*, 1944, n.º 1).

Recordando que as dízimas obituárias do grupo etário 0-2 anos andavam à roda de 32, entre 1893 e 1907, com largas oscilações entre 27,4 e 37,6, exara os valores relativos aos anos de 1929 a 1943, mostrando que já o triénio de 1929-31 mostrava alguma melhoria, com um índice de 28,2; depois, a descida, embora lenta, acentuou-se, e em 1943 obteve-se a mais baixa taxa registada, de 20,5. Aprecia as causas da mortalidade infantil na cidade e as possibilidades da sua redução e consigna, num quadro estatístico de serviços prestados, a obra do Instituto de Puericultura, de 1932 a 1943.

A. A. G.

EVOLUÇÃO DAS QUOTAS DE MORTALIDADE INFANTIL NO PORTO E SUA SIGNIFICAÇÃO, por ALMEIDA GARRETT (*Boletim da Assistência Social*, n.º 7, 1943).

Comunicação apresentada ao Congresso Luso-Espanhol de Ciências, reunido no Porto em 1942, cujo tema é o do artigo resumido na nota anterior, e baseada nos mesmos elementos estatísticos.

A. A. G.

ASPECTOS DA NATALIDADE E DA MORTALIDADE INFANTIL EM ANGOLA, por ALEXANDRE SARMENTO (*Jornal do Médico*, n.º 95, de 1-XI-1944).

Os índices de natalidade na província de Loanda mostram, nos últimos anos, uma estabilidade digna de nota, com cifras entre 30 e 32, superiores às da metrópole; não há pois crise de natalidade na população indígena. Também os índices relativos aos indivíduos de raça branca são superiores aos da metrópole, embora ligeiramente.

Pelo que respeita à mortalidade infantil, até aos cinco anos, as quotas são muito altas, ao redor dos 30 por cento, predominando como causas os factores alimentar e congénito, sentindo-se também o factor infeccioso nas regiões onde grassa o sezónismo.

A. A. G.

IV — DEMOGRAFIA SANITÁRIA

A ALIMENTAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS, por FERNANDO ROCHA FARIA (*Jornal do Médico*, n.ºs 44, 45, 46, 47 e 48; 1942).

Depois de considerações sobre a mortalidade em Portugal e de expor os princípios dietéticos formulados pelo Comité de Estudo da Alimentação da Sociedade das Nações, e respectivas normas de investigação, recorda os inquéritos, feitos em alguns grupos de famílias, publicados por Lima Basto e Hill & Cambournac, e dá conta dos resultados obtidos na investigação realizada pela Junta de Colonização Interna, relativamente a 71 famílias rurais espalhadas pelo centro e sul do continente. Analisa a representação em calorias das rações alimentares registadas, e o seu conteúdo em proteínas animais, gorduras, sais de cálcio e vitamina D, e o custo dessas rações. Conclui que a alimentação estudada, de composição variável com a feição agro-pecuária das diversas regiões e com as condições económicas dos habitantes, é suficiente no ponto de vista calórico, mas sofre do desequilíbrio proveniente da pobreza em proteínas de origem animal, em sais de cálcio e vitamina D; e ainda que a alimentação das crianças é geralmente mal conduzida. Acentua a necessidade de promover a educação do público em matéria de higiene alimentar e puericultura.

A. A. G.

TUBERCULOSIDADE E MORTALIDADE GERAL NO DISTRITO DO PORTO, por AMÂNDIO PAÚL (*Portugal Médico*, 1943, n.º 1).

Sobre os números relativos a 1936-40, traça o quadro da mortalidade geral e da mortalidade por tuberculose em cada um dos concelhos que compõe o distrito do Porto, e ainda o da mortalidade por grupos de idades para a cidade do Porto, para o conjunto distrital e para o país, comparando as respectivas dízimas. Por esse confronto se prova que tanto pelo que respeita à incidência da tuberculose como à mortalidade geral e infantil, a região distrital do Porto apresenta valores muito maiores do que os relativos ao país, sobretudo excessivos quando limitados à cidade. A tuberculose dá maior número relativo de óbitos nos concelhos vizinhos do mar, e menor dos de interior. Apreciando estes factos estatísticos, o A. apela para medidas de higiene pública e de luta contra a tuberculose, a fim de valer a essa situação desfavorável.

A. A. G.

TUBERCULOSIDADE NO DISTRITO DE LISBOA NA QUADRA 1936-40, por AMÂNDIO PAÚL (*Portugal Médico*, 1945, n.º 1).

Comparando os índices obituários por tuberculose nos vários concelhos do distrito de Lisboa, com os do seu conjunto e com os do país, mostra que o do distrito excede em mais de cem por cento o de Portugal, e que o da cidade de Lisboa é superior ao distrital; cifra enorme, se a confrontarmos com a de várias cidades estrangeiras, grandes e pequenas. Um quadro com as taxas, relativas ao mesmo período, de nupcialidade, natalidade, mortalidade geral, mortalidade infantil e mortalidade por tuberculose, nos 22 distritos metropolitanos, permite apreciar as relações entre estes diversos fenómenos demográficos, sobrelevando a alta tuberculosidade de Lisboa, à qual se segue a do Porto, e depois as de Setúbal, Faro, Beja, Coimbra, Braga, etc.

A. A. G.

NOTAS E NOTÍCIAS

DIPLOMAS LEGAIS RELATIVOS AO CENTRO DE ESTUDOS DEMOGRÁFICOS

Por despacho ministerial de 24 de Abril de 1946, nos termos da portaria n.º 10.619, foram reconduzidos nos cargos da Direcção do Centro de Estudos Demográficos, como membros efectivos, os senhores:

- Doutor António Augusto Mendes Correia
- Doutor Aristides de Amorim Girão
- Padre Domingos Maurício Gomes dos Santos
- Doutor João Avelar Maia de Loureiro,

e como substitutos, os senhores:

- Doutor Eusébio Tamagnini de Matos Encarnação
- Doutor José Joaquim de Oliveira Guimarães
- Doutor Américo Pires de Lima
- Engenheiro-Agrónomo Eduardo Augusto Vaz da Silva.

SESSÕES DO CONSELHO ORIENTADOR

Assuntos tratados na *Sessão de 10 de Abril de 1946*:

1) — Apreciação dos trabalhos realizados e medidas tendentes ao desenvolvimento da acção do Centro; 2) — Resoluções relativas a estudos a efectuar; 3) — Indicação dos nomes dos membros deste Centro de Estudos a apresentar a S. Ex.^a o Ministro das Finanças, a fim de proceder à nomeação da nova Direcção.

SESSÕES DA DIRECÇÃO

Assuntos tratados na *Sessão de 13 de Outubro de 1945*:

1) — Assuntos correntes; 2) — Continuação dos trabalhos de organização n.º 2 da Revista; 3) — Forma de apresentação e desenvolvimento a dar a uma secção de bibliografia estrangeira a inserir nos futuros números da Revista.

•

Assuntos tratados na *Sessão de 15 de Fevereiro de 1946*:

1) — Assuntos correntes; 2) — continuação dos trabalhos de organização da secção bibliográfica estrangeira; 3) — Forma de apresentação dos resultados do inquérito aos doentes dos sanatórios anti-tuberculosos que este Instituto está a realizar; 4) — convite a um dos membros deste Centro de Estudos para elaborar uma introdução ao Relatório do Censo da População de 1940; 5) — Forma de procurar conseguir resultados estatísticos aproveitáveis, dos apuramentos dos boletins de recenseamento militar recolhidos por este Instituto; 6) — organização do n.º 3 da Revista.

PUBLICAÇÕES OFICIAIS SÔBRE DEMOGRAFIA

Série «*Estudos*»:

—N.º 10— *Sôbre o diferimento da data do nascimento em Portugal* (novas observações), por J. do Rêgo Fronteira (Licenciado em Ciências Económicas e Financeiras).

COMP. E IMP. NA TIPOGRAFIA DA
EMPRESA NACIONAL DE PUBLICIDADE.